



SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL
MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO CIÊNCIA E TECNOLOGIA DO PARÁ
DIREÇÃO DE ENSINO
DEPARTAMENTO DE CIÊNCIAS E FORMAÇÃO DE PROFESSORES
CURSO DE LICENCIATURA EM GEOGRAFIA



CURSO DE LICENCIATURA EM GEOGRAFIA

BELÉM-PA

2017



SUMÁRIO

I. Apresentação	08
II. Justificativa	12
III. Regime Letivo	18
IV. Objetivos	18
V. Requisitos e Forma de Acesso ao Curso	19
VI. Perfil Profissional do Egresso	20
VII. Representação gráfica do itinerário formativo	22
VIII. Matriz Curricular	23
IX. Trabalho de Conclusão de Curso	143
X. Estágio Curricular Supervisionado	144
XI. Atividades Práticas de Ensino ou Pedagógicas	148
XII. Atividades complementares	149
XIII. Política de Educação para os Direitos Humanos	150
XIV. Política de Educação para as Relações Etnicorraciais	155
XV. Política de Educação Ambiental	162
XVI. Política de inclusão Social e Atendimento a Pessoas com Deficiência ou Mobilidade Reduzida	164
XVII. Apoio aos Discentes	168
XVIII. Tecnologias de Informação e Comunicação – TICs – no processo ensino-aprendizagem	169
XIX. ENADE	171
XX. Articulação do ensino com a pesquisa e a extensão	171
XXI. Sistema de Avaliação do processo de ensino e aprendizagem	180



XXII. Critérios de Aproveitamento de Conhecimentos e experiências anteriores	183
XXIII. Sistema de Avaliação do Curso	185
XXIV. Sistema de Avaliação Institucional	186
XXV. Descrição do corpo social do curso	188
XXVI. Orientações Metodológicas	190
XXVII. Colegiado do Curso e NDE	191
XXVIII. Integrações com as redes públicas de ensino	193
XXIX. Infraestrutura física e recursos materiais	196
XXX. Diplomação	208
XXXI. Referências	210



SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL
MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO CIÊNCIA E TECNOLOGIA DO PARÁ
DIREÇÃO DE ENSINO
DEPARTAMENTO DE CIÊNCIAS E FORMAÇÃO DE PROFESSORES
CURSO DE LICENCIATURA EM GEOGRAFIA



**INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DO PARÁ –
IFPA
CAMPUS BELÉM**

**Cláudio Alex Jorge da Rocha
Reitor do IFPA**

**Danilson Lobato da Costa
Pró-Reitor de Administração**

**Elinilze Guedes Teodoro
Pró-Reitora de Ensino**

**Ana Paula Palheta Santana
Pró-Reitora de Pesquisa, Pós-Graduação e Inovação**

**Mary Lucy Mendes Guimarães
Pró-Reitora de Extensão**

**Raimundo Nonato Sanchez de Souza
Pró-Reitor de Desenvolvimento Institucional**

**Manoel Antônio Quaresma Rodrigues
Diretor Geral do Campus Belém**

**Laura Helena Barros da Silva
Diretora de Ensino do Campus Belém**

**Raidsson Jenner Negreiros de Alencar
Diretor de Pesquisa, Pós-Graduação e Inovação**

Hélio Antonio Lameira Almeida



SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL
MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO CIÊNCIA E TECNOLOGIA DO PARÁ
DIREÇÃO DE ENSINO
DEPARTAMENTO DE CIÊNCIAS E FORMAÇÃO DE PROFESSORES
CURSO DE LICENCIATURA EM GEOGRAFIA



Campus
Belém

Diretora de Extensão do Campus Belém

Regina Glória Pinheiro de O. Silveira

Departamento de Administração e Planejamento – DAP

Shirley Capela Tozi

Departamento de Ensino, Ciências e Formação de Professores – DEPRO

Adriana Maria N. Souza Porto

Departamento Pedagógico de Apoio ao Ensino – DEPAE

Tiago Veloso dos Santos

Coordenador do Curso de Licenciatura em Geografia



DADOS DE IDENTIFICAÇÃO DA INSTITUIÇÃO

Instituição	Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Pará.
Campus	Belém
CNPJ	10.763.998/0001-30
Esfera Administrativa	Federal
Endereço completo	Av. Almirante Barroso, 1155 – Marco
CEP	66.093 –020 –Belém/Pará
Telefone do Campus	3201-1700
Site do Campus	belem.ifpa.edu.br
Redes sociais	twitter: @ifpacampusbelem Facebook: (IFPA Campus Belém): https://www.facebook.com/ifpacampusbelem/?fref=ts Youtube: (IFPA campus Belém ASCOM): https://www.youtube.com/user/ifpacampusbelem
E-mail institucional da coordenação do curso	lic.geografia@ifpa.edu.br
Área	Ciências Humanas
Carga horária	Carga horária total: 3583,17 Carga horária em aulas: 4100 Tempo mínimo e máximo de integralização: 4 anos / 6 anos Nº de vagas por turma: 40 Nome do Coordenador: Tiago Veloso dos Santos Telefone do Coordenador: 91 9 8102 4071



EQUIPE DE ELABORAÇÃO DO PPC:

Aldo Luiz Fernandes Souza

Aline Reis de Oliveira Araújo

Catia Oliveira Macedo

Cledson Nahum Alves

Ronaldo da Cruz Braga

Shirley Capela Tozi

Tiago Veloso dos Santos

Vera Lúcia Martins Figueiredo

COLABORADORES:

Arthur Boscariol Da Silva

Lazaro Wandson De Nazaré Teles

Michel Pacheco Guedes



I. APRESENTAÇÃO

O Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Pará - IFPA foi criado por meio da Lei 11.892 de 29 de dezembro de 2008. Esta lei instituiu a Rede Federal de Educação Profissional, Científica e Tecnológica vinculada ao Ministério da Educação. O capítulo II, seção I, inciso XX estabeleceu que o então Centro Federal de Educação Tecnológica do Pará e as Escolas Agrotécnicas Federais de Castanhal e Marabá passassem a ser uma mesma instituição, o IFPA. A partir desta lei, as instituições e unidades vinculadas ao IFPA passaram para a condição de Campus, desta forma nossa unidade em Belém passou para o status de Campus do IFPA.

O IFPA Campus Belém possui 106 anos de história, passando por várias reformas ocorridas na Educação profissional do Brasil, tendo sido: Escola de Aprendizes Artífices do Pará - EAA/PA (1909), Liceu Industrial do Pará- LI/Pará (1937), Escola Industrial de Belém (1942), Escola Federal Industrial do Pará (1966), Escola Técnica Federal do Pará - ETFPA (1968), Centro Federal de Educação Tecnológica do Pará - CEFET/PA (1999) e desde 2008 foi incorporado como Campus integrante do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Pará - IFPA.

O IFPA – Campus Belém é localizado na Avenida Almirante Barroso 1155, entre travessa Timbó e travessa Mariz e Barros, bairro do Marco, CEP 66093-020. A área de abrangência do Campus Belém, foi definida pela resolução nº 111/2015-CONSUP de 19 de agosto de 2015, e além do município de Belém, no que tange a oferta de ensino, os municípios de Benevides, Cachoeira do Arari, Marituba, Muaná, Ponta de Pedras, Santa Bárbara, Salvaterra, São Sebastião da Boa Vista e Soure também fazem parte dessa abrangência.

Atualmente o IFPA - Campus Belém oferta cursos de **nível médio**, na modalidade da Educação Profissional e Tecnológica nas formas **Integrada ao Ensino Médio** (ensino médio e educação profissional compondo currículo único e integrado constituído de formação geral e formação técnica, destinando-se ao público que concluiu o ensino fundamental, preferencialmente na faixa etária própria: menores de 18 anos) e **Subsequente** (curso técnico de nível médio destinado a aqueles que já concluíram o Ensino Médio, com currículo constituído apenas da



formação técnica), são eles: técnico em Telecomunicações, técnico em Eletrotécnica, técnico em Eletrônica, técnico em Informática, técnico em Química, técnico em Metalurgia, técnico em Mecânica, técnico em Agente Comunitário de Saúde, técnico em Eventos, técnico em Segurança do Trabalho, técnico em Edificações, técnico em Estradas, técnico em Agrimensura, Geodésia e Cartografia, técnico em Design de Interiores, técnico em Mineração, técnico em Pesca e Aquicultura e técnico em Saneamento.

Compõe a oferta do IFPA Campus Belém ***cursos Superiores de Tecnologia***, em nível de graduação, com currículo específico estruturado para uma área de formação específica, que tem como pré-requisito a conclusão do ensino médio por parte do ingressante, são eles: Tecnologia em Sistemas de Telecomunicações, Tecnologia em Eletrotécnica Industrial, Tecnologia em Análise e Desenvolvimento de Sistemas, Tecnologia em Saneamento Ambiental, Tecnologia em Gestão Pública e Tecnologia e Gestão de Saúde.

Ainda no que tange a oferta do ***ensino superior***, o IFPA Campus Belém possui cursos de ***graduação na área da Engenharia***, para o qual é exigido como pré-requisito a conclusão do ensino médio por parte do ingressante. Estão assim elencados: Engenharia de Materiais e Engenharia de Controle e Automação.

O IFPA Campus Belém oferta ainda cursos de ***graduação na área das licenciaturas***, para os quais também é necessário que o ingressante tenha concluído o ensino médio: Licenciatura em Geografia, Licenciatura em Física, Licenciatura em Química, Licenciatura em Matemática, Licenciatura em Ciências Biológicas, Licenciatura em Letras e Licenciatura em Pedagogia.

Em nível de ***pós-graduação lato sensu*** está vigente a oferta do curso de especialização em Educação para as Relações Etnicorraciais, História e Cultura Afrobrasileira e Africana coordenado pelo NEAB (Núcleo de Estudos Afrobrasileros e Diversidades). Para este curso é necessário que o ingressante tenha concluído curso de graduação. Em nível de pós-graduação ***stricto sensu*** já está aprovado pela CAPES (Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior) o curso de Mestrado em Engenharia de Materiais com previsão para abertura de edital para primeira turma em 2016.



A retomada de oferta de cursos em EJA-EPT (Educação de Jovens e Adultos integrada à Educação Profissional e Tecnológica) já está em fase de estruturação e construção das propostas pelo Campus Belém, outras ofertas como de PRONATEC (Programa Nacional de Acesso ao Ensino Técnico e Emprego), PARFOR (Plano Nacional de Formação de Professores), UAB (Universidade Aberta do Brasil), E-TEC Brasil estão finalizando turmas em andamento e ou em processo de retomada de oferta, ressaltando-se as especificidades da oferta de cada programa.

De acordo com o organograma do Campus Belém compõem a estrutura da Direção de Ensino os seguintes Departamentos: Departamento Pedagógico de Apoio ao Ensino (DEPAE), Departamento de Ensino, Processos Industriais, Informação e Comunicação (DEPIC), Departamento de Ensino, Gestão e Negócios, Ambiente e Saúde, Hospitalidade, Lazer e Segurança (DEGAS), Departamento de Ensino, Recursos Naturais, Design e Infraestrutura (DERIN) e Departamento de Ensino, Ciências e Formação de Professores (DEPRO). O curso de Licenciatura em geografia está ligado ao Departamento de Ensino, Ciências e Formação de Professores (DEPRO).

No início dos anos 2000, o Ministério da Educação (MEC) decidiu pela criação de Cursos de Licenciaturas como exigência para a formação docente em nível de graduação frente ao expressivo número de professores leigos na Amazônia Brasileira.

O então Centro Federal de Educação Tecnológica do Pará (CEFET/PA) foi responsável pela implantação dos Cursos de Licenciatura Plena em Geografia, Biologia, Matemática, Física e Química. A prioridade inicial era suprir a demanda de professores na Educação Básica das disciplinas da área de ciências exatas e naturais. A Geografia, portanto, foi inserida pela proximidade com as referidas áreas de conhecimentos. Os cursos mencionados iniciaram primeiramente no Município de Redenção no Sul do Pará, em janeiro de 2001 e em agosto do mesmo ano iniciaram em Belém.

A proposta pedagógica do CEFET/PA, que em meados da década de 2000, foi integrado à nascente rede federal de ensino técnico superior na forma do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Pará (IFPA), Campus Belém, para os cursos de licenciaturas objetiva fortalecer a efetiva profissionalização do trabalhador



da educação, por meio de um eixo comum, representado pelo desenvolvimento da competência e das habilidades como concepção nuclear na orientação do percurso formativo para garantir a qualidade e eficiência do trabalho docente no âmbito da Educação Básica.

Neste contexto, o Curso de Licenciatura em Geografia apresenta sua composição curricular embasada e estruturada nas legislações vigentes e documentos institucionais, a proposta pedagógica de um Projeto Político Pedagógico (PPC) referendando a construção de uma matriz curricular que atende e integra os conhecimentos geográficos e pedagógicos e as atividades didático-pedagógicas que possibilitam a formação docente voltada para a realidade global e regional. Recordar-se ainda, que o Projeto Pedagógico do Curso de Geografia passou, recentemente por uma reforma, que a partir de 2014 atualizou parte significativa da sua matriz curricular, bem como as mudanças possibilitadas pela última década em termos de investimento na rede federal de ensino superior.

Desta forma, esta proposta pedagógica estará sempre em transição conforme a contemporaneidade contemplando a natureza da Geografia como área do conhecimento abrangente, atual e versátil.

Diante desta realidade, o PPC do Curso passa por uma nova reforma, que considera as mudanças institucionais e nas legislações recentes, posto que necessitam atender a uma nova concepção da formação docente institucionalizada em território nacional, com novos princípios norteadores que deverão conduzir e orientar o aprendizado e a práxis dos graduandos atendendo as recentes exigências do MEC que, por meio da Resolução nº 2, de 1 de julho de 2015, define novas diretrizes curriculares nacionais para a formação inicial em nível superior para cursos de licenciatura, de formação pedagógica e para a formação continuada, e também em consonância com a normativa institucional do IFPA, através da resolução n. 217/2015 (CONSUP), que estabelece os procedimentos para atualização de PPC's de cursos da instituição. Bem como seguir as orientações do Plano Institucional de Educação – PNE 2014-24, para a Curricularização da Extensão e cumprimento dos 10% da carga horária total do curso previstos em Lei.



II. JUSTIFICATIVA

2.1 Necessidade de implantação do curso de Licenciatura em Geografia em Belém, a demanda social.

O curso de licenciatura em Geografia, apresentado neste Projeto Pedagógico de Curso, é voltado prioritariamente para a formação de Professores com área de atuação na Educação Básica. Neste caso, tem por fundamentos uma concepção de geografia que deverá ser vista enquanto uma ciência da sociedade que também percebe a natureza como constituinte de seu corpo disciplinar, e que de variadas formas analisa os meios de apropriação dos recursos naturais, a espacialização e territorialização das sociedades humanas, a dinâmica dos processos produtivos, as diferentes demarcações territoriais definidas pelos processos de gestão e planejamento territorial, tendo o ensino com referência dessa concepção.

A contribuição principal da instalação e desenvolvimento deste curso de licenciatura em Geografia está na formação de um profissional do campo da educação para atuar em uma realidade em que há profunda carência de profissionais qualificados na área educacional, carência esta que é reflexo e condicionante de elementos inter-relacionados: a) a extensão territorial do estado do Pará, segundo maior da federação e a ainda precária malha de infraestrutura que conecte as distintas regiões do estado de forma satisfatória; b) déficit de investimento público na área de formação de professores voltados à educação básica; c) realidade de baixa remuneração que retroalimenta a ausência de profissionais na educação básica, em busca de maiores e melhores remunerações, os docentes migram para postos de trabalho no setor público ou privado, colaborando com a falta de quadros na educação básica.

Merece ser ressaltada, ainda, a perspectiva formativa aqui proposta permeada pela Educação em Direitos Humanos, Educação para Relações Etnicorraciais, Educação Ambiental instrumentalizando a formação inicial docente em um processo sistemático e multidimensional que orienta para a formação do sujeito de direitos, articulando as seguintes dimensões: a) apreensão de conhecimentos historicamente construídos sobre as diversidades e a sua relação com os contextos internacional, nacional e local; b) afirmação de valores, atitudes e práticas sociais que expressem acultura dos direitos humanos e das diversidades em todos os espaços da



sociedade; c) formação de uma consciência cidadã capaz de se fazer presente em níveis cognitivo, social, ético e político; d) desenvolvimento de processos metodológicos participativos e de construção coletiva, utilizando linguagens e materiais didáticos contextualizados; e) fortalecimento de práticas individuais e sociais que gerem ações e instrumentos em favor da promoção, da proteção e da defesa dos direitos humanos, bem como da reparação das violações.

Permeia essa construção, a discussão da Base Nacional Comum para a Educação Básica, as Diretrizes Curriculares Nacionais Gerais para a Educação Básica, as Diretrizes para a Educação Infantil, as Diretrizes para o Ensino Fundamental de 9 anos, as Diretrizes para o Ensino Médio, as Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação Profissional de Nível Médio, as Diretrizes Operacionais para a Educação Básica nas Escolas do Campo, as Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação das Relações Étnico-Raciais e para o Ensino de História e Cultura Afro-Brasileira e Africana, Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação Especial na Educação Básica, as Diretrizes Operacionais para o Atendimento Especializado na Educação Básica, as Diretrizes Operacionais para a oferta de Educação de Jovens e Adultos, as Diretrizes para o atendimento de educação escolar de crianças, as Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação Escolar Quilombola, as Diretrizes Nacionais para a Educação em Direitos Humanos e as Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação Ambiental.

Como a geografia tem se tornado cada vez mais uma ciência de forte conteúdo crítico e prático, propõe-se que o perfil de profissional da educação a ser formado no curso de licenciatura do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Pará (IFPA), seja prioritariamente atuante neste ramo de conhecimento, com vistas a contribuir para a construção de uma realidade na qual através do ensino crítico, o geógrafo seja um elemento difusor de uma postura mais consciente do “homem” frente a sua realidade.

Dessa maneira, o Curso de Geografia que propomos procurará se desenvolver dentro de um contexto que coloca o Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Pará como o grande responsável pela formação de profissionais para atuar nesta área de trabalho.



2.2 Dados sobre carência de professores na área, a relevância e contribuição social do curso, demanda do setor produtivo:

A falta de professores em nível da educação básica é um gargalo a ponto de se falar em risco de “apagão” de profissionais dessa área, como aponta o Relatório intitulado “Escassez dos professores do Ensino Médio: propostas estruturais e emergenciais”, o déficit de professores da educação básica no Brasil em 2007 era de 300 mil, sendo que a tendência até aquele momento era negativa. Dados do Instituto Nacional de Estudos Educacionais (INEP), segundo o mesmo relatório, apontam para uma necessidade de cerca de 235 mil professores para o Ensino Médio no país, conforme mostra a Tabela a seguir:

TABELA 01 – Demanda de professores no Ensino Médio, com e sem incluir o 2º ciclo do Ensino Fundamental, por disciplina, e número de licenciados entre 1990 e 2000.

Disciplina	Ensino Médio	Ensino Médio + 2º Ciclo do E.F.	Nº de Licenciados entre 1990-2001
Língua Portuguesa	47.027	142.179	52.829
Matemática	35.270	106.634	55.334
Biologia	23.514	55.231	53.294
Física	23.514	55.231	7.216
Química	23.514	55.231	13.559
Língua Estrangeira	11.757	59.333	38.410
Educação Física	11.757	59.333	76.666
Educação Artística	11.757	35.545	31.464
História	23.514	71.089	74.666
Geografia	23.514	71.089	53.509
TOTAL	235.135	710.893	456.947

Fonte: INEP, 2007.

A evasão nos cursos de Licenciatura nas universidades de todo o país é também um elemento que contribuiu para esse cenário, em virtude de fatores que vão desde as repetências sucessivas nos primeiros anos, até a falta de recursos para os alunos se manterem, mesmo numa universidade pública, haja vista a dificuldade de implementação de programas e projetos de assistência estudantil, em



estudo realizado pela Comissão Especial de Estudos sobre a Evasão nas Universidades Públicas Brasileiras.

De acordo com a Confederação Nacional dos Trabalhadores em Educação (CNTE), o Brasil corre sério risco de ficar sem professores de Ensino Médio na rede pública, na próxima década. E o alerta da CNTE tem suas razões: basta que se analise a relação entre número de ingressantes na profissão versus a perda de profissionais por aposentadoria ou baixa remuneração salarial. O estudo toma por base uma pesquisa feita pelo DIEESE (Departamento Intersindical de Estatística e Estudos Sócio-Econômicos) e realizada com 4.656 professores de dez estados, no início de 2005.

A sondagem está retratada no Documento da Comissão de Aperfeiçoamento de Profissionais do Ensino Médio e Profissionalizante (CAPEMP), instituída pelo MEC, para, entre outras coisas, apontar soluções emergenciais para o enfrentamento da escassez de professores no Ensino Médio. Ela revela que, em um universo de 2,5 milhões de educadores, cerca de 60% estão mais próximos da aposentadoria que do início de carreira. O fato de o Brasil ser, dentre os países da Organização Mundial para Cooperação e Desenvolvimento (OCDE) o que menor forma pessoas em nível básico contribui para esse cenário de escassez, conforme a tabela 02:



TABELA 02 – Percentual da população adulta, entre 25 e 64 anos que concluem as fases finais da Educação Básica.

PAÍSES	PERCENTUAL
Alemanha	83
Austrália	62
Estados Unidos	88
Finlândia	76
França	65
Holanda	66
Grécia	51
Hungria	74
Espanha	43
Itália	44
Chile	49
Argentina	42
Brasil	30

Fonte: INEP,2007.

Neste sentido, a própria criação da plataforma de Educação à Distância “Universidade Aberta do Brasil” é um indicativo dessa necessidade. A extensão territorial que gera necessidade de grandes deslocamentos, a existência de territórios ainda ligados a dinâmicas produtivas rurais ou extrativistas, consolidou, no estado do Pará, a Educação à Distância (EaD) como um estratégia necessária para suprir o déficit de profissionais.

Nesta realidade, a manutenção, modernização e ampliação de um curso de licenciatura em Geografia no Campus Belém deve ser vista como estratégia articulada de promoção e oferta deste nível de ensino, tendo em vista que como afirmamos anteriormente, esses profissionais deslocam-se em grande número para áreas distantes da capital.

É necessário atentar ainda para o fato de que os profissionais licenciados no curso de Geografia do Campus Belém, de forma alguma, limitam-se a trabalhar nas imediações mais próximas da capital ou mesmo a sua Região Metropolitana. Recorda-se, neste sentido, que apenas nos campus de Breves, Bragança e



Conceição do Araguaia são ofertados o curso de licenciatura em Geografia, contribuindo para uma carência nessas regiões destes profissionais.

É importante acrescentar que, além de pensar a oferta de Ensino Médio para os seus jovens, ainda há a necessidade de suprir o débito educacional com as gerações anteriores: para um adulto que não tenha concluído sua Educação Básica, seja o Fundamental ou o Médio, o sistema de ensino deve criar oportunidades para que essa etapa seja concluída. Nesse sentido, a formação de professores da educação básica também é uma estratégia, atrelada à oferta de Ensino Médio regular, que aponte para a oferta de programas de Educação de Jovens e Adultos (EJA), pois isto será decisivo para o enfrentamento da questão.

Portanto, sem dúvida alguma a maior contribuição deste curso está na qualificação e capacitação de profissionais da área do ensino de Geografia que irão atuar nas diversas regiões paraenses.

Dessa maneira, o que se busca é a formação de professores de geografia, que por um lado tenham o mesmo ou maior grau de educadores-geógrafos comprometidos com a reflexão crítica da realidade em que vivemos e, tecnicamente capazes de, através de práticas educacionais em Geografia, contribuir para a formação de uma consciência reveladora e transformadora da realidade existente.

2.3 Estudo de viabilidade: as condições estruturais e humanas da instituição para oferecer o curso (turno, salas disponíveis, laboratórios, materiais e equipamentos necessários para implantação, quantitativo de professores necessários e existentes na instituição).

O Curso de Licenciatura em Geografia funciona durante os turnos matutino, vespertino e noturno, justificam-se estes turnos em virtude da quantidade de profissionais que já atuam na área de ensino ou em outras áreas, mas que não tem formação e que só podem estudar no turno noturno. Atualmente o curso dispõe de três salas, no entanto o campus Belém possui 54 salas de aula, havendo possibilidade de expansão de ofertas de vagas para o curso.

Quanto aos laboratórios, são utilizados os laboratórios de outros cursos, tais como: laboratórios de Biologia, Química, Mineração, Geoprocessamento, informática, Edificações, Multimídia entre outros. Os recursos materiais e



equipamentos necessários para o funcionamento do curso existem (projetores de imagem, computadores, GPS, bússola, globos, etc), na medida em que anualmente novos equipamentos e acervos bibliográficos são adquiridos para os cursos ofertados pelo IFPA e que são utilizados de maneira conjunta. Ainda assim há a necessidade de implantação de laboratórios próprios do curso, para aperfeiçoamento de práticas e técnicas pedagógicas. Atualmente são 08 professores efetivos específicos do curso de geografia, mas são necessários mais 03 professores em virtude da atuação dos professores no estágio supervisionado. O curso também conta com a colaboração de professores de outras áreas, tal como Pedagogia, Ciências Humanas, Letras, Matemática, Física, Geomática e Mineração.

III. REGIME LETIVO

O regime é semestral com duração de oito semestres compondo um total de 3583,17 horas, distribuídas em 2.333,23 horas de disciplinas, incluídas 466,64 horas de estágio, 483,30 horas de prática profissional, além de 200 horas de atividades complementares e 100 horas de Trabalho de Conclusão de Curso. A carga horária semestral das disciplinas é de 20 a 80 horas/aulas.

A duração do curso é de quatro anos, com oferta de 40 vagas anuais, sendo possível duplicar a oferta anual, possibilitando apenas aos ingressantes através de processo de mobilidade externa e interna que sua duração mínima seja de um ano e meio, e tendo como duração máxima do curso seis anos. O curso poderá ser ofertado nos turnos matutino, vespertino ou noturno, alternadamente.

As rematrículas serão presenciais e obrigatórias para cada semestre. O discente que não efetuar matrícula será caracterizado como abandono do curso.

IV. OBJETIVOS

a) Geral

O Curso de Licenciatura em Geografia está organizado e atuará de modo a formar profissionais aptos a desenvolver competências que o levem ao pleno desenvolvimento da docência, com fundamentos em:



b) Específicos

- Domínio dos conteúdos do conhecimento geográfico a serem socializados, seus significados em diferentes contextos e de sua ação interdisciplinar;
- Domínio do conhecimento pedagógico, a partir das novas linguagens e utilização de tecnologias como ferramenta do processo de ensino na sociedade contemporânea;
- Capacidade de desenvolvimento profissional no espaço escolar, a partir do ensino e da própria gestão escolar de forma a promover a aprendizagem dos alunos;
- Comprometimento da docência com os valores estéticos, políticos e éticos, inspiradores da sociedade democrática, com ênfase nas questões da inclusão e convivência com a diferença no espaço escolar;
- Compreensão do papel social da escola.
- Domínio dos conteúdos a serem socializados, seus significados em diferentes contextos, e de sua ação interdisciplinar;
- Identificar, descrever, compreender, analisar e representar os sistemas naturais;
- Identificar, descrever, analisar, compreender e explicar as diferentes práticas e concepções concernentes ao processo de produção do espaço;
- Selecionar a linguagem científica mais adequada para tratar a informação geográfica, considerando suas características e o problema proposto;
- Avaliar representações ou tratamentos gráficos e matemático-estatísticos;
- Elaborar mapas temáticos e outras representações gráficas.
- Dominar os conteúdos básicos que são objeto de aprendizagem nos níveis fundamental e médio;
- Organizar o conhecimento espacial adequando-o ao processo de ensino-aprendizagem em geografia nos diferentes níveis de ensino.

V. REQUISITOS E FORMAS DE ACESSO AO CURSO

O ingresso de alunos aos cursos de licenciatura oferecidos pelo IFPA está condicionado a três possibilidades conforme o Regulamento Didático Pedagógico do Ensino em vigor, Resolução nº 041-CONSUP/2015, que leva em consideração o



Plano de Ingresso Institucional Anual elaborado pela Pró-Reitoria de Ensino – PROEN:

- a) Desde 2009 as vagas são ofertadas através do Sistema de Seleção Unificada (SISU) com aproveitamento de notas do Exame Nacional de Ensino Médio (ENEM), por meio de Edital de Seleção. O ingresso prevê a Lei 12.711/2012, que estabelece reservas de vagas a estudantes de escola pública, e demais legislações pertinentes, tais como ações afirmativas que visem proporcionar a educação superior a faixas da sociedade.
- b) Através de processo seletivo especial de vagas, que abrange transferência Interna entre os Campi do IFPA, e/ou transferência externa entre instituições de nível superior, e/ou portadores de diploma. Este tipo de oferta será disponibilizada após diagnose feita pela Coordenação do Curso para disponibilização das vagas ociosas;
- c) Transferência de outra instituição (*ex-officio*) ou em decorrência de Convênio, Intercâmbio ou Acordo Cultural.

Os cursos superiores de graduação destinam-se aos concluintes do Ensino Médio.

VI. PERFIL PROFISSIONAL DO EGRESSO

O profissional Licenciado em Geografia caracteriza-se como o profissional docente capaz de desenvolver atividades de planejamento, organização e criação de atividades e materiais relativos ao Ensino de Geografia. Sua atribuição principal a partir de sua formação é a docência na Educação Básica, compreendida nos anos de formação e que aprimoram os conhecimentos teóricos, metodológicos, práticos e pedagógicos acerca do Ensino de Geografia. Sendo, portanto, profissional portador de fundamentação teórica dos conhecimentos de sua área, apto a atuar com práticas de multidisciplinaridade e interdisciplinaridade; preparado para desenvolver ideias inovadoras capazes de ampliar e aperfeiçoar sua área de atuação; organizar o conhecimento, adequando-o ao processo de ensino-aprendizagem em Geografia nos diferentes níveis de ensino; e dominar os conteúdos básicos que são objetos de aprendizagem nos ensinos Fundamental e Médio, bem como planejar, desenvolver e



avaliar os processos de ensino e de aprendizagem em geografia para os ensinos Fundamental e Médio.

Para o contínuo acompanhamento do perfil de seu egresso, a coordenação do curso de Geografia do INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DO PARÁ - IFPA, no cumprimento da Responsabilidade Social e das Políticas de Ensino, disponibiliza um canal de acompanhamento de Egressos dos Cursos de Licenciaturas, no qual, através de critérios previamente estabelecidos, o egresso possa permanecer vinculado à Instituição em seu período de prática profissional no período de 01 ano. Até o momento o acompanhamento de egressos tem sido realizado através das redes sociais. A necessidade de contínua interação entre o IFPA e a sociedade tem que ser bastante substantiva para o egresso, no sentido da verificação de continuidade do perfil de profissional e de saber que se constrói no cotidiano da vida profissional em complementação aos estudos que recebeu no ambiente acadêmico. Através dessa interação, o futuro profissional será preparado para enfrentar novos desafios que encontrará no setor educacional em constante atualização, e ainda, a grande vantagem, é que a Instituição será constantemente realimentada com as informações necessárias para analisar os currículos, os métodos e os processos oferecidos no aprendizado dos acadêmicos.

As novas formas da organização do trabalho docente exigem que o IFPA, desenvolva nos cursos de Licenciaturas, além das competências específicas requeridas para a formação docente, níveis mais elevados de capacidade profissional, como trabalho em equipe, tomada de iniciativa e de decisão, criatividade e capacidade de comunicação em um ambiente organizacional em constantes mudanças. Nesse caso, a existência de um canal de acompanhamento de Egressos se constitui em elemento de auxílio do reconhecimento do perfil de profissional que o curso está formando, oportunizando a aproximação do egresso com a Instituição, assim como tornando-se uma grande fonte de informação como suporte para que se efetive permanentemente a avaliação do ensino que se oferta e que se faça os ajustes necessários e constantes nos currículos.

Assim, tem-se como objetivo disponibilizar um canal de acompanhamento de Egressos, como mecanismo que permite ao ex-aluno participar das mudanças, atualizações e melhorias no processo ensino-aprendizagem da Instituição, através



de a) destacar o papel do egresso como fonte de informação para a avaliação do currículo do Curso de Licenciatura em Geografia; b) enfatizar a importância da atualização curricular para a Educação Superior através das informações dos egressos.

A operacionalização do canal de acompanhamento dos egressos será viabilizada através do Sistema de Acompanhamento de Egressos dos Cursos de Licenciaturas, e deve funcionar a partir do estabelecimento dos seguintes procedimentos:

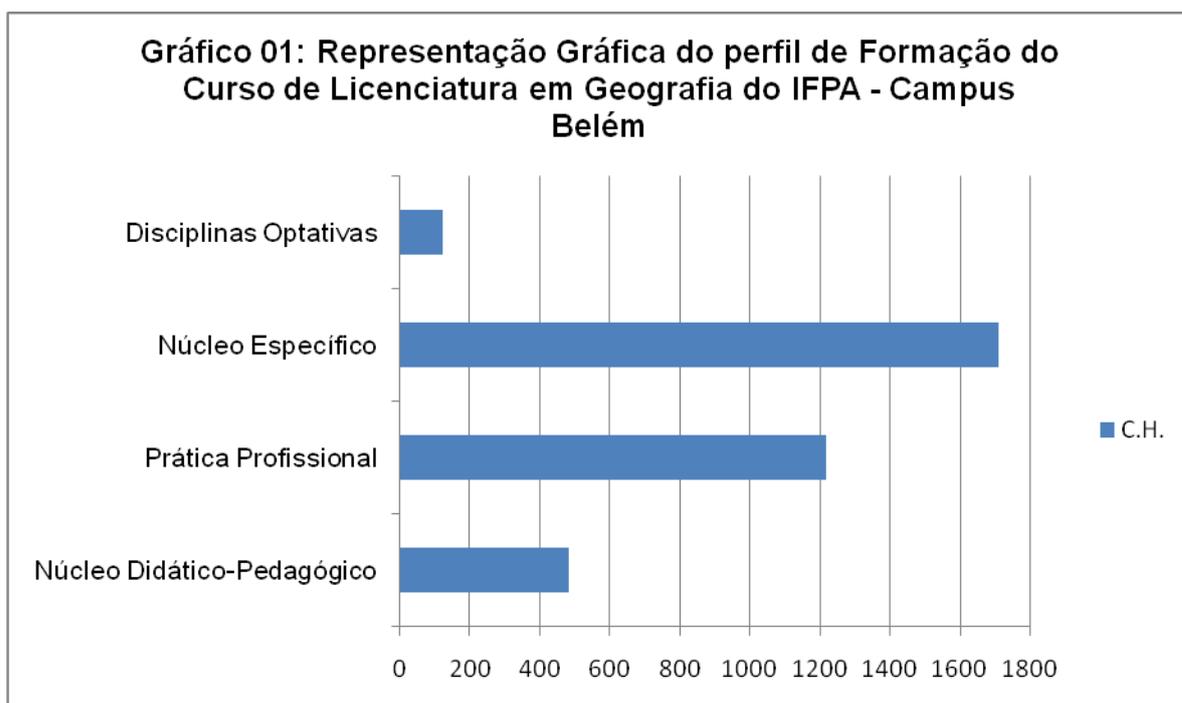
a. Preenchimento de questionário específico do egresso no momento do recebimento de seu diploma, disponibilizado na coordenação de Geografia e também na página oficial da Instituição;

b. Respostas do egresso ao questionário;

c. Produção de relatórios gerados a partir das informações apresentadas nos questionários;

d. Disponibilização de um canal contínuo através da internet e redes sociais nos quais os egressos podem continuamente alimentar o canal de informações com o perfil de desenvolvimento de suas atividades profissionais e áreas de atuação.

VII. REPRESENTAÇÃO GRÁFICA DO PERFIL DE FORMAÇÃO



Fonte: PPC de Geografia, 2017.



SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL
 MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
 INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO CIÊNCIA E TECNOLOGIA DO PARÁ
 DIREÇÃO DE ENSINO
 DEPARTAMENTO DE ENSINO, CIÊNCIAS E FORMAÇÃO DE PROFESSORES.
 CURSO DE LICENCIATURA EM GEOGRAFIA

I SEMESTRE	II SEMESTRE	III SEMESTRE	IV SEMESTRE	V SEMESTRE	VI SEMESTRE	VII SEMESTRE	VIII SEMESTRE
50 h – Metodologia da Pesquisa Científica	50 h – Didática	50 h – Educação Especial	33,33 h – Legislação e Diretrizes Educacionais	33,33 h – Educação para Relações Étnicas Raciais	33,33 h – Cultura e Ética Profissional	50h – Antropologia Educacional	50 h - T.C.C. II
33,33 h – Estatística	33,33 h - Compreensão da Função Social da Escola	33,33h – Introdução à LIBRAS	50 h - Optativa I	66,66 h – Geografia do Brasil	50h - Introdução a Sociologia	66,66h – Noções de Astronomia	66,66 h – Seminário de Atualização Geográfica
33,33 h – Comp. e Produção de Texto	33,33 h - Psicologia da Aprendiz. e Desenv.	66,66 h – Hidrogeografia	66,66 h – Biogeografia	50 h – Espaço Amazônico II	50 h – Optativa	50 h – Geografia Regional	50 h – Geografia dos Municípios Paraenses
33,33 h – Ed. em Direitos Humanos e Diversidades	66,66 h – Fundamentos de geologia e Geomorfologia	50 h – Geografia Econômica	50 h – Geografia Urbana	50 h – Climatologia	50 h - Recursos Naturais e Meio Ambiente II 66,66 h	66,66h – Geografia Física da Amazônia	50 h Educação Ambiental
50 h – Introdução a Cartografia	50 h – Geografia Humana	50 h – Geografia Política	50 h – Espaço Amazônico I	50 h - Recursos Naturais e Meio Ambiente I	66,66h - Geografia Agrária	50 h – Geografia da População	16,66 h – Prática Educativa VIII
66,66 h – Teoria e Método em geografia física	50 h – Geopolítica	33,33 h – Metodologia do Ensino de Geografia	50 h – Práticas de Ensino da Geografia	33,33 h - Cartografia e tecnologias aplicadas ao ensino de geografia	50h - Geoprocessamento	50 h - T.C.C. I	TOTAL: 233,32h
50 h - Evol. do Pens. Geográfico	50 h - Método e Pesquisa em Geografia	66,66 h - Geomorfologia do Brasil	50 h – Trabalho de campo Integrado II	116,66 h - Estágio Supervisionado III	50 h – Trabalho de campo Integrado III	50 h – Prática Educativa VII	
33,33h – Prática Educativa I	50 h – Trabalho de Campo Integrado I	116,66 h - Estágio Supervisionado I	116,66 h - Estágio Supervisionado II	66,66 h – Prática Educativa V	116,66 h - Estágio Supervisionado IV	TOTAL: 383,32 h	
TOTAL: 349,98 h	33,33 h – Prática Educativa II	33,33 h – Prática Educativa III	33,33 h – Prática Educativa IV	TOTAL: 466,64 h	66,66 h – Prática Educativa VI		
	TOTAL: 416,65 h	TOTAL: 499,97 h	TOTAL: 499,98h		TOTAL: 533,31 h		

	DISCIPLINAS COMUNS À FORMAÇÃO DE PROFESSORES
	DISCIPLINAS ESPECÍFICAS DO CURSO
	DISCIPLINAS OPTATIVAS
	PRÁTICA EDUCATIVA



VIII. MATRIZ CURRICULAR

Disciplinas	Período do Curso								CR	CHR	CHA		
	1º	2º	3º	4º	5º	6º	7º	8º					
Metodologia da Pesquisa Científica	x								03	50,00	60	NOTA	
Introdução a Cartografia	x								03	50,00	60	NOTA	
Teoria e Método em geografia Física	x								04	66,66	80	NOTA	
Evolução do Pensamento Geográfico	x								03	50,00	60	NOTA	
Fundamentos de Geologia e Geomorfologia		x							04	66,66	80	NOTA	
Geografia Humana		x							03	50,00	60	NOTA	
Geopolítica		x							03	50,00	60	NOTA	
Método e Pesquisa em Geografia		x							03	50,00	60	NOTA	
Trabalho de Campo Integrado I		x							03	50,00	60	NOTA	
Hidrogeografia			x						04	66,66	80	NOTA	
Geografia Econômica			x						03	50,00	60	NOTA	
Geografia Política			x						03	50,00	60	NOTA	
Metodologia do Ensino de Geografia			x						02	33,33	40	NOTA	
Geomorfologia do Brasil			x						04	66,66	80	NOTA	
Estágio Supervisionado I			x						01	116,66	140	NOTA	
Optativa I				x					03	50,00	60	NOTA	
Biogeografia				x					04	66,66	80	NOTA	
Geografia Urbana				x					03	50,00	60	NOTA	
Espaço Amazônico I				x					03	50,00	60	NOTA	
Práticas de Ensino da Geografia				x					03	50,00	60	NOTA	
Trabalho de Campo Integrado II				x					03	50,00	60	NOTA	
Estágio Supervisionado II				x					01	116,66	140	NOTA	
Geografia do Brasil					x				04	66,66	80	NOTA	
Espaço Amazônico II					x				03	50,00	60	NOTA	
Climatologia					x				03	50,00	60	NOTA	
Recursos Naturais e Meio Ambiente I					x				03	50,00	60	NOTA	
Cartografia e Tecnologias Aplicadas ao Ensino de geografia					x				02	33,33	40	NOTA	
Estágio Supervisionado III					x				01	116,66	140	NOTA	
Optativa II						x			03	50,00	60	NOTA	
Recursos Naturais e Meio Ambiente II						x			03	50,00	60	NOTA	
Trabalho de Campo Integrado III						x			03	50,00	60	NOTA	
Geografia Agrária						x			04	66,66	80	NOTA	
Geoprocessamento						x			03	50,00	60	NOTA	
Estágio Supervisionado IV						x			01	116,66	140	NOTA	
Geografia Regional							x		03	50,00	60	NOTA	
Geografia Física da Amazônia							x		04	66,66	80	NOTA	
Geografia da População							x		03	50,00	60	NOTA	
Trabalho de Conclusão de Curso I – T.C.C. I								x	03	50,00	60	NOTA	
Trabalho de Conclusão de Curso II – T.C.C. II									x	03	50,00	60	NOTA
Seminário de Atualização Geográfica								x	04	66,66	80	NOTA	
Geografia dos Municípios Paraenses								x	03	50,00	60	NOTA	
Educação Ambiental								x	03	50,00	60	NOTA	
Total de Carga Horária do Núcleo Específico									125	2.483,24	3100		



Núcleo Complementar	Estatística	x								02	33,33	40	NOTA
	Compreensão e Produção de texto Acadêmico	x								02	33,33	40	NOTA
	Educação em Direitos Humanos e Diversidades	x								02	33,33	40	NOTA
	Didática		x							03	50,00	60	NOTA
	Compreensão da Função Social da Escola		x							02	33,33	40	NOTA
	Educação para as Relações Étnicorraciais					x				02	33,33	40	NOTA
	Cultura e Ética Profissional						x			02	33,33	40	NOTA
	Introdução a Sociologia						x			03	50,00	60	NOTA
	Antropologia Educacional							x		03	50,00	60	NOTA
	Noções de Astronomia								x	04	66,66	80	NOTA
	Total de Carga Horária do Núcleo Complementar										25	416,64	500
Núcleo Pedagógico	Psicologia da Aprendizagem e do Desenvolvimento da Aprendizagem		x							02	33,33	40	NOTA
	Introdução à Libras			x						02	33,33	40	NOTA
	Educação Especial			x						03	50,00	60	NOTA
	Legislação e Diretrizes educacionais				x					02	33,33	40	NOTA
	Prática Educativa I	x								02	33,33	40	NOTA
	Prática Educativa II		x							02	33,33	40	NOTA
	Prática Educativa III			x						02	33,33	40	NOTA
	Prática Educativa IV				x					02	33,33	40	NOTA
	Prática Educativa V					x				04	66,66	80	NOTA
	Prática Educativa VI						x			04	66,66	80	NOTA
	Prática Educativa VII							x		03	50,00	60	NOTA
Prática Educativa VIII								x	01	16,66	20	NOTA	
Total de Carga Horária do Núcleo Pedagógico										29	483,29	580	

(CR = crédito; CHR = carga horária/relógio; CHA = carga horária/aula)

ATIVIDADES COMPLEMENTARES	Período do Curso								CHR
	1º	2º	3º	4º	5º	6º	7º	8º	
Atividades Complementares								X	200

DISCIPLINAS OPTATIVAS
Políticas Públicas Educacionais no Brasil
Geografia do Turismo
História do Pará
Geografia das águas da Amazônia
Gestão, Políticas Públicas e Ordenamento Territorial
Desenvolvimento, políticas públicas e o campesinato brasileiro



DESCRIÇÃO DA MATRIZ POR SEMESTRE

I SEMESTRE			
DISCIPLINAS	AS	CHR	CHA
Metodologia da Pesquisa Científica	03	50,00	60
Estatística	02	33,33	40
Compreensão e Produção de texto Acadêmico	02	33,33	40
Educação em Direitos Humanos e Diversidades	02	33,33	40
Introdução a Cartografia	03	50,00	60
Teoria e Método em geografia Física	04	66,66	80
Evolução do Pensamento Geográfico	03	50,00	60
Prática Educativa I	02	33,33	40
Total	24	349,98	420

(AS = aulas semanais; CHR = carga horária/relógio; CHA = carga horária/aula)

II SEMESTRE			
DISCIPLINAS	AS	CHR	CHA
Didática	03	50,00	60
Compreensão da Função Social da Escola	02	33,33	40
Psicologia da Aprendizagem e do Desenvolvimento	02	33,33	40
Fundamentos de Geologia e Geomorfologia	04	66,66	80
Geografia Humana	03	50,00	60
Geopolítica	03	50,00	60
Método e Pesquisa em Geografia	03	50,00	60
Trabalho de Campo Integrado I	03	50,00	60
Prática Educativa II	02	33,33	40
Total	25	416,65	500



III SEMESTRE			
DISCIPLINAS	AS	CHR	CHA
Educação Especial	03	50	60
Introdução à Libras	02	33,33	40
Hidrogeografia	04	66,66	80
Geografia Econômica	03	50,00	60
Geografia Política	03	50,00	60
Metodologia do Ensino de Geografia	02	33,33	40
Geomorfologia do Brasil	04	66,66	80
Estágio Supervisionado I	01	116,66	140
Prática Educativa III	02	33,33	40
Total	24	499,97	600

IV SEMESTRE			
DISCIPLINAS	CR	CHR	CHA
Legislação e Diretrizes educacionais	02	33,33	40
Optativa I	03	50,00	60
Biogeografia	04	66,66	80
Geografia Urbana	03	50,00	60
Espaço Amazônico I	03	50,00	60
Práticas de Ensino da Geografia	03	50,00	60
Trabalho de Campo Integrado II	03	50,00	60
Estágio Supervisionado II	01	116,66	140
Prática Educativa IV	02	33,33	40
Total	24	499,98	600



V SEMESTRE			
DISCIPLINAS	CR	CHR	CHA
Educação para as Relações Étnicorraciais	02	33,33	40
Geografia do Brasil	04	66,66	80
Espaço Amazônico II	03	50,00	60
Climatologia	03	50,00	60
Recursos Naturais e Meio Ambiente I	03	50,00	60
Cartografia e Tecnologias Aplicadas ao Ensino de geografia	02	33,33	40
Estágio Supervisionado III	01	116,66	140
Prática Educativa V	04	66,66	80
Total	22	466,64	600

VI SEMESTRE			
DISCIPLINAS	CR	CHR	CHA
Cultura e Ética Profissional	02	33,33	40
Introdução à Sociologia	03	50,00	60
Optativa II	03	50,00	60
Recursos Naturais e Meio Ambiente II	03	50,00	60
Geografia Agrária	04	66,66	80
Geoprocessamento	03	50,00	60
Trabalho de Campo Integrado III	03	50,00	60
Estágio Supervisionado IV	01	116,66	140
Prática Educativa VI	04	66,66	80
Total	26	533,31	640

VII SEMESTRE			
DISCIPLINAS	CR	CHR	CHA
Noções de Astronomia	04	66,66	80
Antropologia Educacional	03	50,00	60
Geografia Regional	03	50,00	60
Geografia Física da Amazônia	04	66,66	80
Geografia da População	03	50,00	60
Trabalho de Conclusão de Curso I – T.C.C. I	03	50,00	60
Prática Educativa VII	03	50,00	60
Total	23	383,32	460



VIII SEMESTRE			
DISCIPLINAS	CR	CHR	CHA
Trabalho de Conclusão de Curso II – T.C.C. II	03	50,00	60
Seminário de Atualização Geográfica	04	66,66	80
Geografia dos Municípios Paraenses	03	50,00	60
Educação Ambiental	03	50,00	60
Prática Educativa VIII	01	16,66	20
Atividades Complementares	01	200	-
Total	14	433,32	280

DISCIPLINAS OPTATIVAS			
DISCIPLINAS	CR	CHR	CHA
Políticas Públicas Educacionais no Brasil	03	50	60
Geografia do Turismo	03	50	60
História do Pará	03	50	60
Geografia das águas da Amazônia	03	50	60
Gestão, Políticas Públicas e Ordenamento Territorial	03	50	60
Desenvolvimento, Políticas Públicas E O Campesinato Brasileiro	03	50	60

QUADRO SÍNTESE DA CARGA HORARIA DO CURSO		
COMPONENTES CURRICULARES	2333,23	
ESTÁGIO SUPERVISIONADO	466,64	
ATIVIDADES COMPLEMENTARES	200,00	
TRABALHO DE CONCLUSÃO DE CURSO	100,00	
PRÁTICA PROFISSIONAL	PRÁTICA EDUCATIVA	333,30
	TRABALHO DE CAMPO INTEGRADO	150,00
CARGA HORARIA TOTAL DO CURSO	3583,17	



DESCRIÇÃO DE CADA DISCIPLINA

I SEMESTRE

Disciplinas

Metodologia da Pesquisa Científica

Estatística

Compreensão e Produção de Texto Acadêmico

Educação em Direitos Humanos e Diversidades

Introdução a Cartografia

Teoria e Método em Geografia Física

Evolução do Pensamento Geográfico

Prática Educativa I



DISCIPLINA: METODOLOGIA DA PESQUISA CIENTÍFICA

CH: 50 horas

EMENTA:

1. O conhecimento: história, significado e apropriação do conhecimento científico. 2. Epistemologia do conhecimento científico: fundamentos da produção do conhecimento científico 3. O ato de ler, o ato de estudar e o ato de escrever textos. 4. As normas técnicas do trabalho científico. 5. Diretrizes para realização de Seminário. 6. Técnica para elaboração de: fichamento, resumo, resenha, referência bibliográfica. 7. Pesquisa via internet – sites científicos – CAPES, SCIELO.

BIBLIOGRAFIA BÁSICA:

KIPNIS, B. **Elementos da pesquisa e a prática do professor**. São Paulo: Moderna. Brasília, DF: Editora UNB, 2005.

LUCKESI, C. **Introdução à Filosofia: aprendendo a pensar**. SP: Cortez, 1996

MOURA, D. G. **Trabalhando com projetos: planejamento e gestão de projetos educacionais**. Petrópolis, RJ: Vozes, 2006.

SEVERINO, A. J. **Metodologia do Trabalho Científico**. SP: Cortez, 2002.

TEIXEIRA, E. **As três metodologias**. Belém: UNAMA, 2003.

BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR:

ECO, H. **Como se faz uma monografia**. São Paulo: Editora Perspectiva, 2000.

LAKATOS, E. M. e MARCONI, M. A. **Fundamentos da Metodologia científica**. São Paulo: Atlas, 1991.

MEDEIROS, J. B. **Redação científica**. São Paulo: Atlas, 1996.



DISCIPLINA: ESTATÍSTICA

C.H.: 33,33 horas

EMENTA:

1. População. 2. Amostragem. 3. Coleta de Dados. 4. Distribuição de Freqüências. 5. Uso de Tabelas. 6. Gráficos Estatísticos. 7. Medidas de Tendência Central. 8. Medidas de Dispersão.

BIBLIOGRAFIA BÁSICA

BUSSAB, W; MORETTIN, P. **Estatística Básica**. São Paulo: Saraiva, 2003.

MILONE, G. **Estatística Geral e Aplicada**. São Paulo: Cultura, 2003.

MARTINS, G. **Estatística Aplicada**. São Paulo: Atlas; 2005.

SILVA, E. M. de et. al. **Tabelas de Estatística**. São Paulo: Atlas, 1996.

BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR

CRESPO, A. **Estatística Fácil**. São Paulo: Saraiva, 2002.

MAGALHÃES, M. N; LIMA, A. C.P. **Noções de Probabilidade e Estatística**. São Paulo: Edusp, 2005.

NAZARETH, H. de S. **Curso básico de estatística**. São Paulo: Ática, 1995.



DISCIPLINA: COMPREENSÃO E PRODUÇÃO DE TEXTO ACADÊMICO

CH: 33,33 horas

EMENTA:

1. As relações entre linguagem oral e escrita. 2. Estrutura, ordenação e desenvolvimento do parágrafo. 3. Organização e constituição das idéias do texto: coesão e coerência. 4. A intertextualidade como recurso de escrita. 5. Paráfrase, citação textual e sínteses. 6. Planejamento da escrita. 7. Os gêneros acadêmico/científicos e suas características. 8. Escrita acadêmica: resenha, resumo, fichamentos e artigos. 9. Argumentação e ritmo nas escritas acadêmicas. 10. Aspectos gramaticais do texto.

BIBLIOGRAFIA BÁSICA

EMEDIATO, Wander. **A Fórmula do texto:** Redação, argumentação e leitura: técnicas inéditas de redação para alunos de graduação e ensino médio. São Paulo: Geração Editorial, 2008.

FIORIN, José Luiz; SAVIOLI, Francisco Platão. **Para entender o texto:** leitura e redação. 17. ed. São Paulo: Ática, 2007.

INFANTE, Ulisses. **Do Texto ao Texto:** Curso Prático de Leitura e Redação. São Paulo: Scipione, 1996.

MENDONÇA, Julieta. **Manual do texto dissertativo:** modo de escrita da redação científica . Foz do Iguaçu: Editares, 2011.

NICOLA, José de; INFANTE, Ulisses. **Gramática contemporânea da língua portuguesa.** 15. ed. São Paulo: Scipione, 1997.

OLIVEIRA, Jorge Leite de. **Texto acadêmico:** técnicas de redação e de pesquisa científica . 8.ed. Petrópolis, RJ: Vozes, 2012.

BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR

CARNEIRO, Augustinho Dias. **Redação em construção:** a escritura do texto. São Paulo: Ed. Moderna, 1994.

FAULSTICH, Enilde L. de J. **Como ler, entender e redigir um texto..** 23. ed. Petrópolis, RJ: Vozes, 2011.

KOCH, Ingedore Grunfeld Villaça; TRAVAGLIA, Luiz Carlos. **A coerência textual.** 17. ed. São Paulo: Contexto, 2008.

_____. **A coesão textual.** 22. ed. São Paulo: Contexto, 2013.



DISCIPLINA: EDUCAÇÃO EM DIREITOS HUMANOS E DIVERSIDADES

CH: 33,33 horas

EMENTA:

1. Educação, direitos humanos e formação para a cidadania. 2. História dos direitos humanos e suas implicações para o campo educacional. 3. Documentos nacionais e internacionais sobre educação e direitos humanos. 4. Estatuto da Criança e do Adolescente e os direitos humanos; sociedade, violência e construção de uma cultura da paz; preconceito, discriminação e prática educativa; políticas curriculares, temas transversais, projetos interdisciplinares e educação em direitos humanos. 5. Educação em direitos humanos, diversidade, cidadania e as práticas pedagógicas. 6. A diversidade na legislação educacional. Conceito de Diversidade; O trato pedagógico e o lugar das Diversidades no Currículo da Educação Básica (Etnicorracial; Geracional; de Gênero; de Orientação Sexual; religiosa, cultural, territorial, físico-individual, de opção política, de nacionalidade, dentre outras).

BIBLIOGRAFIA BÁSICA

CANDAU, Vera Maria; SACAVINO, Susana (org.). **Educação em Direitos Humanos: temas, questões e propostas**; Rio de Janeiro: DP&Alli, 2008.

CANDAU, Vera Maria; ANDRADE, Marcelo; SACAVINO, Susana et alli. **Educação em direitos humanos e formação de professores/as**; São Paulo: Cortez, 2013.

DALBEN, Ângela; DINIZ, Júlio; LEAL, Leiva; SANTOS, Lucíola. (Orgs.) **Convergências e tensões no campo da formação e do trabalho docente**. Belo Horizonte: Autêntica, 2010. , v. 2, 771p. – (Didática e prática de ensino)

FERREIRA, Lúcia Guerra; ZENAIDE, Maria Nazaré; DIAS, Adelaide Alves (org.). **Direitos humanos na educação superior: subsídios para a educação em direitos humanos na pedagogia**; João Pessoa: Editora Universitária UFPB, 2010.



GOMES, Nilma Lino. **Indagações sobre o Currículo: Diversidade e Currículo.** Brasília: Ministério da Educação, Secretaria de Educação Básica, 2008.

SILVA, Tomaz Tadeu da & MOREIRA, Antônio Flávio Moreira. **Territórios Contestados: o currículo e os novos mapas políticos e culturais.** Petrópolis: Vozes, 1995.

TIMOTHY, Osmar Fávero; IRELAND, Denis. **Educação como exercício de diversidade.** Brasília: UNESCO, MEC, ANPEd, 2005. 476 p. (Coleção educação para todos; 7)

BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR

BORTONI – RICARDO, S. M. **Nós Chegemos na Escola, e Agora? – Sociolinguística e Educação.** São Paulo: Parábola Editorial, 2005.

CANDAUI, Vera Maria; SACAVINO, Susana (org.). **Educar em direitos humanos: construir democracia;** Rio de Janeiro: Vozes, 2000.

CORTINA, Adela. **Cidadãos do mundo: para uma teoria da cidadania;** São Paulo: Loyola, 2005.

PAIVA, Angela Randolpho. (Org.). **Direitos Humanos em seus desafios contemporâneos;** Rio de Janeiro: Pallas, 2012.

SACAVINO, Susana (org). **Educação em direitos humanos: pedagogias desde o sul;** Rio de Janeiro: 7 Letras, 2013.

VEIGA, Ilma P. A. e SILVA, Edileusa F. da. (Org.). **A escola mudou. Que mude a formação de professores!** 3. ed. Campinas: Papyrus, 2010.

Periódicos especializados

ANDRADE, Marcelo. É a educação um direito humano? Em busca de razões suficientes para se justificar o direito de formar-se como humano. **Revista de Educação**, v. 36, p. 21-27; Rio Grande do Sul: PUC-RS, 2013.

CANEN, Ana. Universos culturais e representações docentes: subsídios para a formação de professores para a diversidade cultural. **Educação & Sociedade**, a. 22, n. 77, p. 207-227, Dez/2001.



DISCIPLINA: INTRODUÇÃO A CARTOGRAFIA

CH: 50 horas

EMENTA:

1. História da cartografia; 2. A forma do planeta Terra; 3. Mapas, cartas e plantas; 4. Escala: Gráfica, numérica e nominal; 5. Orientação; Rumo e Azimute; 6. Localização de Pontos: Meridianos e Paralelos, Latitude e Longitude; 7. Coordenadas Geográficas; 8. Fusos horários; 9. Projeções cartográficas; 10. Declinação Magnética; 11. O uso da bússola e do GPS; 12. Cartografia Ambiental.

BIBLIOGRAFIA BÁSICA

ALMEIDA, R. D. (Org.). Cartografia Escolar. São Paulo: Contexto, 2007.
ALMEIDA, R.; PASSINI, E. **O espaço geográfico, ensino e representação.** São Paulo: Contexto, 2004
DUARTE, P. A. **Fundamentos de Cartografia.** Florianópolis: Ed. Da UFSC, 2002.
FITZ, P.R. Cartografia básica. São Paulo: Oficina de textos, 2008.

BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR

ALMEIDA, R. D. (Org.). **Novos Rumos da Cartografia Escolar.** São Paulo: Contexto, 2011.
MARTINELLI, M. **Mapas de Geografia e Cartografia Temática.** São Paulo: Contexto, 2003.



DISCIPLINA: TEORIA E MÉTODO EM GEOGRAFIA FÍSICA

CH: 66,66 horas

EMENTA:

1. A construção da Geografia física. 2. Questões conceituais e metodológicas em geografia Física. 3. O conceito de paisagem. 4. Análise geossistêmica, ecodinâmica e geocológica da paisagem. 5. A relação sociedade-natureza. 6. A Contribuição da Geografia com a questão ambiental. 7. Estudos interdisciplinares e os conceitos de Ciências afins.

BIBLIOGRAFIA BÁSICA

CARVALHO, M. B. **O que é natureza**. São Paulo: Brasiliense, 2003. (Coleção Primeiros Passos)

CHRISTOFOLETTI, A. **Modelagem dos Sistemas Ambientais**. São Paulo: Edgard Blucher, 1999.

MENDONÇA, F. **Geografia física: Ciência humana?** 7ª Ed. – São Paulo: Contexto, 2001. – (Repensando a Geografia).

_____. **Geografia e Meio Ambiente**. 8ª Ed. – São Paulo: Contexto, 2001. – (Caminhos da Geografia).

MORAES, A. C. R. **A Gênese da Geografia Moderna**. São Paulo: Hucitec, 1999.

SANTOS, J. M.; FARIA, M. (Org.) **Reflexões e Construções Geográficas Contemporâneas**. Salvador: 2004.

VITTE, A. C. Os Fundamentos Metodológicos da geomorfologia e a sua Influência no Desenvolvimento das Ciências da Terra. In: VITTE, A. C; GUERRA, A. J. T; VITTE, A. C. (Orgs.). **Reflexões sobre a geografia física no Brasil**. RJ: Bertrand Brasil, 2004.

BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR

AB'SABER, A.N. **Os Domínios de natureza no Brasil: potencialidades paisagísticas**. São Paulo: Atelie Editorial, 2003.

TRICART, J. **Ecodinâmica**. Rio de Janeiro: IBGE, 1977.



DISCIPLINA: EVOLUÇÃO DO PENSAMENTO GEOGRÁFICO

CH: 50 horas

EMENTA:

1. A construção do método científico. 2. Humboldt: da cosmologia Transcendental a Cosmologia Científica. 3. Ratzel e o positivismo científico. 4. Paul Vidal de La Blache e a singularidade da Geografia. 5. A modernização Científica da Geografia: Do neopositivismo a renovação crítica e fenomenológica. 6. Correntes e concepções atuais do pensamento geográfico: o pensamento pós-moderno em geografia e os sistemas complexos.

BIBLIOGRAFIA BÁSICA

GOMES, P. C. **Geografia e modernidade**. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1996

GEORGE, P. GUGLIELMO, R; KAYSER, B; LACOSTE, Y. **Geografia Ativa**. São Paulo: Difel.

MORAES, A. C. R. **Geografia: pequena histórica crítica**. São Paulo: Hucitec, 1984.

MOREIRA, R. **Para onde vai o pensamento geográfico: por uma epistemologia crítica**. São Paulo: Contexto, 2008. PP. 47-78.

MOREIRA, R. **O pensamento geográfico brasileiro: as matrizes originais**. São Paulo: Contexto, 2011.

MOREIRA, R. **O pensamento geográfico brasileiro: as matrizes de renovação**. São Paulo: Contexto, 2011.

MOREIRA, R. **O pensamento geográfico brasileiro: as matrizes brasileiras**. São Paulo: Contexto, 2011.

RODRIGUES, A. J. **Geografia: introdução à ciência geográfica**. São Paulo: AVERCAMP. 2008

SANTOS, M. **Por uma Geografia Nova: da crítica da geografia a uma geografia crítica**. São Paulo: EDUSP, 2004.

BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR

HARVEY, D. **Condição pós-moderna**. São Paulo: editora Loiola, 1989. PP. 186-218.

MOREIRA, R. **Marxismo e geografia (a geograficidade e o diálogo das ontologias)**.

GEOgraphia. Niteroi(RJ). - Ano. 6 - NQ I I - 2004.

<http://www.uff.br/geographia/ojs/index.php/geographia/article/view/140/135>



DISCIPLINA: PRÁTICA EDUCATIVA I (Políticas Educacionais)

CH: 33,33 horas

EMENTA:

1 Conceito de Educação; 2.Os níveis e modalidades de Educação Básica (educação à distância, educação de jovens e adultos, educação especial, educação indígena, educação profissional); 3.Organização, estrutura e funcionamento dos Sistemas de Ensino; 4.Visitas Técnicas e Institucionais; 5.Promoção de Palestras com representantes de órgãos e instituições dos sistemas educacionais do Município e do Estado.

BIBLIOGRAFIA BÁSICA

BRANDÃO, Carlos Rodrigues. O que é educação. São Paulo: Brasiliense, 2006.

CURY, C. R. Jamil. A Nova L.D.B. e suas implicações nos Estados e Municípios: o Sistema Nacional de Educação, In Educação e Sociedade, Nº41, p. 186-201, abril 1992.

LANDIM, Claudia Maria Ferreira. Educação a distância: algumas considerações. Rio de Janeiro, s/n, 1997.

LIBÂNEO, J. C.; OLIVEIRA, J. F. de.; TOSCHI, M. S. Educação Escolar: políticas, estrutura e organização. 10 ed. São Paulo: Cortez, 2011.

SAVIANI, D. Educação brasileira: estrutura e sistema. 10. ed. Campinas: Autores Associados, 2008.

SAVIANI, D. A nova lei da educação: trajetória, limites e perspectivas. 11. Ed. Campinas, SP: Autores Associados, 2008.

SOUZA, João Valdir Alves de. Formação de professores para a educação básica. Belo Horizonte: Autêntica, 2008.

BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR

BRASIL, [Lei Darcy Ribeiro (1996)]. LDB: Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996, que estabelece as diretrizes e bases da educação nacional. 8. Ed. Brasília: Câmara dos Deputados, Edições Câmara, 2013.

BRASIL, MEC. Lei ° 13.005, 24 de junho de 2014, que estabelece o Plano Nacional de Educação- PNE.



BRASIL, MEC, SEE. Marcos político-legais da educação especial na perspectiva da educação inclusiva. Brasília: Secretaria de Educação Especial, 2010.

BRASIL, MEC, SASE. O Sistema Nacional de Educação: diversos olhares 80 anos após o Manifesto. Brasília: MEC/SASE, 2014.

BENTO, Maria Aparecida Silva [org.]. Educação infantil, igualdade racial e diversidade: aspectos políticos, jurídicos, conceituais. São Paulo: Centro de Estudos das Relações de Trabalho e Desigualdades – ACERT, 2011.

CEDAC – Comunidade Educativa. O que revela o espaço escolar?: Um para diretores de escola. São Paulo: Moderna, 2013.

DIAS, Maria C. N; NOVENTA, Vanda [orgs.]. Diálogos sobre a gestão municipal: processo na educação. São Paulo: CENPEC: Fundação Itaú Social, 2012.

ENQUITA, Mariano. A face oculta da escola: educação e trabalho no capitalismo. Porto Alegre: Artes Médicas, 1989.

FIGUEIREDO, Rita Vieira et al. Camargo, ROPOLI, A. M. F. de [org.]. Caminhos de uma formação: educação especial na perspectiva da inclusão. São Paulo: Peirópolis, 2012.

LIMA, José Fernandes de. Educação municipal de qualidade: princípios de gestão estratégica para secretários e equipe. São Paulo: Moderna, 2014

OYAFUSO, Akiko; MAIA, Eny. Plano escolar: caminhos para autonomia. São Paulo: Biruta, 2004.

PINTO, Álvaro V. Sete lições sobre educação de adulto. São Paulo: Cortez, 2001.

RODRIGUES, Nelson. Da mistificação da escola a escola necessária. São Paulo: Cortez, 1996.

SHIROMA, E. O.; MORAES, M. C. M de; EVANGELISTA, O. Política Educacional. 4. ed., Rio de Janeiro: Lamparina, 2007.

UNDIME – União Nacional dos Dirigentes Municipais de Educação. Orientações ao dirigente municipal de educação: fundamentos, políticas e práticas. São Paulo: Fundação Santillana, 2012.



2º SEMESTRE

Disciplinas:

Didática

Compreensão da Função social da Escola

Psicologia da Aprendizagem e do Desenvolvimento da Aprendizagem

Fundamentos de geologia e geomorfologia

Geografia Humana

Geopolítica

Método e Pesquisa em Geografia

Trabalho de Campo Integrado I

Prática Educativa II



DISCIPLINA: DIDÁTICA

CH: 50 Horas

EMENTA:

1.Contextualização histórica da Didática: evolução e suas consequências. 2. Teorias Educacionais e suas influências. 3. O papel Sócio – político da Didática. 4. O Ensino como prática social e multidimensional. 5. A organização do Trabalho Docente: currículo, elementos de um planejamento. 6. Avaliação do ambiente escolar: avaliação diagnóstica, avaliação na perspectiva da superação, tipos e funções da avaliação. 7. Reflexões sobre habilidades e competências. 8. As bases de um projeto na escola, a pedagogia de projetos, projeto de ensino.

BIBLIOGRAFIA BÁSICA

- BRZEZINSKI, I. A formação inicial do Professor para início da Escolarização. Goiânia: Ed. UCG, 1987. **Pedagogia, pedagogas e formação de professores: busca e movimento.** Campinas, São Paulo: Papirus, 1996.
- CYSNEIROS, P. G. Novas Tecnologias na Sala de Aula: melhoria do ensino ou renovação conservadora? In: **Anuais do IX ENDIPE.** Águas de Lindóia, 1998.
- FACENDA, I. C. **A Integração e a interdisciplinaridade no Ensino Brasileiro.** SP: Loyola. 1993.
- MELLO, G. N. **Formação Inicial de Professores da Educação Básica: uma (re)visão radical** – SEADE, Revista (no prelo)
- NÓVOA, A; ESTRELA, A. (org.) **Avaliação em Educação: novas perspectivas.** Lisboa. Educa, 1992.
- RIBEIRO, S. C. **Pedagogia da Repetência Estudos em avaliação Educacional,** n. 4. São Paulo Jul/Dez, 1991.
- SILVA, T. M. N. **A Construção do Currículo na Sala de Aula: o professor como pesquisador.** São Paulo: EPU, 1990.
- SILVA, H. L. e AZEVEDO, J. C. **Reestruturação curricular: teoria e prática no cotidiano da escola.** Petrópolis: Vozes, 1995.



ZABALA, A. **A prática educativa – como ensinar**. Porto Alegre: Artes Médicas, 1998.

BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR

ANDRÉ, M. E D. A; OLIVEIRA, M. R. N. S. (org.). **Alternativas do ensino da Didática**. Campinas: Papirus, 1997.

CANDAU, V. M. (org.) **A Didática em questão**. Petrópolis: Vozes, 1987. Rumo a uma nova Didática. Petrópolis: Vozes 1989. Interculturalidade e educação escolar. In: Anais do IX ENDIPE. Águas de Lindóia, SP, 1998.

CORRAZA, S. M. Planejamento de Ensino como estratégia de Política Cultural. IN: MOREIRA, Antônio Flávio (org.). **Currículo: Questões atuais**. Campinas: Papirus, 1997.



DISCIPLINA: COMPREENSÃO DA FUNÇÃO SOCIAL DA ESCOLA

CH: 33,33 horas

EMENTA:

1. A Sociologia como ciência da Sociedade; 2. Teorias sociológicas e a educação; 3. Tendências pedagógicas na prática educacional; 4. Educação e democratização escolar; 5. Sala de aula como espaço do jogo do saber; 6. Docência / Discência; 7. Professor como agente político; 8. Escola dos tempos modernos: politização e a prática cotidiana.

BIBLIOGRAFIA BÁSICA

BIANCHETTI, Roberto G. **Modelo Neoliberal e Políticas Educacionais**. São Paulo: Cortez. 1996. (Questões da Nossa Época, 56).

BUFFA, E; ARROYO, M. e NOSELLA, P. **Educação e Cidadania: Quem educa o cidadão?** São Paulo: Cortez. 1982.

CARLOS, A. F. A. (Org.) **A geografia na sala de aula**. São Paulo: Contexto, 2010.

FREIRE, Paulo. **Educação e Mudança**. 5ª Ed. Rio de Janeiro. Paz e Terra. 1982.

_____. **Ideologia e Educação**. Rio de Janeiro. Paz e Terra. 1982.

FRIGOTTO, Gaudêncio & GENTILLI, Pablo (org). **A cidadania negada: políticas de exclusão da educação e no trabalho**. São Paulo: Cortez, 2002.

GENTILLI, Pablo A. A. e SILVA, da Tomaz Tadeu. **Neoliberalismo. Qualidade Total e Educação: Visões Críticas**. Petrópolis: Vozes. 1994. (Ciências Sociais da Educação) (370 / G 338n).

GOMES, Cândido Alberto. **A educação em perspectiva sociológica**. 3ª Ed. revista e ampliada. Editora São Paulo: EPU. 1994. (370. 193/6633e). Cortez. 1996 (Questões da Nossa Época, 35) (370.11/B8 117c).

NÓVOA, Antonio. **Relação escola-sociedade: "novas respostas para um velho problema"**. In: Serbino, R. V. etall. **Formação de professores**. São Paulo, Unesp, 1998.



NUNES, F. G. **Ensino de geografia**: novos olhares e práticas.

RODRIGUES, Neidson. **Da Manifestação da Escola à Escola Necessária**.

São Paulo: Cortez. 1996. (Questões da Nossa Época, 54) (370.1/R 696d).

SARTI, C. A. **A família como espelho: Um estudo sobre a moral dos pobres**. Campinas/SP. Autores Associados. FADESP. 1996.

VESENTINI, J. W. O ensino de geografia no século XXI

BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR

FREIRE, Paulo. **Pedagogia da Autonomia: saberes necessários à prática educativa**. São Paulo, Paz e Terra, 1996.

GADOTTI, Moacir. **Educação e Poder: introdução à pedagogia do conflito**. 10ª ed. – São Paulo – Cortez – Autores associados 1991.

MARCELLINO, Nelson C. **A sala de aula como espaço para o jogo do saber**. Ed. Campinas, São Paulo, Papyrus, 1989.

MARQUES, Mário Osório. **Formação do profissional de Educação**. 3ª ed São Paulo, UNIJUI, 2000.



**DISCIPLINA: PSICOLOGIA DA APRENDIZAGEM E DO
DESENVOLVIMENTO DA APRENDIZAGEM**
CH: 33,33 horas

EMENTA:

1. Compreensão dos processos de aprendizagem e suas relações com as diferentes dimensões do fazer pedagógico, especialmente no que diz respeito à interrelação das dimensões afetiva e cognitiva que o constituem, bem como sua relação com os diferentes momentos evolutivos do ser humano e na perspectiva das múltiplas interações que o ensinar e o aprender implicam.
2. Teorias contemporâneas da aprendizagem (seus pressupostos e suas relações pedagógicas).
3. Tópicos específicos opcionais.

BIBLIOGRAFIA BÁSICA

BARROS, C.S.G. Pontos de Psicologia Escolar. São Paulo: Atica, 2007.

CARRARA, Kaster (org). Introdução à psicologia da educação: Seis abordagens. Avercamp: São Paulo, 2004.

COLL, César et al. **Psicologia do ensino.** Porto Alegre: Artmed, 2000.

COLL, César; PALÁCIOS, Jesus (org). Desenvolvimento psicológico e educação: psicologia da educação escolar. 2 ed. Porto Alegre: Artmed, 2004. V 2 JOSÉ, Elisabete da Assunção.

GOULART, Iris B. **Psicologia da educação.** Petrópolis, Vozes, 2004.

FONTANA, R. **Psicologia e trabalho pedagógico.** Editora Atual. São Paulo. 2009.

FILHO, G.F. A Psicologia no Contexto Educacional. Campinas: Átomo, 2005.

PIAGET, Jean. Experiências Básicas para Utilização pelo Professor. Petrópolis: Vozes, 2012.



BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR

ALENCAR, E.S.de. (org). Novas contribuições da psicologia aos processos de ensino aprendizagem. São Paulo: Cortez, 2001. _____. O construtivismo na sala de aula. 6.ed. São Paulo: Ática, 2006.

AZZI, Roberta Gurgel; GIANFALDONI (orgs). Psicologia e Educação. Casa do Psicólogo, 2011.

CAMPOS, Dinah Martins de Souza. Psicologia da aprendizagem. 37. ed. Petrópolis: Vozes, 2008.

DESSEN, M.A. A Ciência do Desenvolvimento Humano: Tendências Atuais e Perspectivas Futuras. São Paulo: Artmed, 2006.

FALCÃO, Gérson Marinho. Psicologia da aprendizagem. 10 ed. São Paulo: Ática, 2001.



DISCIPLINA: FUNDAMENTOS DE GEOLOGIA E GEOMORFOLOGIA

CH: 66,66 horas

EMENTA:

1. Introdução as ciências da Terra. 2. Constituição interna do globo terrestre e tectônica de placas. 3. Composição da crosta terrestre: minerais e rochas. 4. Formação do relevo (processos endógenos e exógenos). 5. Princípios para formação do solo (pedologia). 6. Unidades Estruturais do Globo (Maciços Antigos, Bacias sedimentares, Dobramentos Modernos). 7. Relevo Submarino (Margem Continental, Planícies abissais, Cadeia Meso-oceânica). 8. Classificações do Relevo. 9. O estudo do relevo no ensino da geografia.

BIBLIOGRAFIA BÁSICA:

CHRISTOFOLETTI, A. **Geomorfologia**. 2ª Ed. São Paulo: Editora Blucher, 1980

CUNHA, S. B.; GUERRA, A. J. T. (Org.) **Geomorfologia do Brasil**. 4ª ed. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2006.

_____. **Geomorfologia: uma atualização de bases e conceitos**. 7ª ed. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2007.

GUERRA, A. T., GUERRA, A. J. T. **O Novo Dicionário Geológico Geomorfológico**. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2002.

KENITIRO, S. **A importância da geomorfologia em geociências e áreas afins**. Revista Brasileira de Geomorfologia. Volume 1, nº 1, 2000. p 80-87.

LEINS, V; AMARAL, S. E. **Geologia Geral**. São Paulo: Editora nacional

PENTEADO, M. **Fundamentos de Geomorfologia**. 3ª ed. Rio de Janeiro: IBGE, 1983. 185p.

ROSS, J.L.S. **Geografia do Brasil**. São Paulo: Edusp, 1995

TEIXEIRA, W. (etall). **Decifrando a Terra**. São Paulo: Oficina de textos, 2000.



BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR

BRASIL, Departamento Nacional de Produção Mineral. Projeto RADAM. Rio de Janeiro: 1973. Disponível em: www.biblioteca.ibge.gov.br .

CUNHA, S.B.; GUERRA, A.J.T. (Org.). **Geomorfologia: Exercícios, técnicas e aplicações**. 2ª ed. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2002.

_____. **Geomorfologia e Meio Ambiente**. 8ª ed. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2010.

SIMIELLI, M. E. R. **Geoatlas**. São Paulo: Ática, 2004.



DISCIPLINA: GEOGRAFIA HUMANA

CH: 50 horas

EMENTA:

01. A Geografia humana: fundamentos e objeto de estudo. 02. Geografia física x Geografia humana: dualidade x unidade. 03. Conceitos, noções e categorias nos estudos de Geografia humana. 04. A noção de natureza na geografia humana e a relação natureza e história. 05. A paisagem, o espaço e o território como conceitos distintos e indissociáveis. 06. Escala cartográfica e escala geográfica: do espaço absoluto ao espaço relativo e relacional. 07. A noção de redes na geografia humana. 08. O conceito de lugar e a dimensão geográfica das singularidades sociais.

BIBLIOGRAFIA BÁSICA

CASTRO, I. E; GOMES, P. C. C; CORREA, R. L. **Explorações geográficas**. RJ: BERTRAND BRASIL, 1997.

GOMES, P. C. **Geografia e modernidade**. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1996. PP. 304-337.

GOMES, P. C; CORREA, R. L. CASTRO, I. E. **Geografia: conceitos e temas**. Rio de Janeiro. Bertrand Brasil, 1995.

GREGORY, D. **Geografia humana: sociedade, espaço e ciência social**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1995.

DAMIANI, A L. **População e Geografia**. SP. Contexto. 2001.

GEORGE, P. GUGLIELMO, R; KAYSER, B; LACOSTE, Y. **Geografia Ativa**. São Paulo: Difel.

MORAES, A. C. R. **Geografia: pequena história crítica**. São Paulo: Hucitec, 1984.

MOREIRA, R. **Para onde vai o pensamento geográfico: por uma epistemologia crítica**. São Paulo: Contexto, 2008. PP. 47-78.

MOREIRA, R. **O pensamento geográfico brasileiro: as matrizes originais**. São Paulo: Contexto, 2011.



MOREIRA, R. **O pensamento geográfico brasileiro**: as matrizes de renovação. São Paulo: Contexto, 2011.

MOREIRA, R. **O pensamento geográfico brasileiro**: as matrizes brasileiras. São Paulo: Contexto, 2011.

RODRIGUES, A. J. **Geografia**: introdução à ciência geográfica. São Paulo: AVERCAMP. 2008

SANTOS, M. **A Natureza do Espaço: Técnica e tempo, razão e emoção**. São Paulo: EDUSP, 2004.

SANTOS, M. **Por uma Geografia Nova: da crítica da geografia a uma geografia crítica**. São Paulo: EDUSP, 2004.

BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR

LENCIONI, S. **Região e geografia**. São Paulo: Edusp, 1999. PP. 73-118.

HARVEY, D. **Condição pós-moderna**. São Paulo: editora Loiola, 1989. PP. 186-218.

GODOY, P. R. T. A produção do espaço: uma reaproximação conceitual da perspectiva lefebvriana. **GEOUSP - Espaço e Tempo**, São Paulo, Nº 23, pp. 125-132, 2008.

http://www.geografia.fflch.usp.br/publicacoes/Geousp/Geousp23/Artigo_Paulo_Godoy.pdf



DISCIPLINA: GEOPOLITICA

CH: 50 horas

EMENTA:

1. Pressupostos Teóricos do Pensamento Geopolítico. 2. A Evolução do Pensamento Geopolítico nas Tendências Geográficas. 3. A Geopolítica Clássica: A geopolítica alemã: a potência continental; a escola anglo – saxã: o domínio dos mares; a geografia política francesa: possibilismo contra determinismo. 4. O papel da África e da Ásia no sistema geopolítico europeu; 5. Conceitos Elementares em Geopolítica: Território, Região, Estado-Nação, Desterritorialização, Espaço. 6. Ecologia como Parâmetro Geopolítico. 7. A geopolítica brasileira 8. A Geopolítica da Nova Ordem Mundial.

BIBLIOGRAFIA BÁSICA:

LACOSTE, Y. **A Geografia – Isso Serve, em Primeiro Lugar, para fazer a Guerra.** Campinas, SP: Papyrus, 1993.

MAGNOLI, D. **O que é Geopolítica.** Editora Brasiliense. 1994.

IANNI, O. **Teorias da Globalização.** Rio de Janeiro, Civilização Brasileira, 1995.

SANTOS, M. Et ali. **Fim de Século e Globalização.** São Paulo: Hucitec, 1993.

SANTOS, T. **Economia Mundial. Integração Regional & Desenvolvimento Sustentável: As novas tendências da economia mundial e a integração latino americana.** Petrópolis, Editora Vozes. 1994.

HOBBSAWM, Eric. **Nações e nacionalismos desde 1780.** Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1988.

BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR:

CAPEL, H. La geografia despues de los atentados del 11 de Septiembre. In: **Terra Livre.** São Paulo, ano 18, vol I, n. 18. p. 11-36.

CASTELLS, M. Um Estado destituído de poder? In: CASTELLS, M. **O poder da identidade.** A era da informação: economia, sociedade e cultura, volume II. SP, Paz e Terra, 1999, pp.288-363.

HUNTINGTON, S. P. **O choque de civilizações e a recomposição da ordem mundial.** Rio de Janeiro, Objetiva, 1997.

VESENTINI, J. W. As geopolíticas clássicas e sua crise. In: **Novas geopolíticas.** SP: Contexto, 2002.



DISCIPLINA: METODO E PESQUISA EM GEOGRAFIA

CH: 50 horas

EMENTA:

1. A pesquisa como princípio científico e educativo. 2. Método e metodologia na construção do conhecimento geográfico. 3. A geografia como campo científico. 4. Teorias e conceitos como ferramentas de pesquisa em geografia. 5. A escala e o tempo como conceitos fundamentais. 6. Estratégias e técnicas de investigação empírica. 7. Trabalho de campo e pesquisa em geografia. 8. Escrita e método de exposição em geografia.

BIBLIOGRAFIA BÁSICA:

DEMO, P. **A Pesquisa como principio científico e educativo**. São Paulo: Cortez, 2005.

CASTRO, I. E; GOMES, P. C. C; CORREA, R. L. **Geografia: conceitos e temas**. São Paulo: Bertrand, 2001.

OLIVEIRA, P.S. (Org) **Metodologia das ciências humanas**. São Paulo: Hucitec/Unesp, 1998.

MORIN, E. **Ciência com consciência**. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2003.

MENDONÇA, F; KOZEL, S. (Org). **Elementos de epistemologia da geografia contemporânea**. PR. ED. UFPR. 2002.

SANTOS, M. **Espaço e Método**. SP: EDUSP, 2008.

SPOSITO, E. S. **Geografia e Filosofia: Contribuição para o Ensino do Pensamento Geográfico**, São Paulo: editora UNESP, 2003.

BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR:

MORAES, A C R. **Meio Ambiente e Ciências Humanas**. São Paulo: Annablume, 2009.

BARROS, J. D. **O Projeto de Pesquisa em História**. Petrópolis: Vozes, 2008. 4ª edição. (capítulos 1 e 2).



DISCIPLINA: TRABALHO DE CAMPO INTEGRADO I

CH: 50 horas

EMENTA: 1.Projeto de trabalho de Campo Integrado.2.A construção do trabalho de campo em Geografia: aspectos teórico-metodológicos da pesquisa de campo em Geografia. 3.O roteiro de campo, sistematização, análise e discussão do material levantado nas atividades preparatórias e durante o trabalho de campo.

BIBLIOGRAFIA BÁSICA:

ALENTEJANO, P; LEÃO, R. Trabalho de campo: uma ferramenta essencial para os geógrafos ou um instrumento banalizado? In: **Boletim Paulista de Geografia**, São Paulo, n. 1, 1949.

AB'SABER, A.N. **Os Domínios de natureza no Brasil: potencialidades paisagísticas**. São Paulo: Atelie Editorial, 2003.

CASSETI, V. **Ambiente e apropriação do relevo**. São Paulo: Ed. Contexto, 1991.

CORRÊA, R. L. Trabalho de campo e globalização: o discurso geográfico na aurora do Século XXI. Florianópolis: UFSC, nove. 1996 (digital)

LACOSTE, Y. Papel da técnica no processo de produção científica. In: **Boletim Paulista de Geografia** (Seção São Paulo), n. 01, São Paulo: AGB, 1949

SERPA, A. O trabalho de campo em geografia: uma abordagem teórico-metodológica. In: **Boletim Paulista de Geografia**, São Paulo, n. 1, 1949.

SANTOS, M. **A Natureza do Espaço: Técnica e Tempo, Razão e Emoção**4. ed. 2. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo (EDUSP), 2006.

VENTURI, L. A. B. **Geografia: prática de campo, laboratório e sala de aula**. SP: Ed Sarandi, 2012.

PEREIRA, J. B. S. ALMEIDA, J. R. Biogeografia e Geomorfologia. In: **Geomorfologia e Meio Ambiente**. Guerra, A. J. T.; Cunha, S. B. (Orgs). Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1996.



DISCIPLINA: PRÁTICA EDUCATIVA II (Educação a Distância)

CH: 33,33h

EMENTA:

1. A investigação do processo de ensino-aprendizagem no cotidiano escolar, a partir da mediação das Tecnologias de Informação e Comunicação. 2.A elaboração do Plano de Curso com orientação do Professor Preceptor. 3.Elaboração de material didático. Desenvolvimento de atividades de ensino na plataforma de educação à distância utilizada pelo IFPA. 4.Desenvolvimento de atividades de orientação/supervisão no âmbito da EaD. 5.Desenvolvimento de atividades de Tutoria no âmbito da EaD. 6.Elaboração de relatório de avaliação e de autoavaliação. 7.Elaboração de relatório-síntese das vivências considerando os desafios e perspectivas da atuação do licenciado em geografia nas práticas educativas. 8.Socialização das experiências vivenciadas no contexto escolar.

BIBLIOGRAFIA BÁSICA:

KENSKI, Vani. **Educação e Tecnologias: O Novo Ritmo da Informação**. Campinas: Papyrus, 2007.

MOORE, Michael G.; Kearsley. **Educação a Distância: uma visão integrada**. São Paulo: SR, 2005.

MORAN, J. Manuel., BEHRENS, Marilda A, MASETTO, Marcos T. **Novas Tecnologias e Mediação Pedagógica**. 12. ed. Campinas, SP: Papyrus, 2006. ISBN: 85-308-0594-1

PALLOFF, Rena; PRATT, Keith. **O Aluno Virtual: um guia para trabalhar com estudantes online**. Porto Alegre: Artmed, 2004, 216 p.

PALLOFF, Rena; PRATT, Keith. **Construindo Comunidades de Aprendizagem no Ciberespaço: estratégias eficientes para a sala de aula on-line**. Porto Alegre: Artmed, 2002.



VALENTE, J. Armando; ALMEIDA, M. Elizabeth Bianconcini (org). **Formação de educadores a distância e integração de mídias**. São Paulo : AVERCAMP, 2007.

BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR:

BELLONI, M. Luiza. **Educação a Distância**. Campinas: Autores Associados, 2003.

LEVY, Pierry. **Cibercultura**. São Paulo: Cortez, 2001.

LITO, Fredric. M; FORMIGA, Marcos. (Org). **Educação a Distância: o estado da arte**. São Paulo: Pearson Education do Brasil, 2009.

MOORE, Michael G.; Kearsley **Educação a Distância: uma visão integrada**. São Paulo: SR, 2005.



3º SEMESTRE

Disciplinas:

Educação Especial

Hidrogeografia

Geografia Econômica

Geografia Política

Metodologia do ensino de Geografia

Introdução à LIBRAS

Geomorfologia do Brasil

Estágio Supervisionado I

Prática Educativa III



DISCIPLINA: EDUCAÇÃO ESPECIAL

CH: 50 horas

EMENTA:

1. Atividades voltadas para a discussão teórica sobre a Evolução da Educação Especial através da história. 2.As políticas educacionais que embasam a proposta da educação especial/inclusiva, e pessoas com deficiências e mobilidade reduzida 3.A importância da relação família-escola. 4.As Necessidades educacionais especiais, implicações nos processos de ensino-aprendizagem e estratégias de intervenção. 5.Adaptações curriculares, ajudas técnicas e o processo de inclusão.

BIBLIOGRAFIA BÁSICA:

BRASIL, MEC/SEESP. **Política Nacional de Educação Especial na perspectiva da educação inclusiva.** Documento nomeado pela portaria ministerial nº 555 de 5 de junho de 2007.

BRASIL, MEC, SEE. Marcos político-legais da educação especial na perspectiva da educação inclusiva. Brasília: Secretaria de Educação Especial, 2010.

CARVALHO, RositaEdler. **Educação Inclusiva:** com os pingos nos is.Mediação,2012

CUNHA, Antonio Eugenio. **Práticas Pedagógicas para a inclusão e diversidade.** Rio de Janeiro:Wak editora, 2011.

FIGUEIREDO, Rita Vieira et al. Camargo, ROPOLI, A. M. F. de [org.}. **Caminhos de uma formação:** educação especial na perspectiva da inclusão. São Paulo: Peirópolis, 2012.

LIMA, Priscila Augusta. **Educação Inclusiva e igualdade social.** São Paulo: Avercamp, 2006.

MANTOAN, M. T. E. **Inclusão escolar:** o que é? Por que? Como Fazer? São Paulo: Moderna, 2006.p.39-59.



**RAIÇA, Darcy (org). Tecnologias para a educação inclusiva.SP:
Avercamp, 2008**

**RIBEIRO, Maria Luisa S. (org.).Educação Especial: do querer ao fazer. SP:
Avercamp,2003**

RAMOS, Rossana. **Passos para a Inclusão**. 5. ed. São Paulo: Cortez, 2010.

SASSAKI, Romeu Kazumi.**Inclusão:construindo uma sociedade para todos**.
Rio de Janeiro:WVA, 1997.

BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR:

BRASIL, **Constituição Federal de 1988**.

BRASIL, **Lei 10.172**. Dispõe sobre Plano o Plano Nacional de Educação.

BRASIL, **Lei 8.069/1990**. Dispõe sobre o Estatuto da Criança e do
Adolescente.

BRASIL, **Resolução CNE/CP nº 2/01**. Dispõe sobre as Diretrizes Nacionais
para a Educação Especial na Educação Básica.

PRIOSTE, Cláudia. Dez questões sobre a Educação Inclusiva da pessoa com
deficiência. Avercamp.

SANTOS, Monica Pereira; PAULINO, Marcos Moreira (orgs.). **Inclusão em
Educação: Culturas, Políticas e Práticas**. 2. ed. São Paulo: Cortez, 2008.



DISCIPLINA: HIDROGEOGRAFIA

CH: 66,66 horas

EMENTA:

1. Introdução ao estudo das ciências das águas. 2. Ciclo Hidrológico e a distribuição de águas doces no planeta. 3. Águas superficiais (definição, formação e classificação de bacias hidrográficas). 4. Bacias hidrográficas brasileiras. 5. Águas subterrâneas. 6. Zona costeira e marítima. 7. Planejamento e gestão dos recursos hídricos. 8. O estudo dos recursos hídricos no ensino de geografia.

BIBLIOGRAFIA BÁSICA:

- CUNHA, S. B. Bacias hidrográficas. In: CUNHA, S. B; GUERRA, A. J. T. **Geomorfologia do Brasil**. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1998.
- CLARKE, R; KING, J. **O Atlas da Água**. São Paulo: Publifolha, 2005.
- Latrubesse, E.M.; Stevaux, J.C. e Sinha, R. Grandes sistemas fluviais tropicais: uma visão geral. In: **Revista Brasileira de Geomorfologia**, Ano 6, Nº 1 (2005) 01-18. <http://www.lsie.unb.br/rbg/index.php/rbg/article/view/35/33>
- MOTA, G. Et al. **Caminhos e Lugares da Amazônia: ciência, natureza e territórios**. Belém: GAPTA/UFPA, 2009.
- PAGNOCCHESCHI, Bruno. Política Nacional de Recursos Hídricos. In: LITTLE, P.E. (Org.). **Políticas Ambientais no Brasil: análises, instrumentos e experiências**. São Paulo: Petrópolis; Brasília, DF: IIEB, 2003.
- REBOUÇAS, A. da C; BRAGA, B.; TUNDISI, J.G.(Org.) **Águas Doces no Brasil: capital ecológico, uso e conservação**. – 3ª ed.– São Paulo: Escrituras Editoras, 2006.
- RIBEIRO, K.T.S. **Água e saúde humana em Belém**. Belém: Cejup, 2004.
- RIO, Gisela Aquino Pires do; PEIXOTO, Maria Naíse de Oliveira. Superfícies de Regulação e Conflitos de Atribuições na Gestão de Recursos Hídricos. In: **Território/ LAJET**, UFRJ. – ano VI, nº 10 (jan./jun. 2001) – Rio de Janeiro: UFRJ, 2000



TUNDISI, J.G. **Água no século XXI: enfrentando a escassez**. São Carlos-SP: RIMA, 2003.

BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR:

ARAGÓN, L. E.; GODT-CLUSENER (Orgs.). **Problemática do uso local e global da água na Amazônia**. Belém: NAEA, 2003.

CUNHA, S. B. Geomorfologia Fluvial. In: GUERRA, A. J. T.; CUNHA, S. B. **Geomorfologia: uma atualização de bases e conceitos**. 3 ed. Rio de Janeiro, Bertrand Brasil, 1998.

VIDIGAL, A.A.F. et al. **Amazônia Azul: O mar que nos pertence**. Rio de Janeiro: Record, 2006.



DISCIPLINA: GEOGRAFIA ECONÔMICA

CH: 50 Horas

EMENTA:

1. A geografia econômica global: gênese, estrutura e dinâmica. 2. A produção do espaço geográfico no capitalismo e outros modos de produção. 3. A transformação político – econômica do capitalismo no final do século XX. 4. A mais nova divisão internacional do trabalho. 5. Economias e territórios em mutação. 6. Economia, espaço e globalização. 7. Lógicas endógenas: sistemas de inovação e arranjos produtivos locais: alternativas a economia global? 8. Mundialização do capital, regime de acumulação financeiro e programas alternativos ao liberalismo financeiro.

BIBLIOGRAFIA BÁSICA

CASTELLS, M. **A sociedade em rede v 1**. SP, Paz e Terra, 1999.

HARVEY, D. **A condição Pós-Moderna**. SP, Edições Loyola, 1992.

_____. **A produção capitalista do Espaço**. SP. Ed Annablume, 2005.

SANTOS, M. **Por uma outra globalização**. Rio de Janeiro, Record, 2000.

SANTOS, B. S. (Org.). **A globalização e as ciências sociais**. SP: Ed. Cortez. 2005.

WALLERSTEIN, I. **Capitalismo histórico e civilização capitalista**. Tradução Renato Aguiar. Rio de Janeiro. Ed: Contraponto, 2001.

BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR

CLAVAL, P. **Geografia Econômica**. Barcelona: Oikos-Tau, 1976.

CATANI, A. M. **O que é capitalismo**. SP. Ed Brasiliense, 1984.

HEIBRONER, R. **O Capitalismo do século XXI**. Rio de Janeiro, Jorge Zahar, 1994.

SMITH, N. Gentrificação, a fronteira e a reestruturação do espaço urbano. **GEOUSP - Espaço e Tempo**, São Paulo, Nº 21, pp. 15 - 31, 2007.

http://www.geografia.fflch.usp.br/publicacoes/Geousp/Geousp21/Artigo_Neil.pdf



DISCIPLINA: GEOGRAFIA POLÍTICA

CH: 50 horas

EMENTA:

1. Poder e território. Territorialidade, multiterritorialidade e desterritorialização.
2. Território e rede. 3. Território e identidade. 4. Território e movimentos sociais. 5. Política do espaço e ordenamento territorial no Brasil. 6. Políticas territoriais no Brasil. 7. Fragmentação e recomposição territorial no Brasil.

BIBLIOGRAFIA BÁSICA:

- CASTRO, I. E. **Geografia política**. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2005.
- CASTRO, E. I; MIRANDA, M; EGLER, C (Orgs). **Redescobrimo o Brasil**. RJ. BERTRAND, 1999.
- HAESBAERT, R. **Territórios alternativos**. SP. Contexto. 2009.
- LEFEBVRE, HENRI. **Espaço e política**. BH. UFMG. 2008.
- RAFFESTIN, C. **Por uma geografia do poder**. São Paulo: Ática, 1993..
- SANTOS, M. **O espaço do cidadão**. SP, EDUSP, 2007.

BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR

- GOHN, M. G. **Teorias dos movimentos sociais**. São Paulo: Loyola, 2000.
- DIAS, L. C; FERRARI, M. **Territorialidades humanas e redes sociais**. SC. Insular. 2011.
- HAESBAERT, R. Territorio e multiterritorialidade: um debate. **GEOgraphia**. Niteroi (RJ). - Ano IX - No 17 - 2007.
<http://www.uff.br/geographia/ojs/index.php/geographia/article/view/213/205>
- SILVA, Tadeu da Silva; HALL, S; WOODWARD, K. **Identidade e diferença**. SP. Editora VOZES, 2009.



METODOLOGIA DO ENSINO DE GEOGRAFIA

CH: 33,33 Horas

EMENTA:

1. Histórico e dimensões teórico-metodológicas da Geografia escolar. 2. Formação do professor de Geografia. 3. Políticas curriculares e ensino de geografia. 4. Uso do livro didático em geografia: implicações e avaliação. 5. As categorias da Geografia na educação básica. 6. Educação inclusiva e ensino de geografia. 7. Temas interdisciplinares.

BIBLIOGRAFIA BÁSICA:

CASTELLAR, S. VILHENA, J. **Ensino de Geografia**. São Paulo: Cengage Learning, 2010.

KIMURA, S. **Geografia no ensino básico**. Questões e propostas. PONTUSCHKA, N. OLIVEIRA, A.U (Orgs). **Geografia em perspectiva**. São Paulo: Contexto, 2002.

PONTUSCKA, N. **Para ensinar e aprender Geografia**. São Paulo: Cortez, 2007.

REGO, N. CASTROGIOVANNI, A. C. KAERCHER, N.A. (Orgs) **Geografia. Práticas pedagógicas para o ensino médio**. Porto Alegre, Artmed, 2007.

SPOSITO, M. E. B. (Orgs) **Livros Didáticos de História e Geografia: Avaliação e Pesquisa**. São Paulo: Cultura Acadêmica, 2006.

BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR

CARLOS, A. F. (Org). **A Geografia na Sala de Aula**. São Paulo: Contexto, 2006.

CAVALCANTI, L. S. **Geografia e práticas de ensino**, Goiânia. Alternativa, 2002.

CAVALCANTI, L. **Geografia, Escola e Construção de conhecimentos**. São Paulo: Papirus, 1998.



REGO, NELSON. CASTROGIOVANNI, ANTONIO CARLOS. KAERCHER, NESTOR ANDRE. **Geografia - Práticas pedagógicas para o ensino médio.**

Editora: ARTMED, 2007.

BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR:

STRAFORINI, R. **Ensinar geografia. O desafio da totalidade – mundo nas séries iniciais.** São Paulo: Annablume, 2004.

VESENTINI, J. W. **Para uma geografia crítica na escola.** São Paulo: Ática, 1992.

VESENTINI, J.W (ORG). **Geografia e ensino – Textos críticos.** São Paulo, Papyrus, 1989.



DISCIPLINA: INTRODUÇÃO À LIBRAS

CH: 33,33 horas

EMENTA:

1. Pressupostos teórico-metodológicos da educação de surdos. 2. Aspectos históricos, culturais, linguísticos, educacionais e sociais da surdez; 3. Identificação, graus e causas da surdez. 4. Aspectos legais que reconhecem a LIBRAS como língua. 5. Aspectos clínicos e socioantropológicos sobre a surdez. 6. Identidade e Cultura surda. 7. Conceituação e estruturação da língua de sinais-LIBRAS. 8. Sistema de classificação da LIBRAS; 9. Códigos próprios da escrita de sinais.

BIBLIOGRAFIA BÁSICA:

CAPOVILLA, F. C. (Org.). **Manual ilustrado de sinais e sistema de comunicação em rede para surdos**. São Paulo: Instituto de Psicologia da Universidade de São Paulo, 1998.

FELIPE, T. A. **Introdução à gramática de LIBRAS**. Rio de Janeiro: 1997.

FERREIRA BRITO, L. **Por uma gramática de línguas de sinais**. Rio de Janeiro: Tempo Brasileiro, 1995.

QUADROS, R. M. & KARNOPP, L. B. **Língua de Sinais Brasileira - Estudos linguísticos**. Porto Alegre, RS: Artmed., 2004.

BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR

GOLDFELD, M. **A criança surda: linguagem e cognição numa perspectiva sócio-interacionista**. São Paulo: Plexos, 1997.

SANTOS, J. **Língua brasileira de sinais**. Rio de Janeiro: INES – Instituto Nacional de Educação de Surdos, 2001.



DISCIPLINA: GEOMORFOLOGIA DO BRASIL

CH: 66,66 Horas

EMENTA:

1. Origem e desenvolvimento do estudo de Geomorfologia no Brasil; 2. Estudo do arcabouço geológico geomorfológico do Território Brasileiro; 3. Distribuição das bacias hidrográficas e sua importância para geomorfologia do Território Brasileiro; 4. As macrocompartimentações geomorfológicas do Litoral Brasileiro; 5. Erosão dos solos e a questão da geomorfologia ambiental; 6- Geomorfologia e ensino de Geografia.

BIBLIOGRAFIA BÁSICA:

Abreu, A. A. A Teoria Geomorfológica e sua Edificação: Análise Crítica. In: **Revista Brasileira de Geomorfologia**, Ano 4, Nº 2 (2003) 51-67.
<http://www.lsie.unb.br/rbg/index.php/rbg/article/view/24/23>

CUNHA, S. B.; GUERRA, A. J. T. (orgs.). **Geomorfologia do Brasil**. 3ªed. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2003.

GUERRA, A. J. T.; CUNHA, S. B. (orgs.). **Geomorfologia e meio ambiente**. 6ªed. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2006.

ROSS, J. **Geografia do Brasil**. São Paulo: Edusp, 2011.

VITTE, A. C; GUERRA, A. J. T. (orgs.). **Reflexões sobre geografia física no Brasil**. 2ªed. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2007

BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR:

CUNHA, S. B.; GUERRA, A. J. T. (orgs.) **A Questão ambiental**. 3ªed. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2007.

GUERRA, A. J. T.; SILVA, A. S.; BOTELHO, R. G. M. (orgs.) **Erosão e conservação dos solos; conceitos, temas e aplicações**. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1999.

SOUZA, C. R. G.; SUGUIO, K.; OLIVEIRA, A. M. S.; OLIVEIRA, P. E. (eds.) **Quaternário do Brasil**. Ribeirão Preto: Holos, 2005.

CUNHA, S. B.; GUERRA, A. J. T. (orgs.). **Geomorfologia: exercícios, técnicas e aplicações**. 5ªed. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2011.



DISCIPLINA: ESTÁGIO SUPERVISIONADO I

CH: 116,66 Horas – Carga Horária Teórica: 16,66 horas – Carga Horária Prática: 100 horas

EMENTA:

1. A educação geográfica; 2. legislação e o estágio nas licenciaturas; 3. estagio como observação; 4. estágio e planejamento: o plano de aula de geografia; 5. o livro didático de geografia no ensino fundamental; 6. o ensino de geografia no ensino fundamental; 7. ensino de geografia e educação especial; 8. a produção do relatório de estágio.

BIBLIOGRAFIA BÁSICA:

BRASIL. **Parâmetros curriculares nacionais: apresentação dos temas transversais.** Brasília:MEC/SEF, 1997a.

BRASIL. **Parâmetros curriculares nacionais: geografia.** Brasília:MEC/SEF, 1997b.

BRASIL. **Parâmetros curriculares nacionais: segundo e terceiro ciclos: documento**

introdutório. Brasília: MEC/SEF, 1997c.

CAVALCANTI, L.S. **Geografia e práticas de ensino.** Goiânia: Alternativa: 2002.

CARVALHO, Anna Maria Pessoa de. **Os estágios nos cursos de licenciatura.** São Paulo: Congage Learning, 2012.

FANTIN, Maria E; TAUSCHEK, Neusa M; NEVES, Diogo L. **Metodologia para o ensino de Geografia.** CURITIBA: Ed IBPEX,2010.

PASSINI, Elza Yasuko. **Prática de ensino de Geografia e estágio supervisionado.** São Paulo: Contexto, 2007.

BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR:

REVISTA TERRA LIVRE - AGB. Prática de ensino em geografia. São Paulo, n.º 08, abril de1991.



DISCIPLINA: PRÁTICA EDUCATIVA III (Educação Especial)

CH: 33,33 horas

EMENTA:

1. A prática de ensino, a formação do professor e problematização da realidade da Educação Especial, a partir do campo de estágio e dos aportes teóricos da Pedagogia e da Educação Especial; 2.a investigação do cotidiano escolar e a construção de alternativas pedagógicas com enfoque no ensino inclusivo; 3.articulação entre o planejamento de ações e atividades na SRM e o currículo da sala regular; 4.diretrizes curriculares nacionais para a educação especial na educação básica; 5.compreensão e uso de instrumentos de pesquisa de abordagem qualitativa em educação; 6.construção de recursos/tecnologias educacionais para intervenção no processo de ensino-aprendizagem.

BIBLIOGRAFIA BÁSICA:

COLL, César; MARCHESI, Álvaro; PALÁCIOS, Jesús (org). **Desenvolvimento psicológico e educação: Transtornos de desenvolvimento e necessidades educativas especiais**. Vol. 3. 2ª Edição. Artmed, 2002.

LIMA, Priscila Augusta. **Educação Inclusiva e Igualdade Social**. São Paulo: Avercamp, 2006. Edição 1.

CARVALHO, Rosita Edler. **Educação Inclusiva: Com os pingos nos "is"**. Editora mediação. Porto Alegre, 2005.

MAZOTTA, Marcos J.S. **Educação Especial no Brasil: História e políticas públicas**. 5ª edição. Editora Cortez, 2005.

STAINBACK & STAINBACK. **Inclusão: Um guia para educadores**. Artmed, 2007

BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR:

CARVALHO, Rosita Edler. **Removendo Barreiras para a aprendizagem. Educação Inclusiva**. Editora Mediação, 2007.

MANTOAN, Maria Tereza Eglér; PRIETO, Rosangela Gavioli (org). **Inclusão escolar**. 2ª edição. Sumus editorial, 2006.



4º SEMESTRE

Disciplinas:

Optativa I

Biogeografia

Geografia urbana

Espaço Amazônico I

Práticas de Ensino de Geografia

Trabalho de Campo Integrado II

Legislação e Diretrizes Educacionais

Prática Educativa IV

Estágio Supervisionado II



SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL
MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO CIÊNCIA E TECNOLOGIA DO PARÁ
DIREÇÃO DE ENSINO
DEPARTAMENTO DE ENSINO, CIÊNCIAS E FORMAÇÃO DE PROFESSORES.
CURSO DE LICENCIATURA EM GEOGRAFIA



OPTATIVA I:



DISCIPLINA: BIOGEOGRAFIA

C H: 66,66 horas

EMENTA:

1. A biogeografia: conceitos, evolução e campo de estudo; 2. Biogeografia e ecologia (fatores bióticos, abióticos e os ciclos biogeoquímicos). 3. Biomas. 4. Domínios morfoclimáticos brasileiros. 5. A fauna e a flora da Amazônia. 6. Biodiversidade. 7. Biopirataria. 8. O estudo da biogeografia no ensino da geografia.

BIBLIOGRAFIA BÁSICA:

AB'SABER, A.N. **Os Domínios de natureza no Brasil: potencialidades paisagísticas**. São Paulo: Ateliê Editorial, 2003.

VIADANA, A.G. **Biogeografia: natureza, propósitos e tendências**. In: VITTE, A.C. e GUERRA, A.J.T. Reflexões sobre a geografia física no Brasil. RJ: Bertrand Brasil, 2004.

ROMARIZ, D.A. **Biogeografia: temas e conceitos**. São Paulo: Scortecci, 2008.

COELHO, R.M.P. **Fundamentos em Ecologia**. Porto Alegre: Artmed Editora, 2000.

MEIRELLES FILHO, J.C. **Livro de Ouro da Amazônia**. 5 ed. RJ: Ediouro, 2006.

SILVA PEREIRA, J.B.; DE ALMEIDA, J.R. **Biogeografia e geomorfologia** In: CUNHA, S.B.; GUERRA, A.J.T. (Org.). Geomorfologia e meio ambiente. 8ª ed. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2010.

BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR:

FURLAN, Sueli Ângelo e NUCCI, João Carlos. A. **Conservação das Florestas Tropicais**. São Paulo: Atual, 1999.



JOHY, Aylthon Brandão. **Conheça a Vegetação Brasileira**. São Paulo. Polígona, USP, 1970.

MARTINS, Celso. **Biogeografia e ecologia**. 5. ed. São Paulo: NOBEL, 1985. 115 p.

PEREIRA, J. B. S. ALMEIDA, J. R. Biogeografia e Geomorfologia. In: Geomorfologia e Meio Ambiente. Guerra, A. J. T.; Cunha, S. B. (Orgs). Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1996.

ROMARIZ, D. A. **Aspectos da vegetação do Brasil**. 2ª ed. São Paulo. 1996.

ODUM, E. P. **Fundamentos de Ecologia**. 4.ed. Lisboa: Fundação CalousteGulbenkian Editora. 1988. 927p.

GILLUNG, J. P. Biogeografia: a história da vida na Terra. IN: **Revista de Biologia**. Volume Especial Biogeografia, Dezembro de 2011. Volume 7. USP. Instituto de Geociências. <http://www.ib.usp.br/revista/volume7>



DISCIPLINA: GEOGRAFIA URBANA

CH: 50 horas

EMENTA:

1. A noção de cidade e de urbano em geografia. 2. Cidade, urbano e urbanização. 3. Principais vertentes teórico – metodológicas da análise urbana. 4. Cidade e urbanização pré-capitalista. 5. Cidade e urbanização no capitalismo. 6. Cidade, hierarquização e rede urbana. 7. Organização interna do espaço urbano: agentes, processos, valorização e conflitos urbanos. 8. Urbanização nos países “periféricos” com ênfase no caso brasileiro. 9. As novas formas de urbanização no Brasil. 10. O ensino da geografia urbana.

BIBLIOGRÁFIA BÁSICA

- CASTELLS, M. **A questão urbana**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1983.
- CORREA, R L. **O espaço urbano**. São Paulo: Ática, Série Princípios, 1989.
- LEFEBVRE, H. **O direito à cidade**. Lisboa: Documentos, 1978.
- ROLNIK, R. **O que é cidade**. São Paulo: Brasiliense, Coleção Primeiros Passos, 1988.
- SANTOS, M. **A urbanização brasileira**. São Paulo: EDUSP, 2008.
- SOUZA, M. L. O desafio metropolitano: **um estudo sobre a problemática sócio-espacial nas metrópoles brasileiras**. Rio de Janeiro. Bertrand Brasil, 2005.
- SPOSITO, M. E. B. **Capitalismo e urbanização**. São Paulo: Contexto, 1989.

BIBLIOGRÁFIA COMPLEMENTAR

- CORRÊA, R. L. **A Rede urbana**. São Paulo: Ática, 1989.
- GEORGE, P. **Geografia Urbana**. Tradução de Eni Tenório dos Santos etall. São Paulo: Difel, 1983.
- MOURA, R. Arranjos urbano-regionais: uma categoria complexa na metropolização brasileira. **Revista Brasileira de Estudos Urbanos e Regionais**. SP: ANPUR. v. 10, n. 2 (2008).
<http://www.anpur.org.br/revista/rbeur/index.php/rbeur/article/view/199/183>



DISCIPLINA: ESPAÇO AMAZÔNICO I

CH: 50 horas

EMENTA:

1. Padrões de organização do espaço amazônico. 2. Frentes de expansão. 3. Economia de fronteira. 4. Modernização da economia regional. 5. Dinâmica dos grandes projetos. 6. Características do urbano na Amazônia. 7. As questões agrárias na Amazônia. 8. Desenvolvimento local (endógeno) X desenvolvimento global (exógeno). 9. Questão ambiental e sustentabilidade na região. 10. Práticas para ensino da geografia na Amazônia.

BIBLIOGRAFIA BÁSICA

BECKER, B. **Amazônia**. São Paulo: Contexto, 1994.

BECKER, B. **Um futuro para a Amazônia**. 2008

_____**Amazônia: Geopolítica na virada do III milênio**. Rio de Janeiro. Garamond, 2006.

_____**D'INCAO, M. A; SILVEIRA, I. M (Orgs). A Amazônia e a crise da modernização**. Belém. Emílio Goeldi. 2009.

GONÇALVES, C. W. **Amazônia, Amazônias**. Rio de Janeiro. Editora: Contexto, 2005, p. 127-170.

OLIVEIRA, A. U. **A geografia das lutas no campo**. São Paulo: Contexto, 2002.

TRINDADE JR, S. C; TAVARES, M. G.(Orgs). **Cidades ribeirinhas na Amazônia: mudanças e permanências**. Belém. UFPA, 2008.

BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR

HOMMA, Alfredo K. O. **Amazônia: maio ambiente e desenvolvimento agrícola**. Brasília: EMBRAPA. 1998.

MAGALHÃES, Sônia, BRITTO, Rosyan de Caldas, CASTRO, Edna (org.). **Energia na Amazônia**. Belém: MPEG / UFPA/ UNAMAZ. 1996.

LÉNA, Philippe; OLIVEIRA, Adélia Engrácia (org.). **Amazônia: a fronteira agrícola 20 anos depois**. Belém: Museu Paraense Emílio Goeldi. 1991.

PAVAN, CRODOWALDO. (org.). **Uma estratégia latino-americana para a Amazônia** - v. 2. São Paulo: Unesp. 1996.



PRÁTICAS DE ENSINO DE GEOGRAFIA

CH: 50 horas

EMENTA:

1. Condições para ensinar e aprender geografia. 2. Diferentes Linguagens no ensino de geografia: música, dramatização, jogos. TV, cinema e documentário, uso do jornal, oficinas; 3. Inovações no ensino de geografia: uso de softwares e projetos; 4. O ensino de geografia a partir do trabalho de campo; 5. O Desempenho Didático e a Avaliação em Geografia.

BIBLIOGRAFIA BÁSICA

CASTELLAR, S. VILHENA, J. **Ensino de Geografia**. São Paulo: Cengage Learning, 2010.

KIMURA, S. Geografia no ensino básico. Questões e propostas. PONTUSCHKA, N. OLIVEIRA, A. U. (Orgs). **Geografia em perspectiva**. São Paulo: Contexto, 2002.

PONTUSCKA, N (Org.). **Para ensinar e aprender Geografia**. São Paulo: Cortez, 2007.

REGO, N. CASTROGIOVANNI, A.C. KAERCHER, N.A. (Orgs) **Geografia. Práticas pedagógicas para o ensino médio**. Porto Alegre, Artmed, 2007.

SPOSITO, M. E. B. (Orgs) **Livros Didáticos de História e Geografia. Avaliação e Pesquisa**. São Paulo: Cultura Acadêmica, 2006.

BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR

CARLOS, A. F. (Org). **A Geografia na Sala de Aula**. São Paulo: Contexto, 2006.

CAVALCANTI, L. S. **Geografia e práticas de ensino**, Goiânia. Alternativa, 2002.

CAVALCANTI, L. **Geografia, Escola e Construção de conhecimentos**. São Paulo: Papirus, 1998.

STRAFORINI, R. **Ensinar geografia. O desafio da totalidade – mundo nas séries iniciais**. São Paulo: Annablume, 2004.



TRABALHO DE CAMPO INTEGRADO II

CH: 50 horas

EMENTA:

1. Projeto de trabalho de Campo Integrado.: A dinâmica e as contradições do espaço urbano na Amazônia; As cidades amazônicas; A ecologia e o domínio morfoclimático amazônico; a exploração dos recursos naturais; a relação em urbanização e as transformações ambientais e ecológicas; o ensino de geografia e as práticas de campo.

BIBLIOGRAFIA BÁSICA:

AB'SABER, A.N. **Os Domínios de natureza no Brasil: potencialidades paisagísticas**. São Paulo: Ateliê Editorial, 2003.

D'INCAO, M. A; SILVEIRA, I. M (Orgs). **A Amazônia e a crise da modernização**. Belém. Emílio Goeldi. 2009.

NEVES, Karina Fernanda. **Os trabalhos de campo no ensino de geografia**. SC: Ed. EDITUSC, 2010.

SANTOS, Milton. **Urbanização brasileira**. São Paulo: EDUSP, 2008.

VENTURI, LuisAntonio Bittar. **Geografia: prática de campo, laboratório e sala de aula**. SP: Ed Sarandi, 2012.

BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR:

GONÇALVES, C. W. **Amazônia, Amazônias**. Rio de Janeiro. Editora: Contexto, 2005, p. 127-170.

HOMMA, Alfredo K. O. **Amazônia: maio ambiente e desenvolvimento agrícola**. Brasília: EMBRAPA. 1998.

PEREIRA, J. B. S. ALMEIDA, J. R. Biogeografia e Geomorfologia. In: **Geomorfologia e Meio Ambiente**. Guerra, A. J. T.; Cunha, S. B. (Orgs). Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1996.

ROMARIZ, D. A. **Aspectos da vegetação do Brasil**. 2ª ed. São Paulo. 1996.



DISCIPLINA: LEGISLAÇÃO E DIRETRIZES EDUCACIONAIS

CH.: 33,33 horas

EMENTA:

1. Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional – LDB 9394/96;
2. Diretrizes Curriculares Nacionais Gerais para a Educação Básica;
3. Diretrizes Curriculares Nacionais para o Ensino Fundamental;
4. Diretrizes Curriculares Nacionais para o Ensino Médio Política Nacional de Formação de Profissionais do Magistério da Educação Básica;
5. Duração e a carga horária dos cursos de formação de professores da Educação Básica;
6. Diretrizes Curriculares Nacionais para a Formação de Professores da Educação Básica;
7. Parâmetros Curriculares Nacionais do Ensino Médio e Ensino Fundamental.
8. Plano Nacional de Educação (2011-2020).

BIBLIOGRAFIA BÁSICA

BRASIL. Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional, nº 9394/2006.

_____. [Parecer CNE/CEB nº 7/2010, aprovado em 7 de abril de 2010](#)

Diretrizes Curriculares Nacionais Gerais para a Educação Básica.

_____. [Resolução CNE/CEB nº 4, de 13 de julho de 2010](#)

Define Diretrizes Curriculares Nacionais Gerais para a Educação Básica;

_____. Decreto Nº 6.755, de 29 de janeiro de 2009. Institui a Política Nacional de Formação de Profissionais do Magistério da Educação Básica, disciplina a atuação da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior - CAPES no fomento a programas de formação inicial e continuada, e dá outras providências.

_____. Resolução CNE/CP 2, de 19 De Fevereiro De 2002. Institui a duração e a carga horária dos cursos de licenciatura, de graduação plena, de formação de professores da Educação Básica em nível superior.

_____. Parecer Nº CNE/CP 28/2001Dá nova redação ao Parecer CNE/CP 21/2001, que estabelece a duração e a carga horária dos cursos de Formação



de Professores da Educação Básica, em nível superior, curso de licenciatura, de graduação plena.

_____. Parecer Nº: CNE/CP 009/2001 Diretrizes Curriculares Nacionais para a Formação de Professores da Educação Básica, em nível superior, curso de licenciatura, de graduação plena.

_____. Resolução CNE/CP 1, de 18 de Fevereiro de 2002. Institui Diretrizes Curriculares Nacionais para a Formação de Professores da Educação Básica, em nível superior, curso de licenciatura, de graduação plena.

_____. Resolução Nº 2, de 30 de Janeiro de 2012. Define Diretrizes Curriculares Nacionais para o Ensino Médio.

_____. Parecer CNE/CEB Nº: 5/2011. Diretrizes Curriculares Nacionais para o Ensino Médio.

_____. Parâmetros Curriculares Nacionais (Ensino Médio). 2000.

_____. Parâmetros curriculares nacionais: Ensino Fundamental. Secretaria de Educação Fundamental. Brasília: MEC/SEF, 1997.

_____. Plano Nacional de Educação (2011-2020). s/d.

BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR

AGUIAR. Márcia Angela da S. Avaliação do Plano Nacional de Educação 2001-2009: questões para reflexão. Educ. Soc., Campinas, v. 31, n. 112, p. 707-727, jul.-set. 2010. Disponível em <http://www.cedes.unicamp.br>. Acesso em 03 de março de 2012.

CAMPOS. Arimar Martins. O Plano Nacional de Educação (2011-2020) e a Educação Especial na Perspectiva da Educação Inclusiva: Propostas e Desafios. ANPAE. Disponível em: <http://www.anpae.org.br/simposio2011/cdrom2011/PDFs/trabalhosCompleto/comunicacoesRelatos/0074.pdf>. Acesso em 03 de março de 2012.



ESTÁGIO SUPERVISIONADO II

CH: 116,66 Horas – Carga Horária Teórica: 16,66 horas – Carga Horária Prática: 100 horas

EMENTA:

1. O ensino de geografia no ensino médio; 2. o estágio como observação participante; 3. o livro didático de geografia no ensino médio; 4. Educação de jovens e adultos e a geografia; 5. plano de aula de geografia para o ensino médio; 6. educação geográfica: trabalhando os conceitos geográficos na sala de aula.

BIBLIOGRAFIA BÁSICA:

ALMEIDA, Rosângela Doin de (Org.). **Cartografia escolar**. São Paulo: Contexto, 2007

CASTELAR, Sônia; VILHENA, Jerusa. **Ensino de Geografia**. São Paulo: Congage Learning, 2012.

CAVALCANTI, L. S. **Geografia, escola e construção de conhecimentos**. Campinas: Papius, 1998.

CAVALCANTI, L.S. **Geografia e práticas de ensino**. Goiânia: Alternativa: 2002.

CARVALHO, Anna Maria Pessoa de. **Os estágios nos cursos de licenciatura**. São Paulo: Congage Learning, 2012.

CASTROGIOVANNI, A.C. **Ensino de geografia – práticas e contextualizações no cotidiano**. Porto Alegre: Mediação, 2000.

BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR:

ARCHELA, R.S. & GOMES, M.F.V.B. **Geografia para o ensino médio – manual de aulas práticas**. Londrina: UEL, 1999.

RUDNICK, Rosane e SOUZA, Sandra de. **O ensino de geografia e suas linguagens**. CURITIBA: Ed IBPEX, 2010.



DISCIPLINA: PRÁTICA EDUCATIVA IV (Educação de Jovens e Adultos)

CH: 33,33 horas

EMENTA:

1. Identificação, caracterização e análise do ambiente, das relações e das práticas educativas e pedagógicas em turmas de EJA; 2. planejamento, recursos didáticos e pedagógicos, avaliação; elaboração e desenvolvimento de projetos de intervenção e ações pedagógicas na EJA; 3. Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação de Jovens e Adultos; 4. Currículo da Educação de Jovens e Adultos; 5. Práticas pedagógicas freireanas; 6. Práticas Andragógicas; compreensão e uso de instrumentos de pesquisa de abordagem qualitativa em educação; 7. construção de recursos/tecnologias educacionais para intervenção no processo de ensino-aprendizagem.

BIBLIOGRAFIA BÁSICA:

- BARCELOS, Valdo. **Formação de professores para educação de jovens**. Rio de Janeiro: Vozes, 2006.
- BRANDÃO, Carlos Rodrigues. **O que é o método Paulo Freire**. São Paulo: Brasiliense, 2007.
- BRASIL. **Parâmetros Curriculares Nacionais para a Educação de Jovens e Adultos**. Brasília. Ministério da Educação, 2001.
- BELLAN, Zezina. **Andragogia em Ação: Como Ensinar Adultos**. Editora Z3 IDÉIAS, 2008. ISBN: 8598486167
- FREIRE, Paulo. **Pedagogia da autonomia: saberes necessários à prática educativa**. São Paulo: Paz e Terra, 2000.
- _____. **Educação como prática de liberdade**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1981.
- _____. **A importância do ato de ler: em três artigos que se completam**. São Paulo: Cortez, 2002.
- GADOTTI, Moacir. **Por uma política nacional de educação popular de jovens e adultos**. São Paulo: Moderna, 2014.
- GADOTTI, Moacir; ROMÃO, José (Orgs.). **Educação de Jovens e Adultos: teoria e prática e propostas**. São Paulo: Cortez, 2001.
- KAROLCZAK, Maria Eloisa. **Andragogia - Liderança, Administração e Educação**. Editora: JURUA EDITORA, 2008. ISBN: 8536222832
- LARANGEIRA, Darcy. **Andragogia na Educação Formal**. Editora: CLUBE DE AUTOR EBOOK, 2001. ISBN: 2999990188564



BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR:

FREIRE, Paulo. **Educação e mudança**. São Paulo: Paz e Terra, 2007.

_____. Pedagogia do oprimido. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2011.

_____. Pedagogia da indignação. São Paulo: UNESP, 2000.

_____. Pedagogia da Tolerância. São Paulo: UNESP, 2004.

_____. Pedagogia da esperança: um reencontro com a pedagogia do oprimido.

São Paulo: Paz e Terra, 1993.



V SEMESTRE

Disciplinas:

Educação para as Relações Étnicorraciais

Geografia do Brasil

Espaço Amazônico II

Climatologia

Recursos Naturais e Meio Ambiente I

Cartografia e Tecnologias aplicadas ao ensino de Geografia

Estágio Supervisionado III

Prática Educativa V



DISCIPLINA: EDUCAÇÃO PARA AS RELAÇÕES ETNICORACIAIS

CH: 33,33 horas

EMENTA:

1. A Importância do Continente Africano no Processo de Evolução do Homem e a Natureza Cultural da Constituição do Homem Moderno: Contexto Geográfico, Biológico e Histórico do aparecimento do Homem; 2. Do Humanóide ao Homem Moderno; 3. A Eva Africana (DNA Mitocondrial); 4. Análise Filosófica, Antropológica, Psicológica e Sociológica da Natureza Cultural; 5. Inclusão x Exclusão no aspecto Psicossocial e Termos Comumente Usados nas Questões Etnicorraciais: Conceito de Inclusão, Exclusão em uma análise Psicossocial; 6. Raça, Etnia, Racismo, Etnocentrismo, Preconceito, Discriminação, Democracia Racial, Embranquecimento. 7. História da Educação do Negro do Império ao Brasil Contemporâneo: Processo de Interdição Educacional do Negro; 8. Principais Legislações da Interdição; 9. Acesso e Permanência de negros na escola; 10. Base Legal das questões etnicorraciais: Lei 10.639/2003, Plano Nacional de Implementação das Diretrizes Curriculares Nacionais para Educação das Relações Etnicorraciais e para o Ensino de História e Cultura Afrobrasileira e Africana/2009; Parecer nº 003/2004CNE/CP; Resolução CNE/CP Nº 1/2004; Lei 12.228/2010 – Estatuto da Igualdade Racial; 11. O NEAB Como Instrumento de Implementação da Lei 10.639/2003 e Sua Importância nas Instituições de Ensino Superior e a Formação Inicial e Continuada de Professores para ERER; 12. O trato com as questões etnicorraciais na formação inicial e continuada do professor;

BIBLIOGRAFIA BÁSICA:

BRASIL. Lei nº 10.639, de 09.01.03: altera a lei 9394/96 para incluir no currículo oficial da Rede de Ensino a obrigatoriedade da temática “História e Cultura Afro-brasileira e Africana”. Brasília. 2003.



_____. Parecer nº. CNE/CP 003/2004, de 10 de maio de 2004. Diretrizes Curriculares Nacionais para a educação das Relações Étnico-Raciais e para o Ensino de História e Cultura Afro-Brasileira e Africana.

_____. Plano Nacional de Implementação das Diretrizes Curriculares Nacionais para Educação das Relações Etnicorraciais e para o Ensino de História e Cultura Afrobrasileira e Africana. 2009.

_____. Resolução nº. CNE/CP 001/2004, de 17 de junho de 2004. Diretrizes Curriculares Nacionais para a educação das Relações Étnico-Raciais e para o Ensino de História e Cultura Afro-Brasileira e Africana.

FOLEY, Robert. Por que a África? In: FOLEY, Robert. **Os humanos antes da humanidade**: uma perspectiva evolucionista. São Paulo: ed. UNESP, 2003.

GOMES, Nilma Lino Alguns Termos e Conceitos Presentes no Debate Sobre Relações raciais no Brasil uma Breve Discussão. In: **Educação anti-racista**: caminhos abertos pela Lei Federal nº. 10.639/03. SECAD: Brasília: 2005. p. 39-61.

HERNANDEZ, Leila Leite. **África na sala de aula** – visita à história contemporânea. 2ª Ed., São Paulo, Selo Negro, 2008.

KI –ZERBO, Joseph. **História geral da África, I**: Metodologia e Pré-história da África/ editado por Joseph. *Ki -Zerbo*. – 2.ed. rev. – Brasília: UNESCO, 2010.

OLIVA, Anderson Ribeiro. A História da África nos bancos escolares: representações e imprecisões na literatura didática. **Estudos afro-asiáticos**, 2003, vol.25, nº.3, p.421-461.

PINO, Angel. **As Marcas do Humano**. As origens da constituição social da criança na perspectiva de Lev S. Vigotsky. São Paulo: Cortez, 2005.

ROCHA, Helena do S. C. da. (org.). **Diversidades e Questões Etnicorraciais**. Belém: IFPA, 2011.

_____. O que sabe quem ensina África na Geografia? Impactos na implementação da Lei nº 10.639/2003 no IFPA – campus Belém. **Revista Thema**, 2011, Volume 8, Número Especial.

_____. **Questões Etnicorraciais**: estudo de caso no IFPA. (org.) Belém: IFPA, 2010.



_____. **Questões étnico-raciais:** aplicabilidade da Lei nº 10.639/2003 na prática pedagógica. Belém, IFPA, 2009.

ROMÃO, Jeruse (org). **História da Educação dos negros e outras histórias.** Brasília: MEC/SECAD. 2005.

BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR

MALAVOTA, Claudia Mortari. **A Invenção da África.** Introdução aos Estudos Africanos em Diáspora. <http://www.moodle.udesc.br/course/view.php?id=517>-2011.

WEDDERBUN, Carlos Moore, **Novas Bases para o Ensino da História da África no Brasil**, 2005, disponível em:<http://www.forumafrica.com.br>

Secretaria Municipal de Educação. Diretoria de Orientação Técnica. **Orientações Curriculares:** expectativas de aprendizagem para a educação étnico-racial na educação infantil, ensino fundamental e médio / Secretaria Municipal de Educação – São Paulo: SME / DOT, 2008.



DISCIPLINA: GEOGRAFIA DO BRASIL

CH: 66,66 horas

EMENTA:

1. Aspectos da formação sócio – espacial e identitária do território brasileiro: do período colonial a consolidação das fronteiras. 2. Aspectos da formação sócio – ambiental e suas influências na construção do Brasil. 3. A relação centro-periferia: dependência e posição do Brasil na Divisão Internacional do Trabalho. 4. A organização do espaço agrário brasileiro: do cativo da terra à expansão da fronteira agrícola. 5. A industrialização periférica e suas repercussões no espaço: da migração campo – cidade a consolidação da rede urbana nacional. 7. A construção do projeto nacional de integração: das economias de arquipélago ao planejamento estatal e a integração nacional. As diversas formas de regionalizar o espaço brasileiro. Integração nacional e desequilíbrios regionais no Brasil. O advento da globalização: da reabertura democrática ao Brasil como uma potência regional/internacional na economia-mundo.

BIBLIOGRAFIA BÁSICA

- BECKER, B; EGLER, C. **Brasil: uma nova potência regional na economia – mundo**. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1993.
- CASTRO, I; GOMES, P. C. C.; CORRÊA, R. (Orgs). **Brasil: questões atuais da reorganização do território**. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1996.
- MAGNAGO, Angélica. A divisão regional brasileira- uma revisão bibliográfica. **Revista Brasileira de Geografia**. Rio de Janeiro: IBGE, v. 57, n 4, p. 1-65-92, 1995.
- MOREIRA, Ruy. **Sociedade e espaço geográfico no Brasil**. SP: Contexto, 2011.
- MORAES, A. C .R. **Território e história no Brasil**. SP: Annablume, 2005. 2 ed.



SANTOS, M.; SILVEIRA, M. L. **O Brasil: território e sociedade no início do século XXI**. Rio de Janeiro: Record, 2001

ROSS, J. L. S. **Geografia do Brasil**. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2000.

BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR

COSTA, W. M. **O Estado e as políticas territoriais no Brasil**. SP. Contexto. 2001.

MORAES, A. C. R. **Bases da formação territorial do Brasil: o território colonial brasileiro no “longo” século XVI**. SP: Contexto, 2001.

SANTOS, M. **Território, territórios**. RJ. PD&A, 2006.

STEINBERGER, M. (org). **Território. Ambiente e políticas públicas espaciais**. Brasília.



DISCIPLINA: ESPAÇO AMAZÔNICO II

CH: 50 horas

EMENTA:

1. A Dinâmica dos grandes projetos. 2. Questão ambiental e sustentabilidade na região. 3. O ordenamento territorial e ambiental na Amazônia. 4. A Amazônia e a globalização. 5. Práticas para ensino da geografia na Amazônia.

BIBLIOGRAFIA BÁSICA

BECKER, B. K. **Amazônia: Geopolítica na virada do III milênio**. Rio de Janeiro. Garamond, 2006.extos, 2009.

BECKER, B. K; STENNER, C. Um futuro para a Amazônia. Rio de Janeiro: Oficina de Textos. 2008.

D'INCAO, M. A; SILVEIRA, I. M (Orgs). **A Amazônia e a crise da modernização**. Belém. Emílio Goeldi. 2009.

CORRÊA, Roberto Lobato. A periodização da rede urbana da Amazônia. **Revista Brasileira de Geografia**, v. 49, n. 3, p. 39-68, 1987.http://biblioteca.ibge.gov.br/visualizacao/periodicos/115/rbg_1987_v49_n3.pdf

HALL, A L. **Amazônia: desenvolvimento para quem?** Desmatamento e conflito social no Programa Grande Carajás. RJ: JORGE ZAHAR EDITOR, 1989.

MONTEIRO, M. A. Mineração industrial na Amazônia e suas implicações para o desenvolvimento regional. **Novos Cadernos NAEA**, V. 8, n. 1, p. 141 – 187, 2005.

BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR

MAGALHÃES, S; BRITTO, R. C; CASTRO, Edna (org.). **Energia na Amazônia**. Belém: MPEG / UFPA/ UNAMAZ. 1996.

MELO, N. A. **Políticas territoriais na Amazônia**. SP:ANNABLUME, 2006.



DISCIPLINA: CLIMATOLOGIA

CH: 50 horas

EMENTA:

1. Introdução ao estudo do clima. Atmosfera (origem, constituição, composição, função, importância). 2. Tempo e Clima. 3. Meteorologia e Climatologia. 4. Dinâmica atmosférica: elementos e fatores climáticos. 5. Fenômenos Climáticos (EL NIÑO – LA NIÑA); 6. Problemas Ambientais Urbanos (microclima urbano, efeito estufa, ilhas de calor, inversão térmica, chuva ácida); 7. Classificação climática do mundo e do Brasil. 8. O clima da Amazônia. 9. Desertificação. 10. Mudanças Climáticas. 11. Conhecimentos de climatologia no ensino de geografia.

BIBLIOGRAFIA BÁSICA

AYOADE, J. O. **Introdução à climatologia para os trópicos**. 8a.ed. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2002.

CONTI, J. B. **Clima e meio ambiente**. 4a ed. São Paulo: Atual, 1998.

GEIGER, R. **Manual de Microclimatologia: o clima da camada de ar junto ao solo**. Lisboa: Calouste Gulbenkian, 1961.

GRIMM, A. M. **Meteorologia**. Extraído de: <<http://fisica.ufpr.br/grimm/aposmeteo>>.

MENDONÇA, F; DANNI-OLIVEIRA, I. M. **Climatologia: noções básicas e climas do Brasil**. São Paulo: Oficina de Textos, 2007.

MENDONÇA, F; MONTEIRO, C. A. F. **Clima Urbano**. São Paulo: Contexto, 2003.

PACIORNIK, N. Mudança Global do Clima: repercussões globais, regionais e locais. In: **Terra Livre** Mudanças Climáticas Globais e Locais Ano 19 - V. 1 Número 20. <http://www.agb.org.br/index.php/revista-terra-livre>

BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR

SALATI, E. **O Clima atual depende da floresta**. In: Vários autores. Amazônia-Desenvolvimento, integração, ecologia. São Paulo, Brasiliense. 1983.

SAGATTO, C. **Luta pela camada de ozônio ganha aliados**. São Paulo. 1996.



RECURSOS NATURAIS E MEIO AMBIENTE I

CH: 50 Horas

EMENTA:

1. Introdução à ecologia. 2. Ecossistemas: Conceito, energia nos ecossistemas, lei de Entropia, produtividade, ciclos biogeoquímicos, ciclagem de nutrientes nos trópicos. 3. Poluição e contaminação (conceito e tipos).

BIBLIOGRAFIA BÁSICA

DREW, D. **Processo interativos homem-meio ambiente**. BERTRAND. 1995.
HENRY, W. A. **Dicionário de Ecologia e Ciência Ambiental**. São Paulo: COMPANHIA MELHORAMENTOS. 1998.
MARTIS, C. **Biogeografia e Ecologia**. 5 ed. São Paulo: Nobel, 1996.
ODUM, E. P. **Ecologia: Guanabara**. Rio de Janeiro. 1993.

BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR

BRANCO, S. M. **Energia e Meio Ambiente**. São Paulo. Ed. Moderna.
ERICKSON, J. **Nosso Planeta está morrendo: a extinção das espécies, a biodiversidade**. Makron book. 1992.
FRÓES. A.B. **Recursos minerais do Brasil**. Ed. Revisada e atualizada. São Paulo: Editora Edgard Blucher. V. 2. 1993.
NEIVA, J. **Fontes Alternativas de Energia**. Rio de Janeiro, Maty, 1987
SKINNER, B. J. **Recursos minerais da terra**. Ed. EDGARD BLÜCHER. 1989.



CARTOGRAFIA E TECNOLOGIAS APLICADAS AO ENSINO DE GEOGRAFIA

CH: 33,33 horas

EMENTA:

1. Uso das técnicas cartográficas e das novas tecnologias na representação do espaço geográfico voltados para o ensino fundamental e médio. 2. A cartografia escolar: métodos, técnicas e utilização em sala de aula; 3. Uso de mapas temáticos, mental, sensoriamento remoto, geoprocessamento, Google earth, softwares educacionais, maquetes.

BIBLIOGRAFIA BÁSICA:

ALMEIDA, R. D. de. **O espaço geográfico: ensino e representação**. São Paulo: Contexto, 1989.

ALMEIDA, R. D. **Cartografia escolar**. São Paulo: Contexto, 2007.

ALMEIDA, R. D. de. **Novos rumos da cartografia escolar: currículo, linguagem e tecnologia**. São Paulo: Contexto, 2011.

ARCHELA, R. S.; CALVENTE, M. C. M. H. **Ensino de Geografia: tecnologias digitais e outras técnicas passo a passo**. Londrina: Eduel, 2008.

BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR

ALMEIDA, R. D. **Do desenho ao mapa. Iniciação cartográfica na escola**. 4ed. São Paulo: Contexto, 2006.

FRANCISCHETT, M. N. **A Cartografia no Ensino de Geografia: construindo os caminhos do cotidiano**. Rio de Janeiro: Litteris Ed.: Kroart, 2002.

FRANCISCHETT, M. N. **A Cartografia no ensino de Geografia: aprendizagem mediada**. Cascavel: EDUNIOESTE, 2004.

TEIXEIRA, A. L.A. CHRISTOFOLLETI, A. **Sistema de Informação Geográfica. Dicionário Ilustrado**. Hucitec, São Paulo, 1997.

VENTURI, LUIS. **Praticando Geografia - Técnicas de Campo e Laboratório**. São Paulo: OFICINA DE TEXTOS, 2005.



DISCIPLINA: ESTÁGIO SUPERVISIONADO III

CH: 116,66 Horas – Carga Horária Teórica: 16,66 horas – Carga Horária Prática: 100 horas

EMENTA:

1. O currículo e a geografia: desafios da construção; 2. O ensino de geografia e a questão da diversidade; 3. o ensino de geografia e o desafio da interdisciplinaridade; 4. geografia e educação à distância; 5. geografia e educação no campo; 6. geografia e educação indígena; 7. a aula de geografia como prática; 8. geografia e a elaboração da avaliação.

BIBLIOGRAFIA BÁSICA:

CASTELLAR, S. (org.). **Educação geográfica: teorias e práticas docentes.** São Paulo: Contexto, 2005. 43

KIMURA, S. **Geografia no ensino básico: questões e propostas.** São Paulo, SP: Contexto, 2008.

SILVA, O. A. **Geografia: metodologia e técnicas de ensino.** Feira de Santana, BA: Universidade Estadual de Feira de Santana, 2004.

VESENTINI, J. W. (Org). **O ensino de geografia no século XXI.** 2. ed. Campinas, SP: Papyrus, 2008.

BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR:

RUA, J. Et AL. **Para ensinar geografia.** Rio de Janeiro: ACCESS, 1993.

STEFANELLO, A. C. **Didática e avaliação da aprendizagem no ensino de geografia.** CURITIBA: Ed IBPEX, 2010.



PRÁTICA EDUCATIVA V (Educação Básica I)

CH: 66,66

EMENTA:

1. **(Ensino Fundamental – 6º ao 9º ano):** Identificação, caracterização e análise do ambiente, das relações e das práticas educativas e pedagógicas em turmas do ensino fundamental (de 6º ao 9º ano); 2.planejamento, recursos didáticos e pedagógicos, avaliação; articulação entre teoria e prática no ensino fundamental; 3.Abordagem dos conhecimentos próprios de cada disciplina das licenciaturas no ensino fundamental; 4.elaboração e desenvolvimento de projetos de intervenção e ações pedagógicas no ensino fundamental; 5.Diretrizes curriculares nacionais para o ensino fundamental; 6.compreensão e uso de instrumentos de pesquisa de abordagem qualitativa em educação; 7.construção de recursos/tecnologias educacionais para intervenção no processo de ensino-aprendizagem.

BIBLIOGRAFIA BÁSICA:

- ANTUNES, Celso. **Um método para o ensino fundamental: o projeto.** Petrópolis: Vozes, 2003.
- BRASIL.MEC. **Parâmetros Curriculares Nacionais para o Ensino Fundamental.** Brasília: MEC/SEF, 1997.
- CURTO, Luís Maruny MORILLO, Maribel Ministral e TEIXIDÓ, Manuel Miralles. **Escrever e ler: materiais e recursos para a sala de aula.** Vol 2. Porto Alegre: Artmed, 2000.
- HERNÁNDEZ, Fernando. **Transgressão e mudança na educação: os projetos de trabalho.** Porto Alegre: Artmed, 1998.
- LERNER, Délia. **Ler e escrever na escolar: o real, o possível e o necessário.** Porto Alegre: Artmed, 2002.
- PAIGE-SMITH, A. et al. **O desenvolvimento da prática reflexiva na educação infantil.** Porto Alegre: Artmed, 2010. 232p. ISBN: 9788536321875
- WEISZ, Telma. **O diálogo entre o ensino e a aprendizagem.** São Paulo: Ática, 2001.



BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR:

DIMENSTEIN, Gilberto. **Aprendiz do futuro – cidadania hoje e amanhã**. 5. ed. São Paulo: Ática, 1998.

FREIRE, Paulo. **Educação e mudança**. 30. ed. São Paulo: Cortez, 2007.

LIBÂNEO, José Carlos. **Didática**. São Paulo: Cortez, 1994.

MEIRIEU, P. **O cotidiano da escola e da sala de aula: o fazer e o compreender**. Porto Alegre: Artmed, 2005. 224p. ISBN: 9788536305066

PIMENTA, Selma Garrido. **O estágio na formação de professores: unidade, teoria e prática**. São Paulo: Cortez, 2006.



VI SEMESTRE

Disciplinas:

Cultura e Ética Profissional

Optativa II

Recursos Naturais e Meio Ambiente II

Trabalho de Campo Integrado III

Introdução à Sociologia

Geografia Agrária

Geoprocessamento

Estágio Supervisionado IV

Prática Educativa VI



DISCIPLINA: CULTURA E ÉTICA PROFISSIONAL

CH: 33,33 horas

EMENTA:

1. Cultura e ética. 2. Cultura e relações de poder. 3. A escola como instituição educadora. 4. A prática profissional do professor. 5. O conceito de diversidade como tema transversal. 6. A questão ética nos PCNS.

BIBLIOGRAFIA BÁSICA

AQUINO, J. G. **Do Cotidiano Escolar, Ensaio Sobre Ética**. São Paulo. Summus, 2002.

ARANHA, M. L. A; MARTINS, M. H. P. **Filosofando: Introdução à Filosofia**, 2ed São Paulo: Ed. Moderna, 2004.

BAUMAN, Z. **Ética e Pós- Modernidade**. São Paulo: Paulus:1997.

CHAUI, M. **Convite à Filosofia**. 5 ed. São Paulo, Ed. Ática, 2003.

IBERMAM, F. **Formação Docente e profissional: forma-se para a mudança e incerteza**. São Paulo: Cortez, 2000.

VEIGA, I. P; FONSECA, M. (orgs). **As dimensões do Projeto Político Pedagógico: novos desafios para a escola**. Campinas. São Paulo. Papyrus 2001.

BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR

ALVES, R. **Filosofia da Ciência: Introdução do Jogo e Suas Regras**. São Paulo: Brasiliense, 1995.

ARISTÓTELES. *A ética: textos selecionados*. 2 ed. Tradução Cássio M. Fonseca. Bauru: EDIPRO, 2003 (Coleção Clássicos Edipro).

BERLINGUER, G. **Questões de vida. Ética, Ciência, Saúde**. Salvador: APCE.

BOFF, L. *Saber cuidar: ética do humano, compaixão pela terra*. 8. ed. Petrópolis: Vozes, 2002.



DUSSEL, E. **Ética da Libertação na Idade da Globalização e da Exclusão.**

Petrópolis: Vozes, 2000.

GADOTTI, M. **Concepção Dialética da Educação: um estudo introdutório.**

São Paulo: Cortez, 2003.

GALVÃO, I. H. W. **Uma Concepção Dialética do Desenvolvimento Humano.**

Petrópolis: Vozes, 1995.

RIOS, T. A. **Ética e Competência.** São Paulo: Cortez, 2006.

Roitman, A. (Org.). **O Desafio Ético.** Rio de Janeiro: Garamond, 2000.



SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL
MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO CIÊNCIA E TECNOLOGIA DO PARÁ
DIREÇÃO DE ENSINO
DEPARTAMENTO DE ENSINO, CIÊNCIAS E FORMAÇÃO DE PROFESSORES.
CURSO DE LICENCIATURA EM GEOGRAFIA



OPTATIVA II



RECURSOS NATURAIS E MEIO AMBIENTE II

CH: 50 horas

EMENTA:

1. Relação sociedade-natureza. 2. Risco e vulnerabilidade ambiental. 3. Uso e gestão de Recursos naturais: minerais, florestais, hídricos, energéticos; 4. EIA RIMA. 5. Cidadania e meio ambiente: Educação ambiental. 6. Lei nº 9795/99. 7. Instrumentos de gestão ambiental: Unidades de conservação (conceito, classificação e importância), zoneamento econômico ecológico, ZEE.

BIBLIOGRAFIA BÁSICA

COELHO, M. C. N.; SIMONIAN, L.; FENZL, n. (org.) Estado e política pública na Amazônia: gestão de Recursos naturais. NAEA_UFOA. Ed CEJUP. Belém. 2000.

BUSTAMANTE, M. I; TORRES, S. Avaliação de impacto ambiental, elementos para uma política ambiental eficaz. Revista de la Cepal. N. 41. Santiago del Chile. 1990.

GUERRA, A. J. T; CUNHA, S. B. Geomorfologia e meio ambiente. BERTRAND. Rio de Janeiro. 1996.

BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR

CASTRO, E. e PINTON, F. (org.). Faces do trópico úmido. Conceitos e questões sobre desenvolvimento e meio ambiente. Belém: CEJUP. 1997.

CAVALCANTE, C. (ORG.). Desenvolvimento e Natureza: Estudos para uma sociedade Sustentável. São Paulo: CORTEZ EDITOS e FJN. 1995.



TRABALHO DE CAMPO INTEGRADO III

CH: 50 horas

EMENTA:

1. Projeto de trabalho de Campo Integrado.: Planejamento e pesquisa de campo na Amazônia; Identificação de sistemas ambientais na Amazônia; Características do urbano na Amazônia; Percepção do espaço rural na Amazônia; Uso dos recursos naturais na Amazônia.

BIBLIOGRAFIA BÁSICA

NEVES, K. F. **Os trabalhos de campo no ensino de geografia**. SC: Ed. EDITUSC, 2010.

MANÇANO, B.; INEZ, M Suzuki J. **Geografia Agrária: teoria e poder**. SP: Expressão Popular, 2007.

SANTOS, M. **Urbanização brasileira**. São Paulo: EDUSP, 2008.

VENTURI, L. A. B. **Geografia: prática de campo, laboratório e sala de aula**. SP: Ed Sarandi, 2012.

BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR

CAVALCANTI, L. S. **Geografia e práticas de ensino**, Goiânia. Alternativa, 2002.

REGO, N. CASTROGIOVANNI, A.C. KAERCHER, N. A. (Orgs) **Geografia. Práticas pedagógicas para o ensino médio**. Porto Alegre, Artmed, 2007.



DISCIPLINA: INTRODUÇÃO À SOCIOLOGIA

CH: 50 horas

EMENTA:

1. A construção do conhecimento sociológico. 2. Os clássicos da sociologia. 3. Objeto de estudo e métodos em sociologia. 4. As grandes correntes da sociologia. 5. A sociologia contemporânea. 6. As instituições sociais. 7. As relações conflitos e contradições da sociedade moderna.

BIBLIOGRAFIA BÁSICA:

ARON, R. **As etapas do pensamento sociológico**. 7. ed. São Paulo: Martins Fontes, 2008.

BOTTOMORE, T. B. **Introdução à sociologia**. 9. ed. Rio de Janeiro: LTC, 2000.

COLLINS, R. **Quatro tradições sociológicas**. Petrópolis-RJ: VOZES, 2009.

MARTINS, J. S; FORACCHI, M. Mencarini (Orgs). **Sociologia e sociedade**. RJ: LTC, 2008.

BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR:

ANTUNES, C. **A dialética do trabalho: escritos de Marx e Engels**. SP: Expressão popular, 2004.

DEMO, P. **Introdução à sociologia: complexidade, interdisciplinariedade e desigualdade social**. 53 ed. São Paulo: Atlas, 2002. Porto Alegre: EDIPUCRS, 2003.

DURKHEIM, É. **As regras do método sociológico: texto integral**. São Paulo-SP: Martin Claret, 2008.

MARTINS, C. B. **O que é sociologia**. 35. ed. São Paulo: Brasiliense, 2005. (Coleção primeiros passos).



DISCIPLINA: GEOPROCESSAMENTO

CH: 50 horas

EMENTA:

1. Conceitos Básicos. 2. Geoprocessamento, Geotecnologias e Geomática. 3. Aplicações. 4. Resgatando as noções de Cartografia (Mapas, Cartas, Escala, Projeção, Datum). 5. Hardware e Software: Mesas Digitalizadoras, Scanners, Equipamentos de GPS. 6. Características dos principais softwares do mercado. 7. Entrada de Dados: Sensoriamento Remoto. 8. Aerolevantamento. 9. Posicionamento por Satélite (GPS). 10. Digitalização, Edição, Software para entrada de dados. 11. Bancos de Dados Geográficos: Noções de Bancos de Dados. 12. Projetando Bancos de Dados Geográficos. 13. Integrando dados existentes com a Base Cartográfica. 14. Análise Espacial. 15. Geração de Mapas Temáticos. 16. Tipos de Análise Espacial.

BIBLIOGRAFIA BÁSICA:

RAFAEL, G; RICHARD, E. N. **Processamento de imagens digitais.** São Paulo: EdvanBlucher, 2000.

NOVO, E. M. L. de Moraes. **Sensoriamento remoto: Princípios e aplicações-** São Paulo: EdvanBlucher, 1992.

GUERRA, A. J. T. C; BAPTISTA, S. **Geo Morfologia: Uma atualização de bases e conceitos-/organização.** 6. edição. Rio de Janeiro: Bertran Brasil, 2008. 472p.

BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR:

SILVA, J. X; TAIVAN, R. T. **Geoprocessamento e análise ambiental: Aplicações.**

PETER, A. BURROU; RACHAEL, A. McDonnel. **Principles of Geographical information system.** 2005.



DISCIPLINA: GEOGRAFIA AGRÁRIA

CH: 66,66 horas

EMENTA:

1. A Geografia agrária e a questão agrária; 2. a agricultura sob os diferentes modos de produção; 3. a renda da terra; 4. a relação agricultura e indústria e a formação de complexos agroindustriais; 5. as transformações históricas nas relações de produção e de trabalho no campo brasileiro; 6. a situação atual do campo brasileiro: política de assentamentos, a estrutura agrária, e os conflitos sociais no campo. 7. Luta pela terra e luta pelo território: diálogos entre populações indígenas, quilombolas, ribeirinhas e outras.

BIBLIOGRAFIA BÁSICA:

ABRAMOVAY, R. **Paradigmas do Capitalismo em Questão**. HUCITEC, São Paulo, 1992.

ALENTEJANO, P. Questão agrária no Brasil atual: uma abordagem a partir da geografia. **Terra Livre**. São Paulo Ano 27, Vol. 1, n.36 p.1- 291 Jan-Jun/2011.
http://www.agb.org.br/files/TL_N36.pdf

BERNARD, M. F.; MARQUES, M. I.M.; SUZUKI, J.C. **Geografia Agrária: Teoria E Poder**. São Paulo: Expressão Popular, 2007.

FERREIRA, D. A. O. **Mundo rural e Geografia Agrária no Brasil:1930-1990**.São Paulo. UNESP,2002.

GEORGE, P. **Geografia Rural**. Tradução de Eni Tenório dos Santos etall. São Paulo: Difel, 1983.

OLIVEIRA, A. **Modo capitalista de produção e agricultura**. São Paulo. Ática, 1986.

_____ **A Geografia das lutas no campo**. São Paulo.Contexto, 1988

KAUSTKY, K. **A Questão Agrária**. (Cap.VI a XI) São Paulo: Proposta Editorial,1982.

BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR



BRANDÃO, C. R. **Plantar, Colher, Comer: um estudo sobre o campesinato goiano**. Rio de Janeiro: Graal, 1981.

EMMI, M. **Oligarquia dos Tocantins e Domínios dos Castanhais**. Belém: UFPA, 1987.

FERNANDES, B. M. **MST – Formação e Territorialização**. São Paulo: Hucitec, 1996.

GRAZIANO, S. J. **A Modernização Dolorosa**. Rio de Janeiro: Zahar, 1982.

GRZYBOWSKI, C. **Os Caminhos e Descaminhos dos Movimentos Sociais no Campo**. Petrópolis: Fase, 1987.

GRAZIANO NETO, P. **Questão agrária e ecologia: crítica da moderna agricultura**. Campinas, Brasiliense, 1982.

LENIN, V.I **O Desenvolvimento do Capitalismo na Rússia** (cap.I a IV). São Paulo: AbrilCultura, 1982.



ESTÁGIO SUPERVISIONADO IV

CH: 116,66 Horas – Carga Horária Teórica: 16,66 horas – Carga Horária Prática: 100 horas

EMENTA: a geografia e a formação do professor de geografia no Brasil; o ensino de geografia e o ensino profissionalizante: o ensino médio integrado; as práticas de ensino na sala de aula e o pensamento geográfico; geografia acadêmica e a geografia nas escolas; o uso do livro didático; a aula de geografia como prática: o estágio e regência.

BIBLIOGRAFIA BÁSICA:

CAVALCANTI, Lana de Souza. **O ensino de geografia na escola**. CAMPINAS(SP): Papirus, 2012.

CAVALCANTI, Lana de Souza. **A geografia escolar e a cidade: ensaios para o ensino de geografia para a vida urbana cotidiana**. CAMPINAS (SP): Papirus, 2008.

MOREIRA, Ruy. **Para onde vai o pensamento geográfico: por uma epistemologia crítica**. São Paulo Contexto, 2006.

SILVA, Onildo Araujo da. **Geografia: metodologia e técnicas de ensino**. Feira de Santana, BA: Universidade Estadual de Feira de Santana, 2004.

VESENTINI, José William (Org). **O ensino de geografia no século XXI**. 2. ed. Campinas, SP: Papirus, 2008.

PONTUSCHKA, Nidia Nacib, PAGANELLI, Tomoko Iyda, CACETE, Nuria Hanglei. **Para ensinar e aprender geografia**. São Paulo: Cortez, 2009.

REGO, Nelson, CASTROGEOVANNI, Antonio Carlos, LAERCHER, Nestor André (Org). **Geografia: práticas pedagógicas para o ensino médio**. Porto Alegre: Artmed, 2008.

RUA, João Et AL. **Para ensinar geografia**. Rio de Janeiro: ACCESS, 1993.

BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR:

SPOSITO, Maria Encarnação Beltrão (org). **Livros didáticos de História e Geografia**. São Paulo: Cultura Acadêmica, 2006.



DISCIPLINA: PRÁTICA EDUCATIVA VI (Educação Básica II: Ensino Médio)

CH: 66,66 horas

EMENTA:

1. Identificação, caracterização e análise do ambiente, das relações e das práticas educativas e pedagógicas em turmas do ensino médio; 2. planejamento, recursos didáticos e pedagógicos, avaliação; 3. articulação entre teoria e prática no ensino médio; 4. Abordagem dos conhecimentos próprios de cada disciplina das licenciaturas no ensino médio; 5. elaboração e desenvolvimento de projetos de intervenção e ações pedagógicas no ensino médio; diretrizes curriculares nacionais para o ensino médio; 6. compreensão e uso de instrumentos de pesquisa de abordagem qualitativa em educação; 7. construção de recursos/tecnologias educacionais para intervenção no processo de ensino-aprendizagem.

BIBLIOGRAFIA BÁSICA:

NIDELCOFFE, Maria Tereza. **Uma Escola para o Povo**. São Paulo: Brasiliense, 1991.

NOSELLA, Maria de Lourdes Chagas Deiró. **As Belas Mentiras: a ideologia subjacente aos textos didáticos**. São Paulo, ed., Moraes.

BRASIL.MEC. **Parâmetros Curriculares Nacionais para o Ensino Médio**. Brasília: MEC/SEF, 2000.

PENTEADO, Heloísa Dupas. **Televisão e Escola: conflito ou cooperação?** São Paulo, Cortez. 1991.

PICONEC, Stela C. Bertholo (coord.) **A prática de ensino e o estágio supervisionado**. Papirus, Campinas, 1991.

PINSKY, Jaime (org.). **O Ensino de História e a Criação do Fato**. São Paulo: Contexto, 1988.

ROCHA, Ubiratan. **História, currículo e cotidiano escolar**. São Paulo, Cortez, 2002.

SAVIANI, Dermeval. **Pedagogia histórico-crítica**. São Paulo: Cortez, 2008.



SEVERINO, Antônio Joaquim. **Metodologia do Trabalho Científico**. 19ª ed. São Paulo: Cortez, 1993.

SILVA, Ezequiel Theodoro da. **Os (des)caminhos da Escola: Traumatismos Educacionais**. São Paulo: Cortez, 1990.

BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR:

DIMENSTEIN, Gilberto. **Aprendiz do futuro – cidadania hoje e amanhã**. 5. ed. São Paulo: Ática, 1998.

FREIRE, Paulo. **Educação e mudança**. 30. ed. São Paulo: Cortez, 2007.

LIBÂNEO, José Carlos. **Didática**. São Paulo: Cortez, 1994.

PIMENTA, Selma Garrido. **O estágio na formação de professores: unidade, teoria e prática**. São Paulo: Cortez, 2006.



VII SEMESTRE

Disciplinas:

Geografia Regional

Antropologia Educacional

Trabalho de Conclusão de Curso – TCC I

Noções de Astronomia

Geografia Física da Amazônia

Geografia da População

Prática Educativa VII



GEOGRAFIA REGIONAL

CH: 50H

EMENTA: 1. A região como categoria de análise na Geografia. 1.1 a natureza do conceito de região: categorias, conceitos e definições na geografia; 1.2 Pressupostos e antecedentes da abordagem regional na Geografia. 2. Evolução do conceito de região e sua importância na Geografia. 2.1 A região natural e a abordagem do determinismo Ambiental. 2.2. A região cultural ou região-paisagem na abordagem possibilistas. 2.3 O conceito de classes de área e a perspectiva quantitativa. 2.4 A região polarizada na abordagem funcional 2.5 As regiões – programa e as propostas de ação e controle do espaço. 2.6 As perspectivas críticas de região: a região econômico - política. 2.7 As regiões geoeconômicas. 2.8 A região como espaço vivido; 2.9 A proposta de regionalização na perspectiva do meio técnico – científico informacional. 3. A regionalização e a dimensão espacial dos processos históricos – sociais. 4. A regionalização para fins de planejamento. 5. O atual debate sobre a questão regional.

BIBLIOGRAFIA BÁSICA

- CORRÊA, R. **Região e Organização Espacial**. São Paulo: Ática, 1987.
- CORRÊA, R. **Região: a tradição geográfica**. In: CORREA, R. Trajetórias Geográficas. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1987.
- GOMES, P. C. O conceito de região e sua discussão. In: _____.
- Geografia: conceitos e temas**. Rio de Janeiro. Bertrand Brasil, 1995.
- HAESBAERT, R. **Região, diversidade territorial e globalização**. Rio de Janeiro: UFF, 1999.
- LENCIONI, S. **Região e geografia**. São Paulo: Edusp, 1999. PP. 73-118.



MOREIRA, R. Da região a rede e ao lugar: a nova realidade e o novo olhar geográfico sobre o mundo. **Ciência Geográfica**, AGB, Bauru.

BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR

ANDRADE. M. C. **Espaço, polarização e desenvolvimento**. São Paulo: Atlas, 1986.

CARLOS, A. F. A. **O lugar no/do mundo**. São Paulo. Hucitec, 1996.



DISCIPLINA: ANTROPOLOGIA EDUCACIONAL

CH: 50 horas

EMENTA:

1. Conceitos antropológicos básicos; 2. Processos culturais; 3. A escola como espaço sócio-cultural; 4. Racismo e doutrinas raciais; 5. Matrizes étnicas do povo brasileiro; 6. Interpretações sobre as especificidades da cultura e da sociedade brasileiras; 7. Diversidades: questões de classe, gênero e sexualidade no espaço escolar; 8. Relações e questões etnicorraciais no espaço escolar brasileiro.

BIBLIOGRAFIA BÁSICA

AQUINO, Julio Groppa. (org.) **Sexualidade na escola: alternativas teóricas e práticas**. São Paulo: Summus, 1997.

BRASIL, Ministério da Educação. **Educação antirracista: caminhos abertos pela Lei Federal nº 10.639/03**. Brasília, 2005. (Coleção Educação para todos).

DA MATTA, Roberto. **Relativizando: uma Introdução à Antropologia Social**. Petrópolis: Vozes, 1983.

_____. **O que faz o Brasil, Brasil**. Rio de Janeiro: Rocco, 1987.

GEERTZ, Cliford. **A Interpretação das Culturas**. São Paulo: LTC, 1989.

MELO, Luís Gonzaga de. **Antropologia Cultural: iniciação, teorias e temas**. Petrópolis: Vozes, 1987.

LAPLANTINE, François. **Aprender Antropologia**. São Paulo: Editora Brasiliense, 1988.

LARAIA, Roque. **Cultura: Um Conceito Antropológico**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editores, 2005.

RIBEIRO, Darcy. **O povo brasileiro: o sentido e a formação do Brasil**. São Paulo: Companhia das Letras, 1995.

ROCHA, Everardo Guimarães. **O que é etnocentrismo**. S. Paulo: Brasiliense, 2004 (Coleção Primeiros Passos).



SCHWARCZ, Lilia Moritz. **O espetáculo das raças: cientistas, instituições e a questão racial no Brasil.** São Paulo: Companhia das Letras, 1997.

BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR

BAUMAN, Zygmunt. **Ensaio sobre o conceito de cultura.** Rio de Janeiro: Zahar, 2012.

MINAYO MCS. **O desafio do conhecimento: pesquisa qualitativa em saúde.** São Paulo: Hucitec, 1996.

ORTIZ, Renato. **Mundialização e cultura.** São Paulo: Brasiliense, 2000.



DISCIPLINA: TRABALHO DE CONCLUSÃO DE CURSO I – TCC I

CH: 50 horas

EMENTA:

1. A pesquisa científica e as ciências humanas. 2. O campo de pesquisa da geografia. 3. O projeto de pesquisa: elaboração, planejamento, execução. Pesquisa qualitativa e quantitativa. 4. Os tipos de pesquisa: bibliográfica, documental, empírica, experimental 5. Normatização da pesquisa: as normas de pesquisa e de apresentação de trabalhos científicos.

BILBIOGRAFIA BÁSICA:

BARROS, J A. **O projeto de pesquisa em História**. Petrópolis: VOZES, 2011.

BARROS, A. J; LEHFELD, N. A S. **Projeto de pesquisa: propostas metodológicas**. Petrópolis: VOZES, 2010.

CANDIOTTO, C. **Fundamentos da pesquisa científica: teoria e prática**. Petrópolis: VOZES, 2011.

FOUREZ, G. **A construção das ciências: introdução e a ética das ciências**. São Paulo: UNESP, 1995.

Severino, A. J. **Metodologia do trabalho científico**. 20. ed. São Paulo: Cortez, 1996.

BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR

ABNT - Associação Brasileira de Normas Técnicas. Informação e documentação - Citações em documentos - apresentação. NBR 10520. 2002.

ABNT - Associação Brasileira de Normas Técnicas. Informação e documentação - Referências. NBR 6023. 2002.

ABNT - Associação Brasileira de Normas Técnicas. Informação e documentação - Trabalhos acadêmicos - apresentação. NBR 14724. 2002.

LAKATOS, E. M. & MARCONI, M. A. **Fundamentos de Metodologia Científica**. 3. ed. São Paulo: Atlas, 1994.



DISCIPLINA: NOÇÕES DE ASTRONOMIA

CH: 66,66 horas

EMENTA:

1. A mecânica celeste a partir de Galileu Galilei a Stephen Hawking; 2. O sistema - Sol – Terra – Lua e as discussões atuais; 3. O espaço cósmico como nova fronteira do capital.

BIBLIOGRAFIA BÁSICA

COVENERY, P; FFIGHFIELD, R. **A flexa do Tempo**. Ed. Soliciano, São Paulo, 1993.

FREÍTAS MOURÃO, R. **Da Terra às Galáxias**. Ed. Vozes. Petrópolis. 1985.
Eclipses, Superstição à Previsão Matemática. Ed. Wsiminos, São Leopoldo, 1993.

EINSTEIN, A.; INFELD, L. **A Evolução da Física**. Zahar Editores, Rio de Janeiro, 1980.

GALTY, B. **Ontem, o UNIVERSO**. Ed. Martins Fontes, São Paulo, 1986.

GILMORE, R. **Alice no País do Quantim**. Ed. Jorge / Zahar.

HAWKING, S. **Uma Breve História do Tempo**. Ed. Rocco, Rio de Janeiro, 1988.

IOVELOCK, J. **As Eras da Gaia**. Ed. Campos, Rio de Janeiro, 1991.

BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR

REEVES, H. **Um pouco mais de azul**. Lisboa: Gradiva, 1991.

SCHENBERG, M. **Pensando a Física**. Brasiliense, São Paulo, 1984.

SILK, J. **O Big Bang**. Ed. Universidade de Brasília, Brasília, 1985.

SEGRÈ, E. **Dos Raio X aos Quarks**. Ed. Universidade de Brasília, Brasília, 1987.

SAGAN, C. **Cosmos**. Companhia das Letras. São Paulo. Bilhões e Bilhões. Companhia das Letras, São Paulo, 1998.



DISCIPLINA: GEOGRAFIA FÍSICA DA AMAZÔNIA

CH: 66,66

EMENTA:

1. Características geográficas físicas gerais do espaço brasileiro; 2. Processo de formação, modelagem e dinâmica do relevo amazônico; 3. Estudo do clima amazônico: paleoclima, características regionais, fatores da variabilidade de precipitação na Amazônia; 4. Estudo da vegetação amazônica: paleovegetação, fitogeografia atual; 5. Hidrografia amazônica: características da hidrografia superficial, marítima e subterrânea; 6. Solos amazônicos; 7. Interação clima/biodiversidade amazônica; 8. Natureza e Ensino da Geografia Física amazônica.

BIBLIOGRAFIA BÁSICA:

AB'SABER, A.N. Macrodomínio amazônico. In: **Os Domínios de natureza no Brasil: potencialidades paisagísticas**. São Paulo: Ateliê Editorial, 2003.

AB'SABER, A. N. **Amazônia: Do discurso à praxis**. São Paulo: EDUSP, 1997.

SIOLI, H. **Amazônia: fundamentos da ecologia da maior região de florestas tropicais**. Petrópolis: Vozes, 2ª ed. 1990.

MARENGO, J. A. **Mudanças Climáticas Globais e Seus Efeitos sobre a Biodiversidade**. Brasília: Ministério do Meio Ambiente, Biodiversidade 26, 2006.

NOBRE, C. A.; Obregón, G. O.; Marengo, J. A. **Características do Clima Amazônico: Aspectos Principais**. Cachoeira Paulista, Brasil: Centro de Ciências do Sistema Terrestre, Instituto Nacional de Pesquisas Espaciais (INPE), 2008.

BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR:

CHRISTOFOLETTI, A. **Geomorfologia**. 2ª Ed. São Paulo: Editora Blucher, 1980.



CUNHA, S.B; GUERRA, A.J.T. (Org.) **Geomorfologia do Brasil**. 4ª ed. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2006.

GUERRA, A.T., GUERRA, A. J. T. **O Novo Dicionário Geológico Geomorfológico**. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2002.

OLIVEIRA, A. O. S. A. **Contribuição teórico-metodológica para o ensino de geomorfologia**. Presidente Prudente: Unesp, 2010. (Tese Doutorado)



DISCIPLINA: GEOGRAFIA DA POPULAÇÃO

CH: 50 horas

EMENTA:

1. Pesquisa e fontes de dados demográficos. 2. Teorias demográficas da população e os elementos demográficos. 3. Teorias migratórias, povoamento e ocupação. 4. População, diferença e território. 5. População, desigualdade e espaço. 6. População, poder e política. 7. População, desenvolvimento e meio ambiente. 8. A dinâmica populacional brasileira. 9. Formação étnica da população brasileira. 10. População e o ensino da geografia.

BIBLIOGRAFIA BÁSICA:

BRITO, Fausto. Brasil, final de século: a transição para um novo padrão migratório? **Anais do XII Encontro Nacional de Estudos Populacionais**. Vol 11. Belo Horizonte: ABEP, 2000. <http://www.abep.org.br/?q=publicacoes/anais-encontro-nacional-de-estudos-populacionais-2000>.

DAMIANI, A L. **População e Geografia**. SP. Contexto. 2001.

MALTHUS, T. R. **Ensaio sobre a população**. São Paulo: Nova Cultural, 1996. (Os Economistas).

MOREIRA, R. **O Circulo e a Espiral**. RJ: Obra Aberta. 1993.

SILVA, T. T; HALL, S; WOODWARD, K. **Identidade e diferença**. RJ: Vozes, 2009.

TORRES, H; COSTA, H (Org). **População e meio ambiente: debates e desafios**. SP: SENAC, 2000.

ROSS, J L S (Org). **Geografia do Brasil**. SP: Edusp. 2000.

CORREA, R. L.; CASTRO, I. E; GOMES, P. C. C (Org.) **Geografia: conceitos e temas**. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2003.

CASTRO, I. E; GOMES, P. C. C (Orgs.) **Brasil: questões atuais da organização do território**. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2008.

BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR:



ENGELS, F. **A situação da classe trabalhadora na Inglaterra**. SP: Biotempo. 2008.

FERREIRA, A P; VAINER, C B; NETO, H P; SANTOS, M. O. (org). **A experiência migrante: entre deslocamentos e reconstruções**. RJ: Garamond. 2010.

GEORGE, P. **Geografia da População**. Rio de Janeiro: Bertrand, 1991.

VERRIÈRE, J. **As políticas de População**. 2ª ed. Rio de Janeiro: Bertrand, 1978.



DISCIPLINA: PRÁTICA EDUCATIVA VII (Gestão Educacional)

CH.: 50 horas

EMENTA:

1.Análise da organização e funcionamento da gestão educacional em sistemas e instituições escolares e não-escolares; 2.Visão geral da ação em gestão educacional em instituições públicas e privadas que desenvolvam projetos educativos; 3.Participação nas atividades de planejamento, conselho de classe, reuniões pedagógicas com docentes e pais; 4.Estudo de temas e casos ligados à gestão educacional para elaboração de projeto de intervenção pedagógica; 5.Elaboração e execução de Projetos de Gestão Educacional.

BIBLIOGRAFIA BÁSICA:

LIBÂNEO, José Carlos. **O sistema de organização e gestão da escola.** In:

LIBÂNEO, José Carlos. *Organização e Gestão da Escola, teoria e prática*, 5ª ed. Goiânia: Alternativa, 2004.

PARO, Vitor Henrique. **Gestão Escolar, Democracia e Qualidade do Ensino.** São Paulo; Ática, 2007.

LIBÂNEO, J. C. **Organização e gestão da escola: teoria e prática.** 5 ed. Goiânia: MF Livros, 2008.

LUCK, Heloisa. **Liderança em Gestão Escolar.** Petrópolis,RJ: Vozes, 2007

LUCK, Heloisa. **Concepções e processos democráticos de gestão e educacional.**Petrópolis, RJ : Vozes, 2006.

PARO. Vitor Henrique. **Gestão Escolar, Democracia e Qualidade do Ensino.** São Paulo; Ática, 2007.

PARO. Vitor Henrique. **Gestão Democrática da Escola Pública.** São Paulo;Atica, 2000..

PIMENTA, S.G. LIMA, M.S.. **Estagio e Docência.** São Paulo: Cortez, 2004.



PIMENTA, S.G.. **O Estágio na formação de Professores: unidade teoria e prática?** São Paulo: Cortez, 2005.

VEIGA, Ilma Passos Alencastro Veiga. **Projeto Político Pedagógico da escola: uma construção possível.** Campinas, SP: Papyrus 2002.

BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR:

ARRAIS, César Henrique. **Sínteses das salas temáticas/coordenação.** Brasília: Secretaria de Educação Média e Tecnológica, 2003.

MELLO, G. N. de. **Educação escolar brasileira: o que trouxemos do século XX?** Porto Alegre: Artmed, 2004;

VASCONCELLOS, Celso dos Santos. **Planejamento: projeto de ensino-aprendizagem e projeto político-pedagógico – elementos metodológicos para elaboração e realização.** 22 ed. – São Paulo: Libertad Editora, 2012 – (Cadernos Pedagógicos do Libertad; v. 1).

VEIGA, Ilma Passos; FONSECA, Marília (orgs.). **As Dimensões do Projeto Político-Pedagógico: novos desafios para a escola.** Campinas, SP: Papyrus, 2010.



VIII SEMESTRE

Disciplinas:

Trabalho de Conclusão de Curso II – TCC II

Geografia dos Municípios Paraenses

Seminário de Atualização Geográfica

Educação Ambiental

Prática Educativa VIII



TRABALHO DE CONCLUSÃO DE CURSO II – TCC II

CH: 50 Horas

EMENTA:

1. Elaboração final de Trabalho de Acadêmico de Conclusão de curso sobre tema relevante na área da geografia. 2. O planejamento, a pesquisa, os aspectos gráficos da monografia e a elaboração das referências do trabalho.

BIBLIOGRAFIA BÁSICA:

LAKATOS, E. M.; MARCONI, M. A. **Técnicas de pesquisa**. 7. ed. São Paulo: Atlas, 2008.

MEDEIROS, J. B. **Redação científica: a prática, fichamentos, resumos, resenhas**. 10.ed. São Paulo: Atlas, 2008.

SALOMON, D. V. **Como fazer monografia**. 11 ed. São Paulo: Martins Fontes, 2008.

BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR

ECO, H. **Como se faz uma tese**. São Paulo: Perspectiva, 2007.

GIL, A. C. **Como elaborar um projeto de pesquisa**. 4 ed. São Paulo: Atlas, 2009.

SEVERINO, A. J. **Metodologia do trabalho científico**. 23 ed. São Paulo: Cortez, 2008.



SEMINÁRIOS DE ATUALIZAÇÃO GEOGRÁFICA

CH: 66,66 Horas

EMENTA:

1. Temas de caráter geográfico atualizado capaz de promover reflexão, discussão e avaliação crítica por parte dos discentes, promovendo aprofundamento sobre a ciência geográfica; 2. A geografia cultural e a emergência do simbólico em geografia; 3. A geografia do mundo pós-colonial: novas narrativas sobre a construção da periferia; 4. A geopolítica contemporânea: o mundo pós-11 de setembro e o estado da arte das guerras modernas.

BIBLIOGRAFIA BÁSICA

SAID, W. **Orientalismo**. São Paulo: Companhia das Letras, 2011.

SAID, E. **Cultura e Imperialismo**. São Paulo: Companhia das Letras

SAID, E. **A questão da Palestina**. São Paulo: Companhia das Letras, 2007.

SANTOS, B. S. **Pelas mãos de Alice: o social e o político na pós-modernidade**. São Paulo: Almedina, 1994

SANTOS, B. S. **A gramática do tempo: para uma nova cultura política**. São Paulo: Cortez, 2008

SANTOS, B. S. **A crítica da razão indolente: contra o desperdício de experiência**. São Paulo: Cortez, 2004.

BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR

Revista Brasileira de Geopolítica

BAUMGARTEN, C. A. *Fronteiras identitárias e pós-colonialismo*. IN: "Revista Estudos Feministas, Florianópolis, v. 10, n. 1, 2002. Disponível em: Scielo. DOI: 10.1590/S0104-026X2002000100021

JENNER, R. M. O triunfo do pós-colonialismo in *Le Monde Diplomatique - Brasil*. Acessado em 8 de abril de 2008.

TELES, T. N. Estética do pós-colonialismo. IN: *Filosofia da Arte*. Acessado em 8 de abril de 2008.



GEOGRAFIA DOS MUNICÍPIOS PARAENSES

CH: 50 horas

EMENTA:

1. Território e município; 2. a formação do território paraense: a consolidação do mercado de trabalho a partir da mão de obra de grupos étnicos 3. fragmentação do território e formação de municípios no Pará; 4. fragmentação e recomposição do território no Pará após 1980: municipalização e a questão da criação de novos estados no Pará; 5. município, gestão e desenvolvimento; 6. a importância dos municípios para o ensino de geografia: a questão do lugar.

BIBLIOGRAFIA BÁSICA:

DUTRA, M. **O Pará dividido**: discurso e construção do estado do Tapajós. Belém: UFPA/NAEA, 1999.

GOMES, Gustavo Maia e MAC DOWELL, M. C. Descentralização Política, Federalismo Fiscal e Criação de Municípios: O que é Mau para o Econômico nem sempre é Bom para o Social. IPEA: Brasília, **TEXTO PARA DISCUSSÃO**, N 706, fevereiro de 2000.
http://www.ipea.gov.br/portal/images/stories/PDFs/TDs/td_0706.pdf

TRINDADE JR, S C T; ROCHA, G M. **Cidade e empresa na Amazônia**. Belém: Paka-Tatu, 2002.

ROCHA, G M; MAGALHÃES, S. B; TEISSERENC, P. **Território de desenvolvimento e ações públicas**. Belém: EDUFPA, 2009.

ROCHA, G. M (Org.). **Município e Território**. Belém: NUMA/UFPA, 2011.

BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR:

COELHO, M. C. N. Regiões de entorno de projetos de extração e transformação mineral na Amazônia Oriental. Belém: UFPA. **Novos cadernos no NAEA**, vol. 8, n 2, 2005.

DANIEL, Celso. **Poder local no Brasil urbano**. São Paulo. Espaço e Debates, ano VIII, 1988.



PHILIPPI Jr, A e al. **Municípios e meio ambiente**. SP: Associação Nacional de Municípios e Meio Ambiente, 1999.

MACHADO, L. O. Urbanização e mercado de trabalho na Amazônia brasileira.

Cadernos do IPPUR. Rio de Janeiro, Ano XIII, n. 1, 1999, p. 109-138.

MELLO-THERY, N A. **Território e gestão ambiental na Amazônia**. SP:

Annablume, 2011.



EDUCAÇÃO AMBIENTAL:

CH: 50 Horas

EMENTA:

1. Trajetória da Educação Ambiental. 2. Legislação e características da educação ambiental. 3. Correntes teóricas da educação ambiental. 4. Educação ambiental em ambientes escolares e não-escolares. 5. Metodologias de educação ambiental.

BIBLIOGRAFIA BÁSICA

CARVALHO, I. M. **Educação ambiental: A Formação do sujeito ecológico.** 4ª Ed. SP: Ed. Cortez, 2008.

CASTRO, R.S. LAYRARGUES, P.P. LOUREIRO, C. F. B (Orgs) **Educação ambiental: repensando o espaço da cidadania.** 4ª Ed. SP: Cortez, 2008.

LEFF, Enrique. **Epistemologia Ambiental.** São Paulo: Cortez, 2006.

LOUREIRO, Carlos F B. **Trajetória e Fundamentos da Educação Ambiental.** 3 ed. São Paulo: Cortez, 2009.

BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR

CUNHA, Sandra B. GUERRA, A. J.T (Orgs) **a questão ambiental: diferentes abordagens.** São Paulo: Bertrand Brasil, 2003.

DIAS, G. F. **Atividades interdisciplinares de Educação Ambiental.** SP: Global, 1994.

GRUN, Mauro. **Ética e Educação Ambiental: a conexão necessária.** São Paulo, Papyrus, 1996.

GUIMARÃES, Mauro. **A formação de educadores ambientais.** São Paulo: Papyrus, 2004.

JACOBI, Pedro et AL. **Educação, meio ambiente e cidadania.** SP, Secretaria de Meio Ambiente, 1998.

LEFF, E (COORD) **A complexidade ambiental.** SP: Cortez, Blumenau, Edifurb, 2003.



DISCIPLINA: PRÁTICA EDUCATIVA VIII (Memorial da Prática Educativa)

CH: 16,66 horas

EMENTA:

Elaboração de texto dissertativo organizado de maneira a apresentar considerações dos discentes acerca dos itens: 1. Percepções sobre a realidade dos sistemas e das instituições educacionais locais; 2. percepções sobre a realidade da atuação de professores na educação básica; 3. a compreensão do caráter administrativo e pedagógico da escola; 4. a percepção das relações interpessoais e profissionais estabelecidas nas ações da prática educativa; 5. Análise dos desafios enfrentados (superados e não superados); 6. Análise das principais experiências, mediações e atividades realizadas; 7. Análise do processo de avaliação da aprendizagem dos alunos; 8. análise da relação entre as práticas desenvolvidas com os conhecimentos teóricos abordados durante o curso; 9. teóricos que contribuíram para seu desenvolvimento nas práticas educativas. 10. a relevância das orientações dos professores preceptores e orientadores para o desenvolvimento das ações nas práticas educativas. 11. autoavaliação;

BIBLIOGRAFIA BÁSICA:

PAIVA, Irene Alves de; PERNAMBUCO, Marta Maria Castanho Almeida. **Educação e realidade: interdisciplinar**. Natal-RN: EDUFRN, 2005.

PIMENTA, Selma Garrido; LIMA, Maria Socorro Lucena. **Estágio e docência**. São Paulo: Cortez, 2004.

SOUZA, Elizeu Clementino de. **O conhecimento de si: estágio e narrativas de formação de professores**. Rio de Janeiro: DP&A, 2006.

OLIVEIRA, Jorge Leite de. **Texto acadêmico**. Petrópolis/RJ: Vozes, 2005

SEVERINO, Antonio Joaquim. **Metodologia do Trabalho Científico**. 22ª Ed. São Paulo: Cortez, 2005.

BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR:



PASSEGGI, M da C. e BARBOSA, T. M. N. (Orgs.). **Memórias, memoriais:** pesquisa e formação docente. Natal, RN: EDUFRN; São Paulo: Paulus, 2008. ISBN: 853492841X

SHORES, E & GRACE, C. **Manual de Portfólio:** Um guia passo a passo para o professor. Porto Alegre, Artmed, 2001. ISBN: 9788573077629

WAIZBORT, Leopoldo. Para uma sociologia do memorial acadêmico: um fragmento. **Revista de Teoria Literária e Literatura Comparada**, São Paulo, v. 3, 77-82, 1998.



DISCIPLINAS OPTATIVAS

Disciplinas:

Geografia do Turismo

Políticas Públicas Educacionais no Brasil

História do Pará

Geografia das águas da Amazônia

Gestão, Políticas Públicas e Ordenamento Territorial



DISCIPLINA: GEOGRAFIA DO TURISMO

CH: 50 horas

EMENTA:

1. O Espaço Geográfico como meio para o desenvolvimento das atividades turísticas; 2. Turismo, Lazer e Desenvolvimento Social; 3. Atividade turística e empreendedorismo; 4. Formas e Tipos de Turismo; 5. A atividade turística e a questão ambiental; 6. Políticas Públicas e a atividade turística; 7. Ecoturismo e Turismo sustentável na Amazônia Brasileira.

BIBLIOGRAFIA BÁSICA

SWARBROOKE, J. **Turismo sustentável: conceitos e impacto ambiental**. São Paulo: ALEPH, 2008 (Série Turismo).

TRIGO, L. G. G. **Turismo básico**. São Paulo: SENAC, 1998.

FUNARI, P. P; PINSKY, J. (Org.) **Turismo e patrimônio cultural**. São Paulo: Contexto, 2004.

LEMONS, A. I. G. **Turismo: impactos socioambientais**. São Paulo: Hucitec, 2001.

RODRIGUES, A. B. **Ecoturismo no Brasil: possibilidades e limites**. São Paulo: Contexto, 2003.

RODRIGUES, A. B. (Org). **Turismo e geografia: reflexões teóricas e enfoques regionais**. São Paulo: HUCITEC, 1996.

BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR

ANDRADE, J. V. **Turismo: Fundamentos e dimensões**. São Paulo: Ática. 1998.

TRIGO, L. G. G. (Org). **Turismo como aprender, como ensinar**. São Paulo: SENAC, 2001.

YÁZIGI, E; CARLOS. A. F. A; CRUZ, R. A. C. **Turismo: espaço, paisagem e cultura**. São Paulo: HUCITEC, 1999.

DENKER, A. **Métodos e técnicas de pesquisa em turismo**. São Paulo: Ed. FUTURA, 2000.



DISCIPLINA: POLÍTICAS PÚBLICAS EDUCACIONAIS NO BRASIL

CH: 50 Horas

EMENTA:

1. Fundamentos histórico-filosóficos das políticas educacionais no Brasil. 2. Identificação dos pressupostos sociais, políticos e econômicos que norteiam à elaboração e aplicação dos programas, projetos e planos educacionais no Brasil. 3. A formação dos profissionais da educação básica no Brasil. 4. Estrutura Administrativa e funcionamento do sistema educacional no setor público e privado. 5. Legislação Educacional e a Organização pedagógica da Educação Básica: níveis e modalidades da educação (educação à distância, Educação de Jovens e Adultos, educação especial, educação indígena, educação profissional, educação do campo, educação para as relações étnicorraciais). 6. Conselhos de Educação (Nacional, Estadual e Municipal). 7. Principais Políticas Públicas Educacionais para a Educação Básica. 8. Plano Nacional de Educação. 9. Políticas de Gestão Escolar, Projeto Pedagógico e Financiamento da educação.

Bibliografia Básica

BRASIL, **Lei Nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996**: Estabelece as diretrizes e bases da educação nacional. [online] Presidência da República, Casa Civil – subchefia para assuntos jurídicos. Brasília/DF. Disponível em: http://www.presidencia.gov.br/ccivil_03/Leis/L9394.htm. Acesso em 25 mar 2012, às 00h50.

_____. Lei Nº xxx, de xxx de xxx de xxxxxx de xxxx. **Aprova o Plano Nacional de Educação para o decênio 2011-2020, e dá outras providências** [Texto ainda em discussão]. Disponível em: http://portal.mec.gov.br/index.php?option=com_content&view=article&id=16478&Itemid=1107. Acesso em 25 mar 2012, às 00h48.



_____. **Resolução CNE/CEB 4/2010:** Define Diretrizes Curriculares Nacionais Gerais para a Educação Básica. Diário Oficial da União, Brasília, 14 de julho de 2010, Seção 1, p. 824.

_____. **Resolução CNE/CP 1/2005:** Altera a Resolução CNE/CP nº 1/2002, que institui Diretrizes Curriculares Nacionais para a Formação de Professores da Educação Básica, em nível superior, curso de Licenciatura de graduação plena. Diário Oficial da União, Brasília, 23 de novembro de 2005. Seção 1, p. 17.

_____. **Resolução CNE/CEB 4/2005:** Inclui novo dispositivo à Resolução CNE/CEB 1/2005, que atualiza as Diretrizes Curriculares Nacionais definidas pelo Conselho Nacional de Educação para o Ensino Médio e para a Educação Profissional Técnica de nível médio às disposições do Decreto nº 5.154/2004. Diário Oficial da União, de 11 de novembro de 2005, Seção 1, p. 74.

_____. **Resolução CNE/CEB 4/2005:** Inclui novo dispositivo à Resolução CNE/CEB 1/2005, que atualiza as Diretrizes Curriculares Nacionais definidas pelo Conselho Nacional de Educação para o Ensino Médio e para a Educação Profissional Técnica de nível médio às disposições do Decreto nº 5.154/2004. Diário Oficial da União, de 11 de novembro de 2005, Seção 1, p. 74.

_____. **Resolução CNE/CEB 3/2005:** Define normas nacionais para a ampliação do Ensino Fundamental para nove anos de duração. Diário Oficial da União, de 08 de agosto de 2005, Seção 1, p. 27.

_____. **CNE/CP Resolução 2/2004:** Adia o prazo previsto no art. 15 da Resolução CNE/CP 1/2002, que institui Diretrizes Curriculares Nacionais para a Formação de Professores da Educação Básica, em nível superior, curso de licenciatura, de graduação plena. Diário Oficial da União, Brasília, 1º de setembro de 2004, Seção 1, p. 17.

_____. **Resolução CNE/CP 1/2002:** Institui Diretrizes Curriculares Nacionais para a Formação de Professores da Educação Básica, em nível superior, curso de licenciatura, de graduação plena. Diário Oficial da União, Brasília, 09 de abril de 2002. Seção 1, p. 31.



_____. **Resolução CNE/CP 2/2002:** Institui a duração e a carga horária dos cursos de licenciatura, de graduação plena, de formação de professores da Educação Básica em nível superior. Diário Oficial da União, Brasília, 4 de março de 2002. Seção 1, p. 9.

_____. **Resolução CNE/CEB 2/2001:** Institui Diretrizes Nacionais para a Educação Especial na Educação Básica. Diário Oficial da União, Brasília, 14 de setembro de 2001. Seção 1E, p. 39-40.

_____. **Resolução CNE/CEB 1/2000:** Estabelece as Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação de Jovens e Adultos. Diário Oficial da União, Brasília, 05 de julho de 2001.

_____. **Resolução CNE/CEB 1/1999:** Institui as Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação Infantil. Diário Oficial da União, Brasília, 13 de abril de 1999. Seção 1, p. 18.

_____. **Resolução CNE/CEB 1/1999:** Fixa Diretrizes Nacionais para o funcionamento das escolas indígenas e dá outras providências. Diário Oficial da União, Brasília, 13 de abril de 1999. Seção 1, p. 18.

_____. **Resolução CNE/CEB 2/1998:** Institui as Diretrizes Curriculares Nacionais para o Ensino Fundamental. Brasília: CNE/CEB, 29 de janeiro de 1998; Publicada no Diário Oficial da União, Brasília, 15 de abril de 1998. Seção I, p. 31.

_____. **Resolução CNE/CEB 3/1998:** Institui as Diretrizes Curriculares Nacionais para o Ensino Médio. Diário Oficial da União, Brasília, de 14 de abril de 1998. Seção I, p. 31.

_____. **O Plano de Desenvolvimento da Educação:** razões, princípios e programas. Brasília, MEC. (s/d.).

FERREIRA, Naura Syria Carapeto (org.). **Políticas Públicas e Gestão da Educação: polêmicas, fundamentos e análises.** Brasília: Líber Livro, 2006.

LIBÂNEO, José Carlos, OLIVEIRA, João Ferreira de, MIRZA, Seabra Toschi. **Educação Escolar: políticas, estrutura e organização.** São Paulo: Cortez, 2006.



SAVIANI, Dermeval. **Educação brasileira**: estrutura e sistema, 10ª ed. Campinas, Autores Associados. 2008.

Bibliografia Complementar

CURY, Carlos R. Jamil. Sistema nacional de educação: desafio para uma educação igualitária e federativa. **Educ. Soc.**, Dez. 2008, vol. 29, n.105, p.1187-1209.

KUENZER, A. Z. Política Educacional e Planejamento no Brasil: os descaminhos da transição. In: KUENZER, A. CALAZANS, M. J. C.; GARCIA, W. **Planejamento e Educação no Brasil**. 6 ed.. São Paulo: Cortez, 2000 (coleção questões da Nossa Época, v.21), p. 55-89.

SANTOS, LuciolaLicinio de C. P. Políticas públicas para o ensino fundamental: parâmetros curriculares nacionais e sistema nacional de avaliação (SAEB). *In:Revista Educação & Sociedade*. Campinas/SP, vol. 23, n. 80, Setembro/2002, p. 346-367.

SAVIANI, Dermeval,.et al. **O legado educacional do século XX no Brasil**, Campinas: Autores Associados, 2004.



DISCIPLINA: HISTÓRIA DO PARÁ

CH: 50 HORAS

EMENTA:

1. A formação da colônia e a expansão do comércio na Amazônia. 2. A questão fundiária e os conflitos entre indígenas e colonos. 3. A transição da escravidão indígena para a escravidão africana: permanências e transformações na prática escravista. 4. A economia, o trabalho compulsório e os conflitos entre colonos, indígenas e africanos no Grão-Pará. 5. Poder político e administrativo na colônia e a formação do Estado do Grão-Pará e Maranhão. 6. A Companhia de Comércio do Grão-Pará e Maranhão. 7. A crise da colonização e a influência do despotismo esclarecido na formação do Pará. 8. Os movimentos de rebeldia. 9. O Império e a economia da borracha (Belle Époque). 10. As frentes de modernização econômica a integração nacional no pós-segunda guerra mundial. 11. Migração e desdobramentos políticos.

BIBLIOGRAFIA BÁSICA

HOLANDA, S. B. **Raízes do Brasil**. São Paulo: Companhia das Letras, 1997.

NOVAIS, F. A. Portugal e Brasil na crise do antigo sistema colonial. 6a ed. São Paulo: Hucitec, 1995.

SOUZA, L. M. **O sol e a sombra**. Política e administração na América Portuguesa do século XVIII.

SCHWARTZ, S. B. **Segredos Internos**: engenhos e escravos na sociedade colonial. São Paulo: Companhia das Letras, 1988.

SOARES, Mariza de Carvalho. Devotos da cor. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2000.

BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR

GERD KOHLHEPP, A. **Homem e Natureza na Amazônia**, 1987.

MONTEIRO, B. **História do Pará**. Edição - O Liberal. 2001.

PANDOLFO, C. **Amazônia Brasileira**: Ocupação, Desenvolvimento e Perspectivas Atuais e Futuras. CEJUP/PA. 1994.



DISCIPLINA: GEOGRAFIA DAS ÁGUAS DA AMAZÔNIA

CH: 50 HORAS

EMENTA:

1. Tipologia e Morfologia fluvial dos rios da Amazônia. 2. Amazônia e o modo de vida ribeirinho. 3. O ensino de Geografia e saberes no ambiente ribeirinho. 4. A Paisagem Ribeirinha. 5. Balanço Hídrico na Amazônia. 6. Monitoramento, Técnicas e redes Hidrológicas. 7. Cuidando das águas. 8. O Desafio das águas numa metrópole Amazônica.

BIBLIOGRAFIA BÁSICA

BORDALO, Carlos Alexandre Leão. **O desafio das águas numa metrópole amazônica**: uma reflexão das políticas de proteção dos mananciais da região metropolitana de Belém-PA (1984-2004). 2006. 281 f. Tese (Doutorado). Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento Sustentável do Tropicó Uímido, Núcleo de Altos Estudos Amazônicos Universidade Federal do Pará, Belém.

_____. **“Uma reflexão das Políticas de Proteção dos Mananciais da Região Metropolitana de Belém – PA (1984 – 2004)**, In:

VASCONCELLOS, ROCHA, LADISLAU, Mário; Gilberto Miranda; Evandro. O Desafio político da sustentabilidade urbana. Gestão socioambiental de Belém: NUMA/UFPA, EDUFPA, 2009.

CHRISTOFOLETTI, A.; 1980. **Geomorfologia**. Ed. Edgard Blucher Ltda. São Paulo. 188p.

GONÇALVES. Carlos Walter Porto. Amazônia Amazônia, 3ª edição, Ed. Contexto, São Paulo, 2015.

LOPES. OTÁVIO DO Canto. Souza. Armando Lírio de; FERRÃO. Euzalina da Silva. **Ribeirinhos do Mapuá**. P.225-236 IN: Caminhos e Lugares da Amazônia: ciência, natureza e territórios. Giovane Mota...[et al]. 1ª Ed. Belém, 2009.



SIOLI, Harald. **Amazônia: fundamentos da ecologia da maior região de florestas tropicais**. Tradução: Johann Becker. Ed. Vozes. Rio de Janeiro, 1983.

BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR:

BECKER, Bertha K. "Inserção da Amazônia na Geopolítica da Água" In: Problemática do uso local da água na Amazônia. Ed. UNESCO -Brasil. Brasília - DF, 2003.

MORAES & REIS. Sérgio Cardoso; Marileides dos Santos: **Pesca, educação e ambiente em uma comunidade ribeirinha da Amazônia**. p.79-90 IN: SILVA. João Márcio Palheta; SILVA. Christina Nunes da Silva. Ed. GPTA/UFPA, 2011.

NETO, Adolfo da Costa Oliveira. **Educação Popular do Campo e Território: uma análise da prática educativa do GETEPAR-NEP na Amazônia ribeirinha**. Dissertação de Mestrado, UEPA, 2014.

RAMOS, José. Poluição e Contaminação da orla de Belém-PA. In: ULHY, Steven & SOUZA, Eliene Lopes. **A questão da água na grande Belém**. Belém: Ed. Casa de Estudos Germânicos, 2005.



TERRITORIAL

CH: 50 HORAS

EMENTA:

1.O conceito de Ordem e as concepções do Ordenamento Territorial.2. Território segundo a abordagem integradora ou totalizante. 3. Gestão, Planejamento e Políticas Públicas no Espaço Amazônico. 4. O Plano de Aceleração do Crescimento (PAC). 5.Ordenamento Territorial e Recursos Hídricos. 6. Bioma, Biodiversidade, Ecossistema, Recursos Naturais e Ordenamento Territorial .7. Zoneamento Ecológico Econômico (ZEE). 8. Cartografia e o Geoprocessamento no Ordenamento Territorial.

BIBLIOGRAFIA BÁSICA

ALMEIDA & soares. Flávio Gomes de, Luiz Antônio Alves. Org. **Ordenamenamento Territorial - Coletânea de Textos com Diferente Abordagens no Contexto Brasileiro**. Ed. Bertrand Brasil, SP, 2009.

CHAGAS. Clay Anderson Nunes. **Região, território e planejamento estatal: planejamento plurianual e desenvolvimento regional**. UFPA, Belém 2011.

HAESBAERT, Rogério. **O mito da desterritorialização:do fim dos territórios à multiterritorialidade**.São Paulo: Ed. Bertrand Brasil, 2012.

RAFFESTIN. Claude. Por uma Geografia do Poder. Tradução de Maria Cecília França. Editora Ática, São Paulo, 1993. 269 p. Título original: Por une gepographie Du pouvoir.

BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR:

BORDALO, Carlos Alexandre Leão. **“Uma reflexão das Políticas de Proteção dos Mananciais da Região Metropolitana de Belém”** – PA (1984 – 2004), In: VASCONCELLOS, ROCHA, LADISLAU, Mário; Gilberto Miranda; Evandro. O Desafio político da sustentabilidade urbana. Gestão socioambiental de Belém: NUMA/UFPA, EDUFPA, 2009.



BOHER. Claudio Belmonte de Athayde. DUTRA. Luiz Eduardo Duque. A Diversidade Biológica e o Ordenamento Territorial. IN: Ordenamento Territorial: coletânea de textos com diferentes abordagens no Contexto Brasileiro. Almeida. Flávio Gomes & Soares. Luiz Antônio Alves. Ed. Bertrand Brasil, São Paulo, 2009.

COELHO, Maria Célia Nunes. **Política e gestão ambiental (des) integrada dos recursos minerais na Amazônia Oriental.** In: COELHO & SIMONIAM & FENZL, Maria Célia, Lígia, Nobert. Estado e políticas públicas na Amazônia – gestão de recursos naturais, Ed. Cejup, Belém, 2000.

MARTINS. Andreza. Conflitos ambientais em unidades de conservação: dilemas da gestão territorial no Brasil. Revista Bibliográfica de Geografia Y Ciencias Sociales, Universidad de Barcelno, Vol. XVII, n.989, 2013

VALLEJO. Luiz Renato. Unidades de Conservação: uma discussão teórica à luz dos conceitos de território e de políticas públicas. In:Curso de especialização áreas protegidas e unidades de conservação” FIPAM XXI, Ufpa/NAEA, s.d.



**DISCIPLINA: DESENVOLVIMENTO, POLÍTICAS PÚBLICAS E O
CAMPE SINATO BRASILEIRO**

CH: 50 HORAS

EMENTA:

1. Propostas de desenvolvimento; 2. Políticas públicas: conceitos e análises; 3. Geografia política e políticas públicas; 4. A dinâmica das políticas públicas do campo brasileiro; 5. A instituição do PRONAF; 6. Políticas públicas do agronegócio e da agricultura familiar; 7. Políticas de mercados institucionais; 8. Políticas públicas territoriais; 9. Estudos de caso.

BIBLIOGRAFIA BÁSICA

BONNAL, P; MALUF, R. **Políticas de desenvolvimento territorial e multifuncionalidade da agricultura familiar no Brasil**. Política e Sociedade: revista de Sociologia Política, Florianópolis, V. 8, n. 14, p. 211-250, 2009. ISSN 2175-7984. Disponível em: <<http://dx.doi.org/10.5007/2175-7984.2009v8n14p211>>. Acesso em 15 jan 2016.

FAVARETO, Arilson. **Tendências contemporâneas dos estudos e políticas sobre o desenvolvimento territorial**. In: FAVARETO, Arilson [et. al]. Políticas de Desenvolvimento Territorial Rural no Brasil. Brasília: IICA, 2010. (Série Desenvolvimento Rural Sustentável; v. 12).

GÓMEZ, J. R. M. **Desenvolvimento em (des)construção. Narrativas escalares sobre desenvolvimento territorial rural**. 2006a. 438p. Tese Doutorado em Geografia — Faculdade de Ciências e Tecnologia, Universidade Estadual Paulista, Presidente Prudente. Capítulo I, II, IV e V.

RODRIGUES, J. N. **Políticas públicas e geografia: retomada de um debate**. GEOUSP – Espaço e Tempo (Online), São Paulo, v. 18, n. 1, p. 152-164, 2014. Disponível em: <http://www.revistas.usp.br/geousp/article/view/81093>

SECCHI, L. **Políticas Públicas: conceitos, esquemas de análise, casos práticos**. São Paulo: Editora Cengage Learning, 2010.



SEN, Amartya. **Desenvolvimento como liberdade**. São Paulo: Companhia das Letras, 2010. 409 p. Tradução de: Development as freedom.

SOUZA, C. **Políticas Públicas: uma revisão da literatura**. Revista Sociologias, Porto Alegre, ano 8, n. 16, jul/dez 2006, p, 20-45. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/soc/n16/a03n16>>. Acesso em 15 de agosto de 2015.

SZMRECSÁNYI, T.; RAMOS, P. **O papel das políticas governamentais na modernização da agricultura brasileira**. In: SZMRECSÁNYI, T.; SUZIGAN, W. (Orgs.) História Econômica do Brasil Contemporâneo. 2ª Ed. São Paulo: Hucitec, 2002, p. 227-250

BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR:

BRASIL. Decreto nº 1.946, de 28 de junho de 1996. Cria o Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar - PRONAF, e dá outras providências. Disponível em <<http://www.planalto.gov.br/ccivil/decreto/D1946.htm>>. Acesso em 18 jun. 2011.

BRASIL. Ministério do Desenvolvimento Agrário. Secretaria de Desenvolvimento Territorial. Marco referencial de apoio ao desenvolvimento de territórios rurais. Brasília: SDT/MDA, 2005. Disponível em: <http://sge.mda.gov.br/bibli/documentos/tree/doc_214-28-11-2012-11-32-675117.pdf>. Acesso em 21 jan. 2016.

FREY, Klaus. Políticas Públicas: um debate conceitual e reflexões referentes à prática da análise de políticas públicas no Brasil. Planejamento e políticas públicas (PPP), Brasília, Nº 21, p. 211-259), 2000. ISSN: 01034138. Disponível em: <<http://www.ipea.gov.br/ppp/index.php/PPP/article/view/89/158>>. Acesso em 13 fev 2016.

LEITE, Sérgio (Org.). Políticas Públicas e Agricultura no Brasil. 1º Ed. Porto Alegre: Ed. Da Universidade/UFRGS, 2001. 250 p.

MARTINS, José de S. O cativo da terra. 8ª Ed. São Paulo: Ed. HUCITEC, 2004 [1978]. 157 p.

OLIVEIRA, Ariovaldo U. Modo de produção capitalista, agricultura e reforma agrária. São Paulo: Labor Edições, 2007. 184 p.

PAULINO, Eliane. T. Por uma geografia dos camponeses. 1ª Ed. São Paulo: Editora UNESP, 2006. Introdução e Cap 1.



IX. TRABALHO DE CONCLUSÃO DE CURSO

De acordo com as Diretrizes Curriculares Nacionais o Trabalho de Conclusão de Curso (TCC) é uma atividade integrante da formação acadêmica. Portanto, o TCC pode ter caráter de pesquisa de campo, experimental, laboratorial ou de revisão bibliográfica. O tema, dentro do campo específico curricular, é de livre escolha para o discente. No entanto há uma preferência sobre as temáticas relacionadas ao ensino, em virtude do caráter do curso, sendo a escola um espaço importante para o desenvolvimento da pesquisa.

O aluno deverá desenvolver sua proposta prévia de Trabalho Acadêmico no **Sétimo Semestre** na disciplina Trabalho de Conclusão de Curso I (TCC-I) e produzir o TCC no **Oitavo Semestre** na disciplina Trabalho de Conclusão de Curso II (TCC-II).

Ao professor orientador será contabilizado 2h/aula semanais, materializado na disciplina Trabalho de Conclusão de Curso II (TCC-II) com carga horária de 50h/a, em acordo com o Art. 28 da Resolução nº199/2015-CONSUP.

Sendo o TCC-II uma disciplina a ser realizada no **Oitavo Semestre**, cabe a cada orientador controlar freqüência, assim como definir as notas bimestrais levando em conta a defesa do TCC a ser realizada pelos alunos e avaliada por uma banca composta pelo orientador e mais dois avaliadores a serem definidos pelo orientador. As bancas examinadoras do TCC deverão necessariamente ser compostas por dois professores do IFPA (incluindo o orientador), podendo o terceiro membro ser do IFPA ou de outra instituição. As propostas e os trabalhos de TCC poderão ser elaborados individualmente ou em dupla. A normatização do TCC deverá obedecer ao Manual de Normatização dos Trabalhos Acadêmicos do IFPA que estiver em vigor. Durante a realização do trabalho, o aluno receberá do professor – orientador subsídios e apoio, e sessões próprias programadas, no interesse do desenvolvimento com qualidade do trabalho em elaboração. É vedada a orientação externa de TCC.



X. ESTÁGIO CURRICULAR SUPERVISIONADO

De acordo com as Diretrizes Curriculares Nacionais para Educação Básica, a Lei nº 11.788/2008 (*Lei do Estágio*), bem como às normas definidas pelo Parecer CNE/CEB nº 35/2003 e Resolução CNE/CEB nº 1/2004 (*referentes à organização e realização de estágio de alunos do Ensino Médio e da Educação Profissional, bem como Educação Especial e de Jovens e Adultos*), e o parecer CNE/CEB nº 28/2001 e Resolução CNE/CEB nº 2/2015 (*referentes a duração e a carga horária dos cursos de Formação de Professores da Educação Básica, em nível superior, curso de licenciatura, de graduação plena e define as Diretrizes Curriculares Nacionais para a formação inicial e continuada em nível superior*) o estágio aos estudantes, enquanto “ato educativo escolar, supervisionado e desenvolvido no ambiente de trabalho”, obrigatório ou não, “faz parte do projeto pedagógico do curso, além de integrar o itinerário formativo do educando”.

Os referidos dispositivos legais apontam para a necessidade de contextualização curricular e para desenvolvimento de saberes próprios da atividade profissional e para a vida cidadã, através de articulação que congregue as instituições de ensino, instituições públicas, as empresas e organizações sociais ambientalmente responsáveis.

A Diretoria de Extensão (DEX) atua no setor de Estágio através da Divisão de Integração Campus Empresa legislando internamente acerca da captação e validação no IFPA campus Belém no âmbito das Licenciaturas, Cursos de Engenharias e Tecnologias e Cursos Técnicos e Subsequentes.

O estágio deve ser realizado ao longo do curso, permeando o desenvolvimento dos diversos componentes curriculares e não deve ser etapa desvinculada do currículo (§ 3º, Art.nº2, Resolução 01/2004)

O estágio profissional supervisionado, pode ser, realizado em empresas e outras organizações públicas e privadas, à luz da Lei nº 11.788/2008 e conforme Diretrizes específicas editadas pelo Conselho Nacional de Educação. Descritas na Resolução CNE/CEB Nº01/2004, com as seguintes modalidades a saber:



Art. 5º São modalidades de estágio curricular supervisionado, a serem incluídas no projeto pedagógico da Instituição de Ensino e no planejamento curricular do curso, como ato educativo: **I - Estágio profissional obrigatório**, em função das exigências decorrentes da própria natureza da habilitação ou qualificação profissional, planejado, executado e avaliado à luz do perfil profissional de conclusão do curso; **II - Estágio profissional não obrigatório**, mas incluído no respectivo plano de curso, o que o torna obrigatório para os seus alunos, mantendo coerência com o perfil profissional de conclusão do curso; **III - Estágio sócio-cultural** ou de iniciação científica, previsto na proposta pedagógica da escola como forma de contextualização do currículo, em termos de educação para o trabalho e a cidadania, o que o torna obrigatório para os seus alunos, assumindo a forma de atividade de extensão; **IV - Estágio profissional, sócio-cultural** ou de iniciação científica, não incluído no planejamento da Instituição de Ensino, não obrigatório, mas assumido intencionalmente pela mesma, a partir de demanda de seus alunos ou de organizações de sua comunidade, objetivando o desenvolvimento de competências para a vida cidadã e para o trabalho produtivo; **V - Estágio civil**, caracterizado pela participação do aluno, em decorrência de ato educativo assumido intencionalmente pela Instituição de Ensino, em empreendimentos ou projetos de interesse social ou cultural da comunidade; ou em projetos de prestação de serviço civil, em sistemas estaduais ou municipais de defesa civil; ou prestação de serviços voluntários de relevante caráter social, desenvolvido pelas equipes escolares, nos termos do respectivo projeto pedagógico.

§ 1º Mesmo quando a atividade de estágio, assumido intencionalmente pela escola como ato educativo, for de livre escolha do aluno, deve ser devidamente registrada no seu prontuário. § 2º A modalidade de estágio civil somente poderá ser exercida junto a atividades ou programas de natureza pública ou sem fins lucrativos. § 3º As modalidades específicas de estágio profissional supervisionado somente serão admitidas quando vinculadas a um curso específico de educação profissional, nos níveis básico, técnico e tecnológico, ou de ensino médio, com orientação e ênfase profissionalizantes

Compreende-se como **estágio obrigatório** aquele definido como tal no projeto do curso, cuja carga horária é requisito para aprovação e obtenção de diploma e como **estágio não-obrigatório** é aquele desenvolvido como atividade opcional, acrescida à carga horária regular e obrigatória.

Nos casos de estágio obrigatório, é possibilitado ao aluno trabalhador que comprovar exercer funções correspondentes às competências profissionais a serem desenvolvidas, à luz do perfil profissional de conclusão do curso, possa ser dispensado, em parte, das atividades de estágio, mediante avaliação da escola. (Art.nº11, Resolução 01/2004)



A Divisão de Integração Campus Empresa (DICAIE) deverá registrar, nos prontuários escolares do aluno, o cômputo do tempo de trabalho aceito parcial ou totalmente como atividade de estágio.

Para realização do estágio supervisionado, obrigatório ou não obrigatório, o estudante deverá estar regularmente matriculado, haverá necessidade de celebração de termo de compromisso de estágio e ter aprovado, pelo Coordenador do Curso, a compatibilidade entre as atividades desenvolvidas no estágio e aquelas previstas no termo de compromisso (art. 3º, da Lei nº 11.788/08).

Também, haverá necessidade de contratação de seguro contra acidentes pessoais ao estagiário, a indicação de supervisor de estágio pela concedente (art. 9º, IV, parágrafo único, da Lei nº 11.788/08) e de professor orientador de estagiário pelo IFPA, (art. 3º, §1º, da Lei nº 11.788/08), entre outras obrigações previstas na Lei nº 11.788/08.

A prática profissional supervisionada, caracterizada como prática profissional em situação real de trabalho, configura-se como atividade de estágio profissional supervisionado, assumido como ato educativo da instituição educacional.

Assim o estágio curricular supervisionado é um componente obrigatório da organização curricular das licenciaturas, sendo uma atividade intrinsecamente articulada com a prática e com as atividades de trabalho acadêmico.

Dessa maneira, o IFPA deve garantir um teor de excelência inclusive como referência para a avaliação institucional exigida por Lei. Sendo uma atividade obrigatória, por sua característica já explicitada, ela deve ocorrer dentro de um tempo mais concentrado, mas não necessariamente em dias subseqüentes, não podendo ter uma duração inferior a 400 horas (BRASIL, 2001).

A carga horária do estágio supervisionado será de 466,64 (quatrocentas e sessenta e seis horas e sessenta e quatro minutos, divididas entre as fases de observação (100 horas), observação/participação (100 horas), regência (200



horas) e orientação (66,64 horas); o estágio supervisionado terá início a partir do 3º semestre do curso, preferencialmente, em escolas da rede pública de ensino com as quais o IFPA campus Belém tenha parceria em projetos de extensão e/ou pesquisa.

As atividades programadas para o estágio devem manter uma correspondência com os conhecimentos teórico-práticos adquiridos pelo aluno no decorrer do curso.

O estágio supervisionado será dividido em quatro disciplinas norteadoras, na qual a cada uma apresenta carga horária de 116,66 horas, das quais 100 horas refere-se à carga horária prática desenvolvida pelo discente e 16,66 horas de carga horária teórica.

A atividade de monitoria no curso de licenciatura em geografia, quando desenvolvida no ensino técnico integrado equipara-se as atividades de estágio supervisionado, de acordo com a etapa do estágio a ser desenvolvido (§3º do art. 2º da Lei 11.788/2008).

O estágio é acompanhado por um professor orientador para cada 10 alunos, em função da área de atuação no estágio e das condições de disponibilidade de carga-horária dos professores. São mecanismos de acompanhamento e avaliação de estágio:

- a) plano de atividades;
- b) reuniões do aluno com o professor orientador;
- c) visitas à escola por parte do professor orientador, sempre que necessário;
- d) relatório do estágio supervisionado.

As atividades desenvolvidas por discentes no Programa Institucional de Bolsa de Iniciação a Docência - PIBID, devidamente acompanhado por professores da área, poderão reduzir sua carga horária em até 50% das horas de estágio supervisionado, desde que as atividades sejam desenvolvidas de



acordo com a etapa do estágio e devidamente comprovadas com: frequências, descrição de atividades, e declaração do professor supervisor do programa.

Todas as atividades de Estágio devem ser comprovadas por meio do relatório de Estágio, que será avaliado pelo professor Orientador de estágio e posteriormente arquivado na pasta do discente na Coordenação de Curso.

XI. ATIVIDADES PRÁTICAS DE ENSINO OU PEDAGÓGICAS

Considerando a Resolução CNE/CP nº 2, de 01 de julho de 2015 que Define as Diretrizes Curriculares Nacionais para a formação inicial em nível superior (cursos de licenciatura, cursos de formação pedagógica para graduados e cursos de segunda licenciatura) e para a formação continuada, assegura que:

Art. 13. Os cursos de formação inicial de professores para a educação básica em nível superior, em cursos de licenciatura, organizados em áreas especializadas, por componente curricular ou por campo de conhecimento e/ou interdisciplinar, considerando-se a complexidade e multirreferencialidade dos estudos que os englobam, bem como a formação para o exercício integrado e indissociável da docência na educação básica, incluindo o ensino e a gestão educacional, e dos processos educativos escolares e não escolares, da produção e difusão do conhecimento científico, tecnológico e educacional, estruturam-se por meio da garantia de base comum nacional das orientações curriculares.

§ 1º Os cursos de que trata o *caput* terão, no mínimo, 3.200 (três mil e duzentas) horas de efetivo trabalho acadêmico, em cursos com duração de, no mínimo, 8 (oito) semestres ou 4 (quatro) anos, compreendendo:

I - 400 (quatrocentas) horas de prática como componente curricular, distribuídas ao longo do processo formativo;

II - 400 (quatrocentas) horas dedicadas ao estágio supervisionado, na área de formação e atuação na educação básica, contemplando também outras áreas específicas, se for o caso, conforme o projeto de curso da instituição;

III - pelo menos 2.200 (duas mil e duzentas) horas dedicadas às atividades formativas estruturadas pelos núcleos definidos nos incisos I e II do artigo 12 desta Resolução, conforme o projeto de curso da instituição;



IV - 200 (duzentas) horas de atividades teórico-práticas de aprofundamento em áreas específicas de interesse dos estudantes

A prática profissional rege-se pelos princípios da equidade (oportunidade igual a todos), flexibilidade (mais de uma modalidade de prática profissional), simetria invertida (conciliar a teoria com a prática profissional) e acompanhamento ao estudante (professor orientador em todo o período de sua realização).

A prática profissional tem carga horária de 1.149 horas, dividida em três momentos: a prática como componente curricular: Projeto “Prática Educativa” (333,3h), os Trabalhos de Campo Integrados (150h), o estágio curricular supervisionado (466h) e atividades acadêmico-científico-culturais (200h).

A Prática como componente curricular é realizada através da disciplina Prática Educativa ofertada desde o primeiro semestre. As disciplinas são desenvolvidas nos níveis e modalidades de ensino da Educação Básica, onde o futuro professor tem oportunidade de experienciar através dos eixos: Política Educacional; Educação no Ensino Fundamental; Educação no Ensino Médio; Educação de Jovens e Adultos; Educação na Modalidade À Distância; Gestão Escolar e Diversidade na Educação, possibilitando as bases para o enfrentamento das diversidades no cotidiano escolar através de um acompanhamento teórico-prático, tecendo sua urdidura de professor. Será vivenciada no decorrer do curso num total de 333,30 (trezentas e oitenta e três) horas, permeando todo o processo de formação do educador numa perspectiva trans e interdisciplinar, contemplando dimensões teórico-práticas.

Os Trabalhos de Campo Integrados, organizados em três momentos de culminância (II, IV e VI semestres) no qual o discente realizará atividades de pesquisa, colocando em prática as teorias vistas em sala de aula. Nesta atividade percebe-se a interação entre pesquisa-ensino e extensão.

XII. ATIVIDADES COMPLEMENTARES

As Atividades Complementares são regidas pela Resolução CNE/CP nº 02/2015, na qual às 200 horas serão desenvolvidas ao longo do curso. São



atividades de capacitação do acadêmico e constitui-se de: participação em seminários, palestras, congressos, conferências, mesa-redonda, oficinas e minicursos oferecidos pela Instituição e por outras Instituições com ênfase no ensino da área de conhecimento do curso e áreas afins, por exercício de monitoria no próprio curso, participação em Projetos de Pesquisa e Extensão. Caberá ao discente ao longo do curso entregar cópias das comprovações de atividades à Coordenação de Curso, para que ao final do curso possa ser expedida declaração de atividades complementares, tornando-o apto no componente.

A carga horária das atividades complementares deve constar na Matriz curricular do curso no ultimo semestre letivo

XIII. POLÍTICA DE EDUCAÇÃO PARA OS DIREITOS HUMANOS

A Resolução CNE/CP 01/2012 e o Parecer CNE/CP 08/2012 estabelecem as Diretrizes Nacionais para a Educação em Direitos Humanos. Subsidiarão o Documento o disposto na Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (Lei nº 9.394/1996) e no Plano Nacional de Educação em Direitos Humanos (PNEDH/2006).

A Educação em Direitos Humanos, que permeia o IFPA campus Belém está fundamentada nos seguintes princípios: "I - dignidade humana; II - igualdade de direitos; III - reconhecimento e valorização das diferenças e das diversidades; IV - laicidade do Estado; V - democracia na educação; VI - transversalidade, vivência e globalidade; e VII - sustentabilidade socioambiental." (BRASIL, 2012, Art. 3º)

O NEAB - Núcleo de Estudos Afrobrasileiros e Diversidades do IFPA *campus* Belém, a partir da Portaria 461/2015 GAB, com vistas ao disposto Resolução CNE/CP 01/2012 e o Parecer CNE/CP 08/2012, passa a atuar com a temática da Educação em Direitos Humanos, que abrange as seguintes dimensões:

- I - apreensão de conhecimentos historicamente construídos sobre direitos humanos e a sua relação com os contextos internacional, nacional e local;



II - afirmação de valores, atitudes e práticas sociais que expressem a cultura dos direitos humanos em todos os espaços da sociedade;

III - formação de uma consciência cidadã capaz de se fazer presente em níveis cognitivo, social, cultural e político;

IV - desenvolvimento de processos metodológicos participativos e de construção coletiva, utilizando linguagens e materiais didáticos contextualizados; e

V - fortalecimento de práticas individuais e sociais que gerem ações e instrumentos em favor da promoção, da proteção e da defesa dos direitos humanos, bem como da reparação das diferentes formas de violação de direitos.

Dentre suas atribuições está:

- a) Fornecer subsídios na transversalidade da Educação em Direitos Humanos para a construção do Plano de Desenvolvimento Institucional (PDI); do Projeto Político-Pedagógico (PPP); do Regimento Escolar; dos Projetos Pedagógicos de Cursos (PPC);
- b) Incrementar ações para a construção de materiais didáticos e pedagógicos para intervenção nas práticas docentes na Formação Inicial e Continuada de Professores para a Educação Básica; (BRASIL, 2012, Art. 11).
- c) Disseminar a Educação em Direitos Humanos no ensino, pesquisa e extensão; (BRASIL, 2012, Art. 12).
- d) Inserir e acompanhar a Educação em Direitos Humanos na organização dos currículos dos Cursos Técnicos e Subsequentes e dos cursos de Engenharia e Tecnologia, como um conteúdo específico de uma das disciplinas já existentes no currículo escolar, primando pela transversalidade e interdisciplinaridade.
- e) Inserir e acompanhar a Educação em Direitos Humanos na organização dos currículos da Formação Inicial e Continuada de Professores, como um componente curricular obrigatório; (BRASIL, 2012, Art. 9º).

O trato com a Educação em Direitos Humanos terá o cotidiano como referência para analisá-lo, compreendê-lo e modificá-lo, através da prática sistemática dos direitos conquistados, bem como a ampliação de novos direitos.



É competência do NEAB IFPA **campus** Belém, acompanhar sua promoção em três dimensões: **a) conhecimentos e habilidades:** compreender os direitos humanos e os mecanismos existentes para a sua proteção, assim como incentivar o exercício de habilidades na vida cotidiana; **b) valores, atitudes e comportamentos:** desenvolver valores e fortalecer atitudes e comportamentos que respeitem os direitos humanos; **c) ações:** desencadear atividades para a promoção, defesa e reparação das violações aos direitos humanos.

Referendada pelo Plano Nacional de Educação em Direitos Humanos (PNDEH), as práticas profissionais e de gestão no IFPA *campus* Belém estão estruturadas na tríade acesso, permanência e sucesso, primando pela diversidade cultural e ambiental, garantindo a cidadania, a equidade (etnicorracial, religiosa, cultural, territorial, físico-individual, geracional, de gênero, de orientação sexual, de opção política, de nacionalidade, dentre outras) e a qualidade da educação. (BRASIL, 2008, pp. 31-32)

No âmbito do **ensino** no IFPA *campus* Belém, a Educação em Direitos Humanos será incluída de duas formas: a) nos Cursos de Educação Profissional (Técnico e Subsequente), de Tecnologias e Engenharias, como um conteúdo específico de uma das disciplinas já existentes no currículo escolar, primando pela transversalidade e interdisciplinaridade; b) No caso da Formação Inicial e Continuada de Professores, a Educação em Direitos Humanos será um componente curricular obrigatório. Além da produção de material didático para atuação com a temática na Educação Básica através de construção de protótipos de Tecnologias Educacionais.

As ações no ensino estarão permeadas pelas noções de Interdisciplinaridade e de Transversalidade, uma vez que tais dimensões pedagógicas da ação docente são formas de trabalhar o conhecimento com vistas à reintegração de dimensões isoladas umas das outras pelo tratamento disciplinar. Além disto, designam um arcabouço teóricoconceitual capaz de fundamentar questões que exigem uma abordagem ampla e plural como necessariamente o são as que envolvem a Educação em Direitos Humanos.



A **transversalidade** se refere à dimensão didática e diz respeito à compreensão dos diferentes objetos de conhecimento, possibilitando a referência a sistemas construídos na realidade dos alunos. A interdisciplinaridade refere-se à abordagem epistemológica dos objetos de conhecimento, questionando a visão compartimentada da realidade sobre a qual a escola se constituiu, mas trabalha ainda, considerando a disciplinarização do currículo.

Na **pesquisa**, se dará através de fomento e de uma política de incentivo que institua esse tema como área de conhecimento de caráter interdisciplinar e transdisciplinar no âmbito da iniciação científica através de bolsas de pesquisa, bem como, através de registros de patentes e propriedade intelectual dos materiais didáticos e protótipos construídos para esse fim, junto ao Núcleo de Inovação Tecnológica do IFPA (NIT).

Na **extensão**, a inserção desse tema em programas e projetos de extensão envolve atividades de capacitação, assessoria e realização de eventos, articuladas com as áreas de ensino e pesquisa, contemplando temas diversos. Além da socialização do material didático para atuação com a temática na Educação Básica através transferência tecnológica de protótipos de Tecnologias Educacionais e na oferta de cursos de Aperfeiçoamento.

O IFPA *campus* Belém já vem atuando com a temática desde 2009 aos dias atuais com a oferta dos seguintes Cursos de Aperfeiçoamento na temática de Educação em Direitos Humanos:

- Curso de Aperfeiçoamento em Educação na Diversidade e Cidadania;
- Curso de Aperfeiçoamento em Educação Integral e Integrada;
- Curso de Aperfeiçoamento Gênero e Diversidade na Escola;
- Curso de Aperfeiçoamento em Educação em Direitos Humanos;
- Curso de Aperfeiçoamento em Educação de Jovens e Adultos na Diversidade;

Está em curso no ano de 2016, uma pesquisa sendo realizada no âmbito do *campus* Belém envolvendo alunos, e profissionais da Educação (docentes e técnico-administrativos) trabalhados em uma amostra de 30%,



para detectar a visão dos sujeitos em relação à Educação em Direitos Humanos e às Diversidades presentes no âmbito institucional, utilizando como instrumento um questionário e análise documental (PDI, PPP, Organização Didática).

O resultado será divulgado no *site* institucional e a socialização será realizada no Seminário Integrador das Licenciaturas do semestre 2015-2. Será encaminhado formalmente para a Comissão de Construção do Projeto Político Pedagógico do *campus* Belém com vistas a subsidiar a construção do Documento.

O Núcleo mantém publicações próprias visando divulgar as ações desenvolvidas na Educação Básica, na Formação Inicial e Continuada de Professores, incluindo livros e fascículos, tais quais:

- CAVALCANTI, Francisco de Assis Ribeiro (org.). **Curso de aperfeiçoamento em educação em direitos humanos**. Belém: IFPA, 2015. ISBN: 978-85-62855-38-2
- RAMOS, Elizabete Batista; SILVA, Laura Helena Barros da (orgs.). **Curso de aperfeiçoamento em educação de jovens e adultos na diversidade**. Belém: IFPA, 2015. ISBN: 978-85-62855-33-7
- ROCHA, Helena do S. C. da. **Educação Integral e Integrada**. Belém: IFPA, 2010. v1. ISBN: 978856285514 6
- ROCHA, Helena do S. C. da. **Educação Integral e Integrada**. Belém: IFPA, 2010. v2. ISBN: 978856285513 9
- ROCHA, Helena do S. C. da. **Educação Integral e Integrada**. Belém: IFPA, 2010. v3. ISBN: 978856285512 2
- ROCHA, Helena do S. C. da. **Educação na Diversidade e Cidadania**. Belém: IFPA, 2010. v1. ISBN: 978856285511 5
- ROCHA, Helena do S. C. da. **Educação na Diversidade e Cidadania**. Belém: IFPA, 2010. v2. ISBN: 978856285510 8
- ROCHA, Helena do S. C. da. **Educação na Diversidade e Cidadania**. Belém: IFPA, 2010. v3. ISBN: 978856285509 2

E em parceria com a Coordenação de Ciências Humanas e suas Tecnologias do IFPA *campus* Belém:

- SANTANA, Ana Paula Palheta; CAVALCANTI, Francisco de Assis Ribeiro; MIRANDA, Heraldo de Cristo (orgs.). Apontamentos acerca de cultura, educação, política e direitos humanos. Belém: IFPA, 2015. ISBN: 978-85-62855-44-3



XIV. POLÍTICA DE EDUCAÇÃO para as RELAÇÕES ETNICORRACIAIS

O Núcleo de Estudos Afro-Brasileiros - NEAB do IFPA *Campus* Belém tem ações que vem sendo desenvolvidas desde 2005, no então CEFET-PA, hoje Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Pará, *Campus* Belém, objetivando contribuir para a implementação da Lei nº 10.639/2003 a partir das Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação das Relações Étnico-Raciais e para o ensino da História e Cultura Afro-brasileira e Africana e de seus aportes legais.

O NEAB do *campus* Belém tem a especificidade de ser o primeiro da Rede Federal de Educação Profissional e Tecnológica e o primeiro no âmbito do IFPA.

A existência do NEAB no combate às desigualdades etnicorraciais na educação, referenda uma especificidade do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Pará, como instituição centenária de ampliar seu leque para a oferta de cursos de graduação e pós-graduação, tornando-se um eficaz instrumento em relação ao campo de atuação do Núcleo na implementação da legislação com o trato das questões etnicorraciais (ROCHA, 2010).

A atuação do Núcleo faz-se necessária na perspectiva da visualização inclusiva para a qual a instituição foi criada através do Decreto nº 7.566 de 23 de setembro de 1909, na gestão do então presidente Nilo Peçanha, haja vista, o entendimento no qual “leva-se em conta os dispositivos da exclusão aos quais os afrodescendentes foram submetidos por ocasião de toda uma conjuntura social e histórica ocorrida em nosso país” (ROCHA, 2010, p. 18)

Para viabilizar o acesso de afrodescendentes nos cursos do IFPA *Campus* Belém, o Instituto conta com o NEAB, cujo papel é definido em legislação própria, a partir do Plano Nacional de Implementação das Diretrizes Curriculares para a Educação das Relações Etnicorraciais e para o Ensino em História e Cultura Afrobrasileira e Africana, obedecendo dessa forma à implementação do Artigo 26 A da LDB 9394/1996 suscitada pela Lei nº 10.639/2003 e 11.645/2008.



Diante do quadro de ações implementadas no IFPA campus Belém, é pertinente um olhar para a questão legal no que tange ao Plano Nacional de Implementação das Diretrizes Curriculares Nacionais para Educação das Relações Etnicorraciais e para o Ensino de História e Cultura Afrobrasileira e Africana, destacando-se:

Principais Ações das Instituições de Ensino Superior

- a) Incluir conteúdos e disciplinas curriculares relacionados à Educação para as Relações Etnicorraciais nos cursos de graduação do Ensino Superior, conforme expresso no §1º do art. 1º, da Resolução CNE /CP n. 01/2004;
 - b) Desenvolver atividades acadêmicas, encontros, jornadas e seminários de promoção das relações etnicorraciais positivas para seus estudantes;
 - c) Dedicar especial atenção aos cursos de licenciatura e formação de professores, garantindo formação adequada aos professores sobre História e Cultura Afro-Brasileira e Africana e os conteúdos propostos na Lei 11645/2008;
 - d) Desenvolver nos estudantes de seus cursos de licenciatura e formação de professores as habilidades e atitudes que os permitam contribuir para a educação das relações etnicorraciais com destaque para a capacitação dos mesmos na produção e análise crítica do livro, materiais didáticos e paradidáticos que estejam em consonância com as Diretrizes Curriculares para Educação das Relações Etnicorraciais e para o Ensino de História e Cultura Afro-brasileira e Africana e com a temática da Lei 11645/08;
 - e) Fomentar pesquisas, desenvolvimento e inovações tecnológicas na temática das relações etnicorraciais, contribuindo com a construção de uma escola plural e republicana;
 - f) Estimular e contribuir para a criação e a divulgação de bolsas de iniciação científica na temática da Educação para as Relações Etnicorraciais;
 - g) Divulgar junto às secretarias estaduais e municipais de educação a existência de programas institucionais que possam contribuir com a disseminação e pesquisa da temática em associação com a educação básica.
- (BRASIL, 2009, p. 38-39)

No que tange ao NEAB o Plano prevê:



Principais Ações Para os Núcleos de Estudos e Grupos correlatos

- a) Colaborar com a Formação Inicial e Continuada de Professores e graduandos em educação das relações Etnicorraciais e ensino de História e cultura afro-brasileira e africana, de acordo com o disposto na Resolução CNE/CP 01/2004 e no Parecer CNE/CP nº 03/2004, e da Lei 11645/08, quando couber;
- b) Elaborar Material Didático específico para uso em sala de aula, sobre Educação das relações Etnicorraciais e História e cultura afro-brasileira e africana que atenda ao disposto na Resolução CNE/CP 01/2004 e no Parecer CNE/CP nº 03/2004;
- c) Mobilizar recursos para a implementação da temática de modo a atender às necessidades de formação continuada de professores e produção de material didático das Secretarias municipais e estaduais de educação ou/e pesquisas relacionadas ao desenvolvimento de tecnologias de educação que atendam à temática;
- d) Divulgar e disponibilizar estudos, pesquisas, materiais didáticos e atividades de formação continuada aos órgãos de comunicação dos Sistemas de Educação;
- e) Manter permanente diálogo com os Fóruns de Educação e Diversidade Etnicorracial, os Sistemas de Educação, Conselhos de Educação, sociedade civil e todas as instâncias e entidades que necessitem de ajuda especializada na temática;
- f) Atender e orientar as Secretarias de Educação quanto às abordagens na temática das relações etnicorraciais, auxiliando na construção de metodologias de pesquisa que contribuam para a implementação e monitoramento das Leis 10639/2003 e 11645/08, quando couber; (BRASIL, 2009, p. 42)

E, enquanto participante da Rede de Educação Profissional de Educação, Ciência e Tecnologia, cabe à Instituição, no que tange aos Cursos ofertados:

Principais ações para Educação Tecnológica e Formação Profissional

- a) Incrementar os mecanismos de financiamento de forma a possibilitar a expansão do atendimento, possibilitando



- maior acesso dos jovens, em especial dos afrodescendentes, a esta modalidade de ensino;
- b) Garantir que nas Escolas Federais, agrícolas, centros, institutos e Instituições Estaduais de Educação Profissional, existam Núcleos destinados ao acompanhamento, estudo e desenvolvimento da Educação das Relações Etnicorraciais e Políticas de Ação Afirmativa;
 - c) Manter diálogo permanente entre os Fóruns de Educação e Diversidade e as instituições das Redes de Educação Profissional e Tecnológica;
 - d) Inserir nos manuais editados pela Secretaria de Educação Profissional e Tecnológica as diretrizes e demais documentos norteadores de currículos e posturas, os conceitos, abordagens e metas descritos nos documentos deste Plano, no que se refere as ações para Ensino Médio e Ensino Superior;
 - e) Os Institutos Federais, Fundações Estaduais de Educação Profissional e instituições afins, deverão incentivar o estabelecimento de programas de pós-graduação e de formação continuada em Educação das Relações Etnicorraciais para seus servidores e educadores da região de sua abrangência;
 - f) A SETEC, em parceria com a SECAD e os Institutos Federais, contribuirá com a sua rede e os demais sistemas de ensino pesquisando e publicando materiais de referência para professores e materiais didáticos para seus alunos na temática da educação das relações etnicorraciais. (p. 52-53)

A **criação do NEAB** na estrutura organizacional da instituição, através da Portaria nº 26-GAB de 07/06/2006, possibilitou o início de ações no sentido de implementar a Lei nº 10.639/2003 no âmbito do ensino, pesquisa e extensão.

Em 26 de novembro de 2010, já Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Pará, o CONSUR através da Resolução 053/2010 aprova a alocação de NEAB's em todos os campi do IFPA. Dessa forma, o NEAB criado em 2006 passa responder pelo Campus Belém através da Portaria 276/2010.

O Núcleo trabalha com dois focos ou duas lentes: a **formação inicial e continuada de professores** e a **produção de materiais didáticos**, aqui entendidos como Tecnologias Educacionais, conforme a concepção de Pinto



(2005) que trata do conceito como prática concreta de uma concepção ideológica, ou seja, a partir de um arcabouço teórico sólido propõe-se a construção de **instrumentos pedagógicos de intervenção** com vistas à democratização da instrumentalização técnica da tecnologia.

Nos Cursos de Formação de Professores foi implantada desde 2007 a **disciplina Educação para Relações Etnicorraciais, com carga horária de 40h, obrigatória** para as Licenciaturas presenciais, na modalidade a distancia, PARFOR e em regime de alternância ofertadas pelo IFPA.

Na Formação Continuada, o NEAB atua na oferta anual do Curso de Especialização em Educação para Relações Etnicorraciais, desde 2007 aos dias atuais. Oferta ainda, o Curso de Especialização em Educação para Relações Etnicorraciais - História e Cultura Afrobrasileira e Africana na modalidade semipresencial aos professores da Rede Estadual por meio da Rede Nacional de Formação Continuada dos Profissionais do Magistério da Educação Básica Pública (RENAFORM) – em parceria com a Secretaria de Educação Continuada, Alfabetização, Diversidade e Inclusão (SECADI) e execução pelo Comitê Gestor Institucional de Formação Inicial e Continuada dos Profissionais da Educação Básica (COMFOR), em conjunto com a Coordenação do Centro de Formação dos Profissionais da Educação Básica do Estado do Pará (CEFOP) e da Secretaria Executiva do FORPROF/PA.

Ofertou ainda os seguintes Cursos de Aperfeiçoamento: **Curso de Aperfeiçoamento de Políticas Públicas de Relações Etnicorraciais**, patrocinado pelo MEC/SESU através do Projeto UNIAFRO sendo realizado no período de dezembro de 2006 a fevereiro de 2007 com carga horária de 180h; **Curso de Aperfeiçoamento de Aplicação da Lei nº 10.639/2003** patrocinado pelo MEC/SESU/PROEXT com carga horária de 180h no período de abril a junho de 2007; **Curso de Aperfeiçoamento em Educação para Relações Etnicorraciais** com carga horária de 180h, na **modalidade a distancia**, através do Sistema Universidade Aberta do Brasil em convênio com a SECAD/MEC, o IFPA ofertou de agosto de 2009 a março de 2010 em dez pólos do Sistema UAB (Juruti, Conceição do Araguaia, Salinópolis, Moju,



Tucumã, Canaã dos Carajás, Muaná, Tailândia, Redenção, Santana do Araguaia).

Ao todo, fazem parte do Catálogo de Tecnologias Educacionais do NEAB, 75 (setenta e cinco) Tecnologias Educacionais e está em andamento no ano de 2016 a construção de mais 16 (dezesesseis) Tecnologias Educacionais nas Turmas de Licenciaturas, Curso de Especialização em Educação para Relações Etnorraciais e nos Projetos de Extensão do NEAB com alunos dos Cursos de Formação de Professores. Além disso, o NEAB tem no seu quadro de Bolsistas alunos dos cursos de Educação Básica, Engenharias e Tecnologias, com o patrocínio do PIBEX.

Desde 2008 é promovido anualmente um evento que denominou-se Seminário de Diversidade e Questões Etnorraciais do IFPA que chegou a sua quinta versão, e transformou-se no Congresso Nacional de Diversidades e Questões Etnorraciais, que encontra-se em 2016 em sua quarta versão. Objetiva oportunizar um espaço amplo de discussão, debate e divulgação de pesquisas sobre a diversidade etnicocultural e temáticas afins no contexto educacional da Rede de Educação Profissional e Tecnológica e do IFPA, bem como reunir professores, pesquisadores, alunos de graduação e pós-graduação e demais profissionais das diversas áreas do conhecimento interessados na discussão da temática no tocante à implementação da Lei nº 10.639/2003 e divulgar as ações do NEAB-IFPA visibilizando os projetos implantados no âmbito institucional.

O NEAB-IFPA possui uma biblioteca setorial instalada na Sala da Coordenação do Núcleo, localizado no Bloco E, funcionando para consulta e empréstimo aos docentes e discentes da graduação e pós-graduação.

O Núcleo, mantém publicações próprias visando divulgar as ações desenvolvidas na Educação Básica, na Formação Inicial e Continuada de Professores, incluindo livros e fascículos, tais quais:

- ROCHA, Helena do S. C. da. (org.). **Questões étnico-raciais:** aplicabilidade da Lei nº 10.639/2003 na prática pedagógica. Belém, IFPA, 2009.



- ROCHA, Helena do S. C. da. (org.). Educação para relações étnico-raciais. Belém: IFPA, 2009.v. 1-3. Série Diversidade e Cidadania.
- ROCHA, Helena do S. C. da. (org.). **Questões Etnicorraciais**: estudo de caso no IFPA. (org.) Belém: IFPA, 2010.
- ROCHA, Helena do S. C. da. **Diversidades e Questões Etnicorraciais**. Belém: IFPA, 2011.
- ROCHA, Helena do S. C. da (org.). **Tecnologias educacionais para o trato com a África na educação básica**. Belém: IFPA, 2013.
- ROCHA, Helena do S. C. da (org.). **Visibilizando o invisível**. Belém: IFPA, 2013.
- ROCHA, Helena do S. C. da. (org.). **Tecnologia educacional: instrumentalização para o trato com a diversidade etnicorracial na educação básica**. Belém: IFPA, 2014.
- ROCHA, Helena do S. C. da. (org.). **Curso de especialização em educação para relações étnico-raciais história e cultura afrobrasileira e africana**. Belém: IFPA, 2015.v. 1-11.
- ROCHA, Helena do S. C. da. (org.). **Catálogo de Tecnologias Educacionais do NEAB**. 2016.

A partir da Portaria 461/2015 GAB, com vistas ao disposto Resolução CNE/CP 01/2012 e o Parecer CNE/CP 08/2012, o Núcleo passa a atuar com a temática da Educação em Direitos Humanos, trocando a nomenclatura para Núcleo de Estudos Afrobrasileiros e Diversidades do IFPA *campus* Belém, continuando a utilizar a sigla NEAB.

No curso de Licenciatura em geografia, a temática é trabalhada em disciplina específica e transversalmente nas disciplinas: Antropologia Educacional, Geografia da População, Geografia do Brasil, Geopolítica, e Geografia dos Municípios Paraenses.

Quanto a Lei 11.645/2008 que se refere a obrigatoriedade dos estudos das contribuições dos indígenas a história e cultura brasileira em geral, e amazônica em particular, é tratado de maneira transversal nas seguintes



disciplinas: Geografia da População, Geografia do Brasil, Espaço Amazônico I e II, Geografia Agrária e Geografia dos Municípios Paraenses.

XV. POLÍTICA DE EDUCAÇÃO AMBIENTAL

Atualmente vivemos em um mundo bastante conturbado em que o homem vem utilizando os recursos naturais de forma muitas vezes indiscriminada e inadequada, principalmente a partir do século passado. Alguns desses recursos naturais não são renováveis e uma vez extintos podem desaparecer para sempre. Em função disso, tornaram-se evidentes inúmeras contradições causadas pelo esgotamento sem precedentes dos recursos naturais por meio de atividades antropogênicas resultando em desequilíbrio ambiental ao longo dos anos.

Assim, torna-se urgente a necessidade de transformações que resgatem o respeito pela Vida, com justiça ambiental, equidade, diversidade, sustentabilidade (...), em que a Educação Ambiental (EA), para o Ministério da Educação, assume função impar “ao ressignificar o cuidado com a diversidade da vida como valor ético e político, fugindo da equação simplista ambiente = natureza” (MEC, 2007). Faz-se necessário uma sensibilização ambiental, sobretudo por parte dos educadores, já que eles têm grande responsabilidade na formação cidadã de seus educandos, sendo importante que estes possam tomar entendimento acerca do que acontece e o que podem fazer para preservar o meio ambiente, e disseminem tal conhecimento para sociedade.

A EA é fundamental para uma maior sensibilização das pessoas em relação ao mundo em que vivem para que possam ter cada vez mais qualidade de vida sem desprezar o meio ambiente. Somente com a educação ambiental, o ser humano será capaz de transformar valores e atitudes, construir novos conceitos de uma sociedade sustentável, promovendo valores importantes como cooperação, solidariedade, tolerância e respeito à diversidade.

O maior objetivo da EA é fomentar uma nova mentalidade de como usufruir dos recursos oferecidos pela natureza, criando assim um novo modelo



de comportamento, buscando um equilíbrio entre o homem e o ambiente.

Nesse contexto e com base no que preconiza a Lei Federal N° 9.795 de 27 de abril de 1.999 – Lei da Educação Ambiental, onde em seu Art. 2° afirma: "A educação ambiental é um componente essencial e permanente da educação nacional, devendo estar presente, de forma articulada, em todos os níveis e modalidades do processo educativo, em caráter formal e não-formal". A EA nesta perspectiva apresenta um caráter interdisciplinar, onde na educação básica sua abordagem deve ser integrada e contínua, sendo, portanto, de caráter transversal ao processo formativo do educando, e não uma oferta de nova disciplina isolada.

Em atendimento ao que estabelece o Decreto Federal nº 4.281 de 25 de junho de 2002, o Campus Belém criou, em 2015, o Núcleo de Educação Ambiental (NEAM) que por sua vez só foi efetivamente institucionalizado à estrutura organizacional do campus, em 2016, pela Portaria nº 1.530/2015-GAB/Campus Belém. Este Núcleo tem o papel de promover a discussão referentes às questões ambientais, auxiliando na formação cidadã dos discentes, articulando o ensino, a pesquisa e a extensão, instituir um conjunto de práticas que permitam estimular a sustentabilidade no IFPA. Dentre as ações do NEAM estão os eventos alusivos ao dia internacional da água, o uso de energia renováveis, encontros, seminários ou congressos onde a produção científica dos discentes do Campus Belém, referentes à temática ambiental, sejam socializadas com toda a comunidade interna e externa da instituição.

O NEAM também tem o papel de buscar fomento, apoiar o desenvolvimento e contribuir para a divulgação de projetos de cunho ambiental, tanto os que já estão em andamento, bem como outros que serão implantados. Também é atribuição do NEAM promover a discussão sobre o uso racional dos recursos naturais, como por exemplo:

- a) a água, atmosfera, combustíveis fósseis, recursos renováveis e não renováveis;
- b) uso racional da energia;
- c) métodos de reaproveitamento de resíduos;



d) políticas que busquem a redução do consumo de água e energia;

e) educação ambiental

f) discussão de política de coleta seletiva e o reaproveitamento dos resíduos recicláveis, dentre outras.

A política de Educação Ambiental é um conteúdo transversal e será desenvolvido com uma prática educativa integrada, contínua e permanente ao longo do curso.

XVI. POLÍTICA DE INCLUSÃO SOCIAL E ATENDIMENTO A PESSOAS COM DEFICIÊNCIA OU MOBILIDADE REDUZIDA

A educação inclusiva é um tema bastante atual e vem ganhando grande repercussão no contexto da política educacional do nosso país que, inspirada na concepção de direitos humanos, busca mudanças significativas no sistema educacional, ou seja, a garantia do direito de todos à educação, ao acesso e à permanência e continuidade de estudos no ensino regular.

A Política Nacional de Educação Especial na Perspectiva da Educação Inclusiva (MEC/SEESP, 2008) representou um avanço por compreender a inclusão escolar como uma inovação educacional; como uma forma diferente de conceber o conhecimento escolar, por demandar uma releitura do processo de ensino e de aprendizagem. Assim, esse documento busca instituir políticas públicas promotoras de uma educação de qualidade para todos. Seu objetivo é proporcionar o acesso, a participação e a aprendizagem dos alunos com deficiência (física, intelectual ou sensorial), transtorno global do desenvolvimento e altas habilidades/superdotação nas escolas de ensino regular.

Esses direitos foram reafirmados e ampliados com a promulgação da Lei nº 13.146/2015 – Lei Brasileira de Inclusão da Pessoa com Deficiência que, após um período de 15 anos de tramitação no Congresso Nacional, trouxe verdadeiros avanços na inclusão de pessoas com deficiência na sociedade. A LBI reformulou várias leis brasileiras (o Código Eleitoral, o Código de Defesa do Consumidor, o Estatuto das Cidades, Código Civil, a CLT, entre outros) que



não atendiam ao novo paradigma de inclusão das pessoas com deficiência. (BRASIL/LBI, 2015).

Em relação à Educação, a nova Lei vem assegurar um sistema educacional inclusivo em todos os níveis e modalidades de ensino e durante toda a vida, como demonstram os Artigos. 27 e 28, destacando o inciso XIII deste último, que se refere à Educação Superior e Profissional. (BRASIL/LBI, 2015, p. 12-13).

Art. 27. A educação constitui direito da pessoa com deficiência, assegurados sistema educacional inclusivo em todos os níveis e aprendizado ao longo de toda a vida, de forma a alcançar o máximo desenvolvimento possível de seus talentos e habilidades físicas, sensoriais, intelectuais e sociais, segundo suas características, interesses e necessidades de aprendizagem.

Art. 28. Incumbe ao poder público assegurar, criar, desenvolver, implementar, incentivar, acompanhar e avaliar:

XIII - acesso à educação superior e à educação profissional e tecnológica em igualdade de oportunidades e condições com as demais pessoas;

Nesse contexto, quando falamos em inclusão, pensamos em uma sociedade que valoriza a diversidade humana e aceita as diferenças individuais. Uma sociedade que entende e reconhece o outro, que possibilita o convívio e o compartilhamento de oportunidades reais, não necessariamente iguais, para todos, sem distinção ou discriminação. Estamos falando de uma sociedade inclusiva que valoriza a heterogeneidade em detrimento da igualdade.

É com base nessa concepção de diversidade e de inclusão que o Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Pará – IFPA – *Campus Belém* vem desenvolvendo **diretrizes e ações** que visam construir e consolidar uma política de inclusão que respeita as diferenças na busca por um sistema educacional inclusivo. Essas diretrizes surgiram como uma forma de reconhecer a diversidade, na perspectiva de reconhecimento das diferenças,



objetivando resgatar valores sociais voltados para a igualdade de direitos e de oportunidades para todos, sem distinção, visando à cidadania e a universalização de direitos.

Nesse contexto, as diretrizes adotadas pelo Instituto em prol da inclusão se iniciaram com a implantação, em 2002, do Programa Educação, Tecnologia e Profissionalização para Pessoas com Necessidades Educacionais Específicas – TEC NEP, no Âmbito da Rede Federal de Educação profissional e Tecnológica – RFEPT, que se efetivou por meio da criação do **Núcleo de Atendimento às Pessoas com Necessidades Específicas – NAPNE**.

O Núcleo de Atendimento às Pessoas com Necessidades Específicas – NAPNE foi criado para dar efetividade às ações do Programa TEC NEP, que visa expandir a oferta de educação profissional, possibilitando o acesso, a permanência e a terminalidade dos estudos das pessoas com deficiências. Desta forma, o NAPNE foi concebido como um setor que articula pessoas e setores para o desenvolvimento das ações de implantação/implementação da Ação TEC NEP no âmbito interno.

O **NAPNE** é o núcleo responsável pela promoção da cultura da educação para a convivência, pela aceitação da diversidade, buscando a quebra de barreiras arquitetônicas, educacionais e atitudinais na instituição, de forma a possibilitar a inclusão das pessoas com necessidades educacionais específicas, desenvolvendo ações que promovam a igualdade de oportunidade para todos, respeitando suas diferenças. Incluindo a Lei nº 12.764 /2012, que institui a Política Nacional de Proteção dos Direitos da Pessoa com Transtorno do Espectro Autista e estabelece diretrizes para sua consecução.

De acordo com o Art. 2º da LBI, considera-se pessoa com deficiência aquela que tem impedimento de longo prazo de natureza física, mental, intelectual ou sensorial, o qual, em interação com uma ou mais barreiras, pode obstruir sua participação plena e efetiva na sociedade em igualdade de condições com as demais pessoas. Assim, consideram-se pessoas com necessidades educacionais específicas todas aquelas cujas necessidades educacionais se originam em função de deficiências, de altas



habilidades/superdotação, transtorno do espectro autista e outros transtornos de aprendizagem. As competências e atribuições do Núcleo, bem como sua organização e forma de funcionamento serão discutidos e estabelecidos em **Regulamento** próprio, por meio de Comissão ou Grupo de Trabalho constituído pelos coordenadores dos NAPNE's de todos os campi e organizado pela Coordenação de Diversidade da PROEN/IFPA.

O NAPNE dispõe de alguns materiais e recursos pedagógicos como: Ponteiras (15), Impressora Termofórmica (01), Máquinas Braille (04), Bengala para cego (01), Teclados Intellikeys (10), que podem ser utilizados no atendimento ao aluno, o que vai depender do tipo de deficiência do aluno.

No Curso de Licenciatura em Geografia do IFPA campus Belém são ofertadas as seguintes disciplinas: Introdução à LIBRAS com carga horária de 40h; Fundamentos da Educação Especial com carga horária de 60h; Prática Educativa III: no contexto da Educação Especial com 40h.

No Programa de Residência Pedagógica na Educação Básica, o Terceiro módulo, com carga horária de 40 horas, dedica-se à atuação à **Prática Educativa no contexto da Educação Especial**. Vale destacar que, sendo esta, modalidade caracterizada nas bases legais da educação nacional como transversal aos demais níveis e modalidades, não possui atualmente um local exclusivamente destinado ao atendimento de alunos com deficiência no contexto escolar, a atuação dos discentes do programa se dará no âmbito das *Salas de Recursos Multifuncionais*, espaço em que acontece o *Atendimento Educacional Especializado – AEE*. Contudo, a atuação dos residentes deve considerar os aspectos próprios do currículo da sala regular em suas articulações com o AEE, pesando para isso, as observações e avaliações tanto do professor da sala regular quanto do professor da sala de recursos multifuncionais, seguindo para tanto o mesmo conjunto de objetivos e atividades previstos para os módulos da educação básica.

Os futuros professores são incentivados à construção de Tecnologia Educacionais como forma de efetivar a transposição didática do objeto



científico ao objeto a ser ensinado para efetivação do processo ensino-aprendizagem para alunos com deficiências: visuais, auditivas, dentre outras.

Consta no Catálogo de Tecnologias Educacionais do NEAB IFPA campus Belém as seguintes Tecnologias construídas pelos alunos:

Tecnologia Educacional QUIMEMÓRIA para DM na Química.

Tecnologia Educacional Inclusiva: Roleta Química - Paralisia Cerebral

Tecnologia Educacional —VISUALIGANDO na Educação Especial - Deficiência Visual - QUÍMICA.

Tecnologia Inclusiva: Tabuleiro Da Prevenção

XVII. APOIO AO DISCENTE/ POLÍTICA DE ASSISTÊNCIA ESTUDANTIL

A Política de Assistência Estudantil do IFPA/Campus Belém, configura-se por meio da concessão de auxílios aos estudantes de todos os níveis de ensino e modalidades que são ofertados pela Instituição, voltados prioritariamente para estudantes que se encontram em situação de vulnerabilidade socioeconômica, obedecendo às diretrizes da Política Nacional de Assistência Estudantil - PNAES, elegendo como prioridade aquelas necessidades consideradas básicas previstas pelo Decreto 7.234 de 19/07/2010.

As ações de Assistência Estudantil são elencadas no Plano Anual de Assistência Estudantil, por meio de linhas de atendimento, nas quais envolvem setores estratégicos ligados à pesquisa, ensino e extensão como forma de fortalecer e apoiar as ações que visam o êxito acadêmico.

O Plano de Assistência Estudantil no Campus Belém é acompanhado pelo Fórum de Assistência Estudantil e Comissão Multidisciplinar de Assistência Estudantil, conforme previsto na Resolução nº 134/2012 - CONSUP, a qual regulamenta a Política de Assistência ao Estudante do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Pará – IFPA.

Enquanto política de inclusão ao estudante apresenta-se também o Programa Bolsa Permanência – PBP, criado pela Lei nº 12.801/ 2013, que se



define como uma ação do Governo Federal de concessão de auxílio financeiro a estudantes matriculados em instituições federais de ensino superior em situação de vulnerabilidade socioeconômica e para estudantes indígenas e quilombolas. O Programa atende como público alvo os estudantes de cursos de nível superior com carga horária igual ou superior a cinco horas diárias.

XVIII. TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO E COMUNICAÇÃO – TICS - NO PROCESSO ENSINO-APRENDIZAGEM

As Tecnologias de Informação e Comunicação (TICs), estão cada vez mais inseridas no cotidiano social, as constantes mudanças provocadas pelos avanços científicos e tecnológicos também tem contribuído para transformações sociais e econômicas. Novas formas de se estabelecer comunicação, construir conhecimento e, sobretudo socializá-los têm sido experimentadas a partir do uso dessas tecnologias. Nesse aspecto, não seria precipitado afirmar que as TICS têm sido um importante eixo condutor que tem impulsionado diferentes modos de comunicação, de relacionamento entre pessoas, de manipulação dos objetos e de transformação do mundo onde vivemos, em que há a expansão de fronteiras, o rompimento de distancias virtuais e tem promovido a conexão entre diferentes contextos sociais.

Diante de tais transformações, as instituições de ensino têm feito o exercício de acompanhar este processo, a socialização do conhecimento historicamente sistematizado por meio da educação formal encontra no uso das TICs estratégias e ferramentas de grande valia e que tem sido fundamental na promoção de uma educação inclusiva.

As Tecnologias de Informação e Comunicação correspondem ao conjunto de recursos tecnológicos que, integrados em torno de um objetivo comum, contribuem e mediam os processos de comunicação, informação e as relações sociais. Podem ser utilizadas de várias formas: em processos industriais, automação, no comércio, na publicidade, no processo de ensino aprendizagem e etc. Em se tratando da área da educação há uma modalidade



específica definida na LDB 9.394/96 que se constituiu no e para o uso das TICs: a Educação à Distância.

São exemplos de TICs: ambientes virtuais de aprendizagem, chats, fóruns, comunidades e grupos on-line, uso de arquivos digitais, aplicativos, data show, telefonia, uso de redes sociais e etc.

É importante destacar que no caso da Educação à Distância o processo de ensino aprendizagem se dá por meio das TICs, diferentes dos cursos presenciais, que possuem metodologia que prima pela interação e integração dos sujeitos mediante relações presenciais. Neste contexto, as TICs funcionam como complemento, como mais uma estratégia de aprendizagem, como recurso e ferramenta que colaborem para aprendizagem do aluno quando os objetivos da aula e os conteúdos ministrado assim o requererem, devem ser utilizadas com critério, método e objetivos definidos para que não sejam banalizadas. É muito comum atualmente encontrarmos professores que só ministram aula de tiverem um data show para ministrá-la, por exemplo, isto cria uma dependência da tecnologia, e acaba levando o professor à uma certa acomodação, pois outras formas de ensinar poderiam estar sendo experimentadas. Problemático também é quando no ensino presencial, o docente centraliza sua prática pedagógica em torno de inter-relações virtuais por meio de redes sociais, por exemplo, substituindo a presença, quando ao invés de exposição oral, debates em sala de aula em torno do conteúdo ministrado, opta por passar vídeo-aulas indiscriminadamente.

As TICs estão para servir de apoio ao trabalho docente e não para substituí-lo. Mesmo na Educação à Distância, não há ausência do professor, há professores e tutores que atuam junto aos discentes nos ambientes virtuais, inclusive a atuação desses profissionais é determinante para a qualidade do curso

O atual Sistema de Gestão de Atividades Acadêmicas (SIGAA), plataforma adotada pela instituição permite ao docente propor tarefas na forma semipresencial e a distância, na forma de chats, desenvolvimento de atividades, leituras específicas de bibliografias previamente recomendadas,



além do controle e monitoramento de matrícula, histórico, boletim, comprovante de vínculos aos discentes. Portanto, o Sistema tem o papel de auxiliar o processo de ensino Aprendizagem a partir das tecnologias de informações e comunicações.

Ademais, tais atividades de tutoria se darão exclusivamente nas disciplinas que pertencem ao núcleo específico do curso de Licenciatura em Geografia, conforme o Projeto Pedagógico do Curso.

XIX. ENADE

A Lei nº 10.861 de 14 de abril de 2004, institui o Sistema Nacional de Avaliação da Educação Superior (Sinaes), com o objetivo de assegurar o processo nacional de avaliação das instituições de educação superior, dos cursos de graduação e do desempenho acadêmico de seus estudantes.

De acordo com a Portaria Normativa nº 40 de 12 de dezembro de 2007, Art. 33-D, o Exame Nacional de Desempenho dos Estudantes (Enade), que integra o Sistema Nacional de Avaliação da Educação Superior (Sinaes), tem como objetivo aferir o desempenho dos estudantes em relação aos conteúdos programáticos previstos nas diretrizes curriculares do respectivo curso de graduação, e as habilidades e competências em sua formação.

Portanto, o Exame Nacional de Desempenho dos Estudantes – ENADE é componente curricular obrigatório dos cursos de graduação, sendo requisito obrigatório para a conclusão do Curso e do Recebimento do Diploma pelo Estudante.

XX. ARTICULAÇÃO DO ENSINO COM A PESQUISA E A EXTENSÃO

a) Pesquisa e Pós-graduação

A pesquisa científica visa à produção de conhecimento novo, que seja relevante e experimentalmente comprovado. Nesse contexto, o IFPA - Campus Belém tem investido recursos com o intuito de fomentar a investigação científica de forma a produzir conhecimento, em um tripé solidamente



estruturado com as ações de ensino e extensão. Através do Programa Institucional de Bolsas de iniciação à pesquisa científica, tecnológica e de inovação (PIBICTI), procura-se inserir os alunos precocemente no mundo da pesquisa científica fazendo com que o mesmo, ainda que de forma embrionária, venha produzir conhecimento. Outra linha de ação de fomento à pesquisa é o incentivo para que esse conhecimento produzido seja compartilhado do âmbito acadêmico, seja interno ou externo. O Campus Belém tem investido também, através da concessão de ajuda de custo para que os alunos pesquisadores de iniciação científica apresentem trabalhos em eventos científicos no Brasil e no exterior contribuindo significativamente para a formação acadêmica do discente. O resultado desse investimento se reflete na formação discente, que a cada ano vem demonstrando maior qualificação muitas vezes resultando no encaminhamento direto aos cursos de pós-graduação, seja na especialização, ou seja, no mestrado.

b) Extensão

A Diretoria de Extensão do IFPA campus Belém (DEX) executa e implementa no interior do campus o disposto no PDI (Plano de Desenvolvimento Institucional 2014-2018) e no PPI (Projeto Pedagógico Institucional 2014) do IFPA relativo à Pró-reitoria de Extensão que tem como missão planejar, executar e acompanhar as políticas de **extensão e extensão tecnológica**, formulando diretrizes que promovam a sinergia entre os vários saberes e áreas de atuação da instituição, resguardando a indissociabilidade com o ensino e a pesquisa, bem como a socialização e a democratização do conhecimento à comunidade, garantindo uma relação dialógica e transformadora entre o IFPA e a sociedade em geral.

À DEX cabe executar os planos, programas e projetos de extensão, que promovam o intercâmbio interinstitucional, nacional e internacional, objetivando a implementação de políticas e ações governamentais estratégicas, especialmente através de convênios, acordos de cooperação e programas de parcerias, que visem garantir a qualificação do aluno para o mundo do trabalho.



Extensão é a interface entre comunidade interna e comunidade externa, e constitui-se como processo **educativo, cultural, científico e político** que, articulado de forma indissociável com **o ensino e a pesquisa**, viabiliza e media a relação dialógica e transformadora entre o IFPA campus Belém e a Sociedade.

Tal processo apoia-se na valorização e troca de saberes para a solução de problemas, e no diálogo entre a função social do IFPA e as Políticas Públicas, buscando a efetivação de direitos sociais e o exercício pleno da cidadania, contribuindo para minimizar as desigualdades, favorecendo a inclusão social.

Assim, a extensão é estratégia para a criação de redes de conhecimento, para a inclusão de atores sociais nas políticas institucionais, bem como para a própria inserção e o acompanhamento dos estudantes na comunidade de forma articulada com o mundo do trabalho. Tem como competências:

- a) promover, fomentar e implementar as políticas de Extensão e Extensão Tecnológica no IFPA campus Belém, através de programas, projetos e atividades de forma integrada com os diversos setores da instituição, articulando o diálogo, a interação e a sinergia entre os vários saberes e as demandas da sociedade;
- b) promover e fomentar a interação e a sinergia dos programas, projetos e ações de extensão com o ensino e a pesquisa, necessários à unidade, ao desenvolvimento integral e à verticalização da tríade ensino-pesquisa-extensão;
- c) desenvolver ações de integração do IFPA campus Belém com a comunidade nas áreas de acompanhamento de egressos, empreendedorismo, estágios e visitas técnicas, implementando o Observatório do Mundo do Trabalho e as políticas que regem essas ações;



d) identificar, propor e fomentar a formação de parcerias institucionais nacionais e internacionais estratégicas, que permitam a execução e expansão do raio de ação da capacidade institucional, agregando valores e competências, viabilizando a consolidação e o incremento das linhas temáticas dos programas, projetos e ações de extensão do IFPA *campus* Belém;

e) propor, promover e fomentar cursos de valorização social, presenciais e à distância, com vistas à atender as especificidades dos arranjos produtivos locais dos municípios de abrangência do *campus* Belém;

f) apoiar a criação de recursos instrucionais e instrumentais técnico-científico educacionais - virtuais, tridimensionais, eletrônicos, bibliográficos, impressos, tecnológicos e assistivos, visando à implementação dos programas, projetos e ações de extensão, em consonância com as Diretorias de ensino e pesquisa do IFPA *campus* Belém;

g) assistir, incentivar e promover a participação dos vários segmentos sociais em projetos voltados às pessoas com deficiência, minorias desfavorecidas e minorias étnicas;

As diretrizes gerais de extensão do *campus* Belém, apoiam-se na Política Nacional de Extensão (2012), visando ampliar as ações de educação em ciência, tecnologia e inovação no Estado, fortalecendo e integrando a tríade ensino-pesquisa-extensão, criando maiores oportunidades de formação e qualificação de capital humano, considerando as cadeias e arranjos produtivos locais, numa perspectiva de profissionalização para autogestão dos recursos de forma sustentável, com vistas à qualificação de mão de obra e inserção no mundo do trabalho, com geração de renda, resguardando o patrimônio tangível e intangível social e institucional e, ainda, gerando processos de inclusão e valorização dos saberes e diversidades locais. As diretrizes são divididas então em 5 (cinco) vertentes:



a. **Interdisciplinaridade:** as ações de Extensão propiciam a realização de atividades acadêmicas de caráter interdisciplinar, a integração de áreas distintas do conhecimento e a possibilidade de construção de uma nova forma de fazer ciência.

b. **Articulação entre as atividades de Extensão, Ensino e Pesquisa:** o princípio da interdisciplinaridade caminha para a perspectiva da interlocução e integração das atividades de Ensino, Pesquisa e Extensão no fazer acadêmico. A relação entre o ensino e a extensão conduz a mudanças no processo pedagógico, numa relação em que alunos e professores se constituem em sujeitos do ato de aprender. Por outro lado, a extensão possibilita a democratização do saber científico e tecnológico, num movimento de mão dupla de difusão do que é produzido sistematicamente e a sua retomada por meio da ressignificação e reelaboração desenvolvida pelos atores sociais. Essa relação entre a pesquisa, o ensino, a produção de conhecimentos e a extensão é dinâmica e contribui para a transformação da sociedade num processo de incorporação de novos modos de vida e de uso de tecnologias, capazes de operacionalizar efetivamente a relação entre teoria e prática.

c. **Relação dialógica entre o Instituto e a sociedade:** a interação entre teoria e prática potencializa a articulação entre os saberes sistematizados, acadêmicos e populares. Essa interação abre canais para a produção de novos conhecimentos resultantes do encontro do Instituto com o cotidiano das comunidades e pela efetiva participação dos setores sociais no reconhecimento e na compreensão do desafio da produção acadêmica.

d. **Relação social de impacto:** as atividades de extensão conferem relevância às ações voltadas para os interesses e necessidades da maioria da população, aliada aos movimentos de superação de desigualdades e de exclusão social. Nesse contexto, busca-se articular programas capazes de focalizar o desenvolvimento regional e o fortalecimento de políticas públicas de amplo



espectro. Dessa forma, as ações são realizadas em conjunto com a sociedade, rejeitando uma prática assistencialista em que as ações são ofertadas às pessoas, sem uma análise efetiva de suas demandas e necessidades.

e. **Impacto e transformação:** estabelecimento de uma relação entre o Instituto e outros setores da Sociedade, com vistas a uma atuação transformadora, voltada para os interesses e necessidades da maioria da população e implementadora de desenvolvimento regional e de políticas públicas. Essa diretriz consolida a orientação para cada ação da extensão frente à complexidade e a diversidade da realidade, sendo necessário eleger as questões mais prioritárias, com abrangência suficiente para uma atuação que colabore efetivamente para a mudança social.

A Política de Extensão do Instituto Federal do Pará engloba as determinações contidas no Plano Nacional de Educação (PNE 2014-2024), as orientações da Política Nacional de Extensão, e as dimensões aprovadas e estabelecidas no âmbito do Fórum de Pró-Reitores de Extensão dos Institutos Federais. Para fins de compreensão e identidade dos institutos federais, as dimensões das ações e a base conceitual comum aos IFs, são resguardadas na política de extensão do IFPA. São elas:

a. **Projetos Tecnológicos:** Atividades de pesquisa e/ ou desenvolvimento em parceria com instituições públicas ou privadas que tenham uma interface de aplicação.

b. **Serviços Tecnológicos:** Consultoria, assessoria e prestação de serviços para o mundo produtivo e do trabalho.

c. **Eventos:** Ações de interesse técnico, social, científico, esportivo, artístico e cultural favorecendo a participação da comunidade externa ou interna.



d. **Projetos Sociais:** Projetos que agregam um conjunto de ações, técnicas e metodologias transformadoras, desenvolvidas ou aplicadas na interação com a população e apropriadas por ela, para inclusão social, geração de oportunidades e melhoria das condições de vida.

e. **Estágio e Empregos:** Compreende todas as atividades de prospecção de oportunidades de estágio/emprego e a operacionalização administrativa do estágio.

f. **Cursos de Extensão:** Ação pedagógica de caráter teórico e prático, com critérios de avaliação definidos e oferta não regular.

g. **Projetos Culturais Artísticos e Esportivos:** Compreende ações referentes a atividades culturais, artísticas e esportivas.

h. **Visitas Técnicas e Gerenciais:** Interação das áreas educacionais da instituição com o mundo do trabalho.

i. **Empreendedorismo e Cooperativismo:** Apoio à formação empreendedora com o subsídio de programas institucionais.

j. **Acompanhamento de Egressos:** Constitui-se no conjunto de ações implementadas que visam acompanhar o itinerário profissional do egresso, na perspectiva de identificar cenários junto ao mundo do trabalho e retroalimentar o processo de ensino, pesquisa e extensão.

k. **Relações Internacionais:** Tem por finalidade estabelecer intercâmbios e acordos de cooperação internacional, bem como celebração de convênios e parcerias, como um instrumento para a melhoria do ensino, da pesquisa e da extensão.



As atividades de extensão do IFPA campus Belém estão divididas entre as de caráter governamentais e as institucionais. Alguns programas e ações governamentais desenvolvidos pelo IFPA campus Belém são:

a. PROEXT-MEC

O PROEXT-MEC é o Programa de Extensão Universitária do MEC que visa fomentar as ações de extensão das instituições de ensino superior. É um instrumento que abrange programas e projetos de extensão universitária, com ênfase na inclusão social nas suas mais diversas dimensões.

b. Bolsa Formação - PRONATEC

A Bolsa-Formação é uma ação no âmbito do PRONATEC – Programa Nacional de Acesso ao Ensino Técnico e Emprego, que diz respeito à oferta de vagas gratuitas em cursos técnicos e de formação inicial e continuada, ou de qualificação profissional.

c. Programa MULHERES MIL

O Programa Nacional Mulheres Mil, desenhado a partir da observância das diretrizes do governo brasileiro, em torno da redução da desigualdade social e econômica de populações marginalizadas, e do compromisso do país com a defesa da igualdade de gênero.

Outros programas e ações de caráter institucionais são:

a. PIBEX - Programa Institucional de Bolsas de Extensão do IFPA campus Belém

O PIBEX é um instrumento que abrange projetos de extensão, com ênfase na formação dos alunos e na inclusão social nas suas mais diversas dimensões, visando aprofundar ações políticas que venham fortalecer a institucionalização da extensão no âmbito das Instituições Federais

b. Chamadas Públicas sem financiamento



Em Março/2016 a Diretoria de Extensão lançou uma Chamada pública, sem financiamento de bolsas de extensão, com a finalidade de institucionalizar todas as ações de extensão no Campus Belém como; projetos, cursos, eventos e prestação de serviços voltados ao atendimento de uma comunidade. Isso se torna importante para garantir o reconhecimento e o apoio institucional dessas ações de extensão desenvolvidas.

c. Observatório do Mundo do Trabalho

O Observatório do Mundo do Trabalho visa implementar a Política Institucional de Acompanhamento de Egressos, estabelecendo mecanismos e indicadores para reconhecer o perfil atual do egresso do IFPA, identificando as demandas e oportunidades no mundo do trabalho que estarão ao alcance dos discentes, ao encerrarem suas atividades acadêmicas no instituto, além de acompanhar a atuação dos egressos nesse contexto.

Com relação às práticas de extensão que serão executadas pelo Curso, importa salientar que elas terão o objetivo de não somente difundir os ganhos provenientes das produções científicas e culturais, numa via vertical que vai, de cima para baixo, dos Cursos Superiores para a sociedade. Através do efetivo diálogo com a comunidade em geral, a extensão também possuirá a finalidade de estabelecer uma via horizontal e de mão dupla, na qual estará assegurada a troca real de experiências e de saberes com a sociedade.

Desta feita, o diálogo abrirá a possibilidade de fomento à produção de conhecimento também através de projetos e de programas de extensão, institucionalizados no âmbito do campus Belém, articulado com órgãos de fomento e consignação, nos quais uma verdadeira inter-relação transformadora e integradora entre instituições de ensino e sociedade contribuirá para aproximar a extensão ao ensino e para modificar o cenário científico, profissional e cultural da Mesorregião atendida pelo campus Belém. Articulada ao ensino e à pesquisa de maneira ininterrupta, como determina o Plano Nacional de Extensão.

No curso de Licenciatura em geografia, em acordo com o Plano Nacional de Educação, as atividades de extensão são desenvolvidas através



de eventos, estágios e visitas técnicas. Além do Programa Institucional de Bolsa de Iniciação a Docência – PIBID, no qual os discentes desenvolvem atividades diretamente nas escolas públicas envolvidas no Programa, através de estágio e projetos de ensino.

XXI. SISTEMA DE AVALIAÇÃO DO PROCESSO DE ENSINO E APRENDIZAGEM

A avaliação da aprendizagem do IFPA Campus Belém, bem como as práticas avaliativas e procedimentos adotados pelos docentes terão como objetivo principal o aspecto **formativo** do aluno, considerando seu desenvolvimento e trajetória no processo de ensino e aprendizagem durante o período letivo.

Práticas de avaliação de cunho unicamente classificatório meritocrático e punitivo e que ao invés de colaborar para a aprendizagem significativa do educando contribuem para sua exclusão do processo educativo formal devem ser evitadas por estar em desacordo não somente ao que dispõe a Lei de Diretrizes Bases da Educação 9.394/96, mas principalmente por ferirem os princípios que norteiam a construção e consolidação de uma escola que promova educação-formação numa perspectiva democrática e com vistas à inclusão social do educando.

A avaliação da aprendizagem deve servir para que o docente faça uma diagnose sobre os pontos fortes e frágeis no que tange a aprendizagem do educando e a partir disto possa criar estratégias para que o aluno tenha condições de superar suas dificuldades e prosseguir seus estudos. Isto não quer dizer que o aluno não possa ficar reprovado/retido, significa dizer que é necessário construir práticas pedagógicas que diminuam esta incidência. A aprovação do discente e sua progressão está atrelada a aprendizagem efetiva, sendo resultado de trabalho pedagógico comprometido com a função social da escola. Neste aspecto, de acordo com a LDB:



*V – a verificação do rendimento escolar observará os seguintes critérios: a) avaliação contínua e cumulativa do desempenho do aluno, com **prevalência dos aspectos qualitativos sobre os quantitativos** e dos resultados ao longo do período sobre os de eventuais provas finais; b) possibilidade de aceleração de estudos para alunos com atraso escolar; c) possibilidade de avanço nos cursos e nas séries mediante verificação do aprendizado; d) aproveitamento de estudos concluídos com êxito; e) obrigatoriedade de estudos de recuperação, de preferência paralelos ao período letivo, para os casos de baixo rendimento escolar, a serem disciplinados pelas instituições de ensino em seus regimentos;*

De maneira mais específica no âmbito do IFPA, a resolução 041/2015-CONSUP de 15 de maio de 2015 que trata do Regulamento Didático Pedagógico do Ensino do IFPA em seu capítulo VIII trata “*Da Avaliação da Aprendizagem*”. O capítulo, de maneira geral estabelece os procedimentos da avaliação, instrumentos de avaliação, fluxos, periodicidade, parâmetros para práticas avaliativas, critérios de avaliação dentre outras diretrizes pertinentes à verificação e acompanhamento da aprendizagem do educando. Assim, para fins de operacionalização e aplicabilidade fica estabelecido o disposto na resolução supracitada, capítulo VIII, como diretriz geral a ser cumprida no âmbito do IFPA-Campus Belém em todos os cursos deste campus, em todos os níveis, modalidades e formas de oferta, excetuando-se da obrigatoriedade os cursos de pós-graduação, pois possuem regulação própria.

Dessa forma, a avaliação não deve restringir-se apenas ao aluno ou produto, mas sim constituir um sistema que avalie o processo como um todo. Especificamente, o Sistema de Avaliação do Processo Ensino-aprendizagem do Curso de Licenciatura em Geografia do campus Belém é preconizado nos componentes da Organização Didática em vigor, o que garante uma perspectiva global de avaliação.

A avaliação concebida, nestes moldes, propiciará ao aluno condições de aquisição de competências necessárias para a futura ação profissional, e



possibilidades de crescimento para exercer sua autonomia como cidadão. Em função disso, certamente, terá uma atuação mais adequada e eficiente para a transformação social.

Nesse sentido a avaliação tem que ser considerada em suas múltiplas dimensões, ou seja: Diagnóstica: na medida em que caracteriza o desenvolvimento do aluno no processo de ensino-aprendizagem; Processual: quando reconhece que a aprendizagem não acontece pela simples fórmula informar-saber; Formativa: na medida em que o aluno tem consciência da atividade que desenvolve, dos objetivos da aprendizagem, podendo participar na regulação da atividade de forma consciente, segundo estratégias metacognitivas. Pode expressar seus erros, limitações, expressar o que não sabe, para poder construir alternativas na busca dos conteúdos; e Somativa: expressa o resultado referente ao desempenho do aluno no semestre através de notas.

Os requisitos e critérios de avaliação abrangem as disciplinas ministradas, a Prática educativa, as atividades complementares, o estágio supervisionado e o trabalho de conclusão de Curso. A forma de avaliação é continuada e desenvolve-se através das seguintes atividades:

- a) Auto-avaliação (o aluno observa e descreve seu desenvolvimento e dificuldades);
- b) Testes e outras provas de diferentes formatos (desafiadores, cumulativos, com avaliação aleatória);
- c) Mapas conceituais (organização pictórica dos conceitos, exemplos e conexões percebidos pelos alunos sobre um determinado assunto);
- d) Trabalhos em grupo;
- e) Atividades de culminância (projetos, monografias, seminários, exposições, feira de ciências, coletâneas de trabalhos realizado durante o Seminário Integrador que ocorre ao final de cada semestre).
- f) Observações práticas (laboratórios e visitas técnicas).



A aprovação em cada componente curricular de curso será mensurado pela seguinte fórmula, de acordo com a Resolução nº041/2015-Consup:

$$MF = \frac{1^a BI + 2^a BI}{2} \geq 7,0$$

Legenda:

MF = Média Final

BI = Avaliação Bimestral

O estudante será aprovado no componente curricular se obtiver Média Final maior ou igual a 7,00 (sete).

O estudante que obtiver Média Final (MF) menor que 7,00 (sete) deverá realizar prova final, sendo aplicado a seguinte fórmula.

$$MF = \frac{MB + PF}{2} \geq 7,0$$

Legenda:

MF = Média Final

MB = Média Bimestral

PF = Prova Final

XXII. CRITÉRIOS DE APROVEITAMENTO DE CONHECIMENTO E EXPERIÊNCIAS ANTERIORES

No âmbito deste projeto pedagógico de curso, compreende-se o aproveitamento de conhecimentos e experiências anteriores como a possibilidade de o estudante solicitar aproveitamento de estudos para fins de integralização de componente curricular a partir de disciplinas cursadas em outro curso desde que diretamente relacionados com o perfil profissional de conclusão da respectiva qualificação ou habilitação profissional.

O Curso de Licenciatura em Geografia seguirá o estabelecido no Capítulo IX do Regulamento Didático-pedagógico do ensino no IFPA (Resolução 041/2015-CONSUP) que trata especificamente do aproveitamento e do extraordinário aproveitamento de estudos. Solicitado via processo, o aproveitamento de estudos será concedido quando:



- A carga horária do componente curricular cursado for igual ou maior que a carga horária do componente integrante da matriz curricular do curso no IFPA;
- O estudante tenha cursado o componente curricular com aprovação em outro curso de mesmo nível de ensino ou de nível superior ao do curso no IFPA;
- O perfil formativo do componente curricular do curso no IFPA estiver expresso no ementário do componente já cursado na outra instituição.
- Ter cursado o componente curricular num prazo máximo de 10 (dez) anos, decorridos entre o final do período letivo em que o componente curricular foi cursado e a data do protocolo do requerimento de aproveitamento de estudos no IFPA. (REGULAMENTO DIDÁTICO-PEDAGÓGICO DO IFPA, 2015, art. 295)

No que diz respeito ao extraordinário aproveitamento de estudos, o aluno poderá solicitar para a certificação de conhecimentos para fins de cumprimento de componente curricular isolado. O discente é submetido a processo de avaliação teórica ou teórico-prática a partir da publicação de edital de chamada aos estudantes interessados. Essa avaliação será realizada por uma banca examinadora, que deverá elaborar os instrumentos e critérios de avaliação, sua aplicação e apuração, bem como emitirá parecer avaliativo, que deverá ser homologado pela Direção de Ensino do Campus (cf. Regulamento didático-pedagógico do IFPA, 2015, art. 304).

Ressaltamos que estas orientações tratam-se apenas de uma síntese a respeito dos critérios de aproveitamento de conhecimentos e experiências anteriores retiradas do Regulamento didático-pedagógico vigente, devendo, portanto, o referido documento ser consultado (art. 291 a art. 308) para substanciar as ações acadêmicas e pedagógicas coerentes com este projeto pedagógico de curso.



XXIII. SISTEMA DE AVALIAÇÃO DO CURSO

O marco regulatório de processo avaliativo do curso executará suas ações baseada na Portaria Normativa 40/2007, revisada em 2010 que institui o e-MEC, sistema eletrônico de fluxo de trabalho e gerenciamento de informações relativas aos processos de regulação, avaliação e supervisão da educação superior no sistema federal de educação, e o Cadastro e-MEC de Instituições e Cursos Superiores e consolida disposições sobre indicadores de qualidade, banco de avaliadores (Basis) e o Exame Nacional de Desempenho de Estudantes (ENADE) e outras disposições.

A avaliação do Curso produzirá indicadores e informação que subsidiará tanto o processo de regulamentação, exercido pelo MEC, como garante transparência dos dados sobre qualidade do ensino ofertado pelo curso para a sociedade.

A avaliação será realizada, observando-se os regulamentos vigentes, tais como a resolução 217/2015, do Conselho Superior (CONSUP) do IFPA, especificamente seu **apêndice G**, que trata da avaliação de cursos superiores;

Além disso, a avaliação também será realizada pelos discentes ao final de cada ciclo de oferta, através de formulário, observando-se os regulamentos vigentes contendo as dimensão de: a) avaliação das disciplinas e atividades acadêmicas específicas do curso, b) avaliação do corpo técnico e docente do curso, c) avaliação dos espaços educativos (sala de aula, laboratórios e biblioteca, d) autoavaliação do aluno. Além disso, o curso se submeterá as seguintes avaliações:

- I. Comissão Própria de Avaliação (CPA);
- II. Avaliação no âmbito do Colegiado de Curso;
- III. Núcleo Docente Estruturante (NDE);
- IV. Exame Nacional de Desempenho dos Estudantes (ENADE).

A Comissão Própria de Avaliação (CPA) com a finalidade de conduzir os processos de avaliação em todos os aspectos e dimensões, em conformidade



com o Decreto 10.861/2004 – SINAES, numa perspectiva de assegurar processo nacional de avaliação das instituições de educação superior, dos cursos de graduação e do desempenho acadêmico de seus estudantes, entre os quais a autoavaliação e a avaliação externa. O Colegiado de Curso e o Núcleo Docente Estruturante (NDE) também atuam ativamente no processo de acompanhamento, consolidação e contínua atualização e avaliação do Projeto Pedagógico do Curso.

Cada avaliação permite a tomada de decisão capaz de canalizar o investimento público com menor índice de erros e desperdícios, seja de tempo ou orçamento, tornando o PPC um projeto que apresente consideráveis resultados no que se refere à eficácia, efetividade e eficiência.

XXIV. SISTEMA DE AVALIAÇÃO INSTITUCIONAL

A avaliação institucional consiste numa sistemática que envolve: a Comissão Própria de Avaliação (CPA), Avaliação no âmbito do Curso e o Exame Nacional de Desempenho dos Estudantes (ENADE).

É importante ressaltar que os discentes também participam do processo de avaliação institucional, tal como o citado à página 185.

O sistema de avaliação da Comissão Própria de Avaliação (CPA) do IFPA tem como finalidade a condução dos processos de autoavaliação no Campus-Belém, em conformidade com o SINAES, conforme prevê a Lei nº 10.861/2004, cujo objetivo é assegurar processo nacional de avaliação das instituições de educação superior, dos cursos de graduação e do desempenho acadêmico de seus estudantes. Na autoavaliação realizada pela CPA – Campus Belém, é tomado como referência os princípios, as dimensões e indicadores do SINAES. Os princípios norteadores da avaliação:

- **Globalidade**, mediante avaliação de todos os elementos que compõem o curso;
- **Respeito à identidade dos cursos** e suas características próprias;
- **Legitimidade**, mediante metodologia e indicadores capazes de conferir significado às informações que devem ser fidedignas;



- **Reconhecimento**, por todos os agentes, da pertinência e legitimidade do processo avaliativo;
- **Responsabilidade social**, visando à qualidade da formação mediante a promoção da eficácia do ensino, tendo como ponto de partida os resultados da avaliação;
- **Continuidade**, visto que são grandes os desafios e real a possibilidade de retrocessos;
- **Compromisso formativo**, como princípio a avaliação como elemento central para o desenvolvimento da eficácia, eficiência e efetividade no contexto institucional.

A autoavaliação é realizada anualmente, geralmente no período de Janeiro a Fevereiro de cada ano, onde a comunidade acadêmica é mobilizada para participar. Os meios pelos quais se realiza a mobilização são: Site da Instituição, Facebook, e-mail, telefone, documentos internos, assim como cartazes e folders. Os resultados são base para os diálogos com a comunidade acadêmica, bem como com os gestores para fins de tomadas de decisões, visando à qualidade do ensino.

O relatório final da CPA-Campus Belém é encaminhado à direção geral do campus e para a CPA-Institucional. No referido relatório consta uma proposta de Plano de Melhorias para sanear as deficiências encontradas, seja no ambiente micro, no caso do curso, ou no ambiente macro, no caso do Campus, com prazos para executá-los. As ações para sanear as deficiências são monitoradas por uma comissão, onde a CPA também é membro efetivo. E assim, no próximo ciclo avaliativo a verificação do impacto das ações efetivamente realizadas.



XXV. DESCRIÇÃO DO CORPO SOCIAL DO CURSO

DOCENTES	CPF	TÍTULO	FORMAÇÃO DOCENTE	REGIME DE TRABALHO
Aldo Luiz Fernandes Souza	608.061.502 - 97	Doutor	Licenciado em Geografia	DE
Aline Reis de Oliveira Araújo	645.834.492 - 91	Mestre	Licenciado em Geografia	DE
Cátia de Oliveira Macêdo	411.109.862 - 20	Doutor	Licenciado em Geografia	40 horas
Cledson Nahum	637.225.422 - 00	Mestre	Licenciado em Geografia	DE
Ronaldo da Cruz Braga	708.485.132 - 15	Mestre	Licenciado em Geografia	DE
Shirley Capela Tozi	598.712.102 - 72	Mestre	Licenciado em Geografia	DE
Tiago Veloso dos Santos	790.766.282 - 34	Doutor	Licenciado em Geografia	DE
Lazaro Wandson De Nazaré Teles	841.754.862-91	Mestre	Licenciado em Geografia	DE
Ellen Cristina Do Monte Silva	755.239.142-15	Mestre	Licenciado em Geografia	DE
Ana Patricia De Oliveira Fernandez	362.529.132-00	Doutor	Licenciada em Pedagogia	DE
Haroldo De Vasconcelos Bentes	192.494.032-91	Doutor	Licenciatura em Filosofia	DE
Heraldo De Criso Miranda	573.947.412-49	Doutor	Licenciado em Ciências Sociais	DE
Kirla Korina Dos Santos Anderson	708.737.042-15	Doutor	Licenciado em Ciências Sociais	DE
Natália Conceição Silva Barros Cavalcanti	037.815.704-36	Doutor	Licenciado em História	DE
Helena Do Socorro Campos Da Rocha	214.406.622-15	Mestre	Licenciado em Pedagogia	DE
Hermínio Tavares Sousa Dos Santos	683.801.782-20	Mestre	Bacharel em Letras com Habilitação em Língua Brasileira de Sinais - LIBRAS	DE
Julia Antonia Maués Correa	087.850.662-49	Doutor	Licenciada em Letras	DE



CORPO TÉCNICO

NOME	CARGO	CPF	FORMAÇÃO	REGIME DE TRABALHO
Adriana M. N. de Souza Porto	Pedagoga	800.093.102-82	Licenciatura em Pedagogia; Mestrado em Educação.	40 horas
Alexandre Santos da Silva	Pedagogo	381.332.702-78	Licenciatura em Pedagogia; Especialização em Metodologia da Educação Superior.	40 horas
Elaine Ribeiro Gomes	Pedagoga	452.652.912-53	Licenciatura em Pedagogia; Mestrado em Educação.	40 horas
Elaine Cristina de Miranda Wanzeler	TAE	752.536.582-20	Licenciatura em Biologia; Mestrado em Zoologia.	40 horas
Herodoto Ezequiel Fonseca da Silva	TAE	856.757.172-34	Licenciatura em Letras; Mestrado em Letras.	40 horas
Maria Suely da Silva Corrêa	Bibliotecária	03317501200	Graduação	40 horas
Simone Nazaré da Silva Coutinho	Bibliotecária	39695310206	Graduação	40 horas
Maria José Souza dos Santos	Bibliotecária	39301168200	Pós-Graduação	40 horas
Gisela Fernanda Monteiro Danin	Bibliotecária	78709725253	Graduação	40 horas
Lilian Cristina Santos de Oliveira	Bibliotecária	52498247220	Graduação	40 horas
Adélia de Moraes Pinto	Bibliotecária	25618334291	Graduação	40 horas
Raimundo Matos Monteiro Júnior	Bibliotecário	42624681272	Graduação	40 horas
Claudia Portela dos Santos	Assistente Social	440.438.482-34	Graduação	40 horas
Roseane do Socorro Brabo da Silva	Assistente Social	638583202-34	Graduação	40 oras



XXVI. ORIENTAÇÕES METODOLÓGICAS

As metodologias de ensino são partes fundamentais do processo de ensino-aprendizagem, pois elas devem estar diretamente relacionadas às concepções políticas e pedagógicas que norteiam o processo de formação de professores no curso de Licenciatura em Geografia. Logo, essas metodologias devem refletir uma concepção democrática, crítica e rigorosa do processo educacional; devem possibilitar competência técnica, política e pedagógica dos discentes do curso de Licenciatura em Geografia; devem possibilitar domínio dos conteúdos geográficos que serão socializados com a sociedade; por ultimo, devem estar em sintonia com documentos institucionais que normatizam a educação no Brasil.

Desta forma, os professores utilizar-se-ão de ações e estratégias como:

- a) aulas dialogadas e expositivas;
- b) leituras e debates de textos, filmes, documentários etc.
- c) trabalhos de campo e visitas técnicas;
- d) produção de seminários;
- e) utilização de ambientes virtuais por meio da internet;
- f) construção de materiais didáticos como: textos, maquetes etc;
- g) oficinas temáticas;
- h) aulas de desempenho didático;
- i) participação em palestras e eventos científicos.

Essas estratégias e ações de intervenção na sala de aula devem resultar do processo de planejamento pedagógico organizado pelo IFPA no início de cada ano letivo ou de cada semestre letivo por meio das Semanas Pedagógicas. Esse processo de planejamento resulta na produção dos respectivos Plano de Ensino de cada disciplina a ser ministrada no semestre seguinte e que são avaliados, aprovados e colocados a disposição dos discentes.



XXVII. COLEGIADO DO CURSO E NÚCLEO DOCENTE ESTRUTURANTE

De acordo com a Organização Didática do IFPA em vigor, o Colegiado do Curso é um órgão consultivo e deliberativo que se destina à avaliação da eficiência educativa do Processo Pedagógico desenvolvido. O Colegiado de Curso organiza espaços de discussão e acompanhamento da qualificação didático-pedagógica dos docentes através de levantamentos semestrais que permitem observar a produção dos professores e o investimento realizado no sentido da socialização de pesquisas em diferentes espaços da comunidade.

Em conformidade com a Resolução CONAES nº 1 de 17 de junho de 2010 o Núcleo Docente Estruturante (NDE) é um órgão deliberativo do curso com composição e funcionamento de acordo com a Organização Didática do IFPA, cuja finalidade é assegurar estratégia de renovação parcial dos integrantes de modo a assegurar continuidade no processo de acompanhamento do curso.

O Núcleo Docente Estruturante do Curso de Geografia do Instituto Federal de Educação, Ciência, Tecnologia do Pará, Campus Belém, rege-se conforme o disposto na Resolução nº 01 de 17 de junho de 2010. Tem como princípio básico o entendimento de que sua existência, conforme o Art. 1º está em virtude de se realizar o acompanhamento dos processos de concepção, consolidação e contínua atualização do projeto político pedagógico do curso.

O Núcleo Docente Estruturante do Curso do Curso de Geografia – Licenciatura foi implantado através da Portaria nº 623/2012 da Reitoria em atendimento à Resolução Nº 01, de 17 de junho de 2010 com atribuições acadêmicas de acompanhamento, atuante no processo de concepção, consolidação e contínua atualização e avaliação do projeto pedagógico do curso. As reuniões do NDE acontecem com regularidade quadrimestral, e em situações extraordinárias, quando há necessidade. Assim, práticas como avaliação do andamento dos estágios supervisionados, discussões temáticas, trabalhos de campo, dentre outras práticas, bem descritas ao longo deste documento, constituem-se em pauta de debate que dá vida e sentido ao NDE deste curso.



É composto atualmente pelos docentes: Aldo Luiz Fernandes Souza, Aline Reis de Oliveira Araújo, Cátia Oliveira Macedo, Ronaldo da Cruz Braga, Shirley Capela Tozi e Tiago Veloso dos Santos e é presidido pelo docente coordenador do Curso, Tiago Veloso dos Santos. Esta composição foi nomeada internamente pela Portaria nº 421, de 03 de setembro de 2015.

O NDE de Geografia de Geografia Licenciatura do IFPA Campus Belém atende aos dispostos na resolução de 17/06/10, nos seguintes aspectos: a) é constituído por seis (06) docentes do curso de Geografia; b) todos os componentes do Curso possuem titulação *stricto sensu*; c) todos os componentes do NDE são funcionários de Tempo Integral e/ou Dedicção Exclusiva.

DOCENTE	TITULAÇÃO	REGIME DE TRABALHO
Aldo Luiz Fernandes Souza	Doutor	Dedicção Exclusiva
Aline Reis de Oliveira Araújo	Mestre	Dedicção Exclusiva
Cátia Oliveira Macedo	Doutora	40 horas
Ronaldo da Cruz Braga	Mestre	Dedicção Exclusiva
Tiago Veloso dos Santos	Doutor	Dedicção Exclusiva
Shirley Capela Tozi	Mestre	Dedicção Exclusiva

O NDE de Geografia entende como essencial a realização de suas atribuições, dispostas no Art. 2º da resolução nº 01 de 17/06/10, como: contribuir para a consolidação do perfil profissional do egresso do curso; zelar pela integração curricular interdisciplinar entre as diferentes atividades de ensino constantes no currículo; indicar formas de incentivo ao desenvolvimento de linhas de pesquisa e extensão, oriundas de necessidades da graduação, de exigências do mercado de trabalho e afinadas com as políticas públicas relativas à área de conhecimento de curso; zelar pelo cumprimento das Diretrizes Curriculares Nacionais para os Cursos de Graduação.



XXVIII. INTEGRAÇÃO COM AS REDES PÚBLICAS DE ENSINO

A Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional no título IV que trata “*Da Organização da Educação Nacional*”, estabelece no Art. 8º que: “*A União, os Estados, o Distrito Federal e os Municípios organizarão, em regime de colaboração, os respectivos sistemas de ensino*”, isto significa que, apesar de definidos os papéis e as prioridades no que tange a atuação da União, Estados e Municípios e seus respectivos sistemas acerca da oferta da educação é necessário que estes estejam em permanente integração, colaborando mutuamente para a qualificação da oferta do ensino no país. Neste contexto, a redes federal, estadual e municipal de ensino precisam manter um conjunto de ações articuladas e interlocuções que favoreçam o regime de colaboração e repercutam de forma significativa para melhoria dos nossos indicadores educacionais e da prática pedagógica no âmbito das escolas, institutos e universidades.

Os cursos de licenciatura ofertados em âmbito nacional e que são regidos resolução nº2, de 1º de julho de 2015 que define as Diretrizes Curriculares Nacionais para a formação inicial em nível superior (cursos de licenciatura, cursos de formação pedagógica para graduados e cursos de segunda licenciatura) e para a formação continuada, devem estar comprometidos com a superação de concepções fragmentadas de ensino, de políticas públicas educacionais descontínuas e desarticuladas, para tanto é imperativo que haja relações de cooperação e colaboração entre os entes federados e sistemas educacionais.

Em se tratando do IFPA-Campus Belém, que representa a Rede Federal de Educação Profissional e Tecnológica, essa colaboração deve envolver a Secretaria de Estado de Educação do Pará-SEDUC e a Secretaria Municipal de Educação de Belém-SEMEC. Sobre isto as DCN estabelecem o seguinte: § 1º *Nos termos do § 1º do artigo 62 da Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB), as instituições formadoras em articulação com os sistemas de ensino, em regime de colaboração, deverão promover, de maneira articulada, a formação inicial e continuada dos profissionais do magistério para viabilizar o*



atendimento às suas especificidades nas diferentes etapas e modalidades de educação básica, observando as normas específicas definidas pelo Conselho Nacional de Educação (CNE). A oferta atual de ensino no Campus Belém hoje está concentrada nos níveis médio (Educação Profissional Técnica de Nível Médio nas formas Integrada e Subsequente), nível superior de graduação (cursos de tecnologia, engenharia e licenciaturas) e pós graduação lato sensu e stricto sensu, portanto, apesar de diversificada, essa oferta não abrange todos os níveis e modalidades, o que se justifica pelo fato da educação infantil, o ensino fundamental e as creches serem de responsabilidade prioritária dos municípios e o ensino médio ser de responsabilidade prioritária dos estados. Isto implica dizer que nossos cursos de licenciatura precisam estar além da vivência e das práticas no IFPA Campus Belém, estabelecer integração com a SEDUC e a SEMEC, pois nas escolas estaduais e municipais poderão exercitar e construir seu perfil docente ao mesmo tempo em que contribuem para o fortalecimento e a qualificação da Educação Básica como um todo.

Sobre isto as DCN dizem que: “§ 5º São princípios da Formação de Profissionais do Magistério da Educação Básica: III - a colaboração constante entre os entes federados na consecução dos objetivos da Política Nacional de Formação de Profissionais do Magistério da Educação Básica, articulada entre o Ministério da Educação (MEC), as instituições formadoras e os sistemas e redes de ensino e suas instituições; VI - o reconhecimento das instituições de educação básica como espaços necessários à formação dos profissionais do magistério”.

A partir deste reconhecimento, a Diretoria de Extensão do IFPA Campus Belém deve promover, em colaboração com a Direção de Ensino, a chefia do Departamento de Ensino, Ciências e Formação de Professores (DEPRO) e as coordenações dos cursos de licenciatura a relação interinstitucional com a SEDUC e a SEMEC, estabelecendo convênios de cooperação técnica, desenvolvimento de projetos, estágios, ações inclusivas e projetos nos quais o discente da licenciatura possa atuar e vivenciar a prática docente na educação básica. Sobre isto as DCN estabelecem que: “§ 6º O projeto de formação deve



ser elaborado e desenvolvido por meio da articulação entre a instituição de educação superior e o sistema de educação básica, envolvendo a consolidação de fóruns estaduais e distrital permanentes de apoio à formação docente, em regime de colaboração, e deve contemplar: I - sólida formação teórica e interdisciplinar dos profissionais; II - a inserção dos estudantes de licenciatura nas instituições de educação básica da rede pública de ensino, espaço privilegiado da práxis docente; III - o contexto educacional da região onde será desenvolvido; IV - as atividades de socialização e a avaliação de seus impactos nesses contextos; V - a ampliação e o aperfeiçoamento do uso da Língua Portuguesa e da capacidade comunicativa, oral e escrita, como elementos fundamentais da formação dos professores, e da aprendizagem da Língua Brasileira de Sinais (Libras); VI - as questões socioambientais, éticas, estéticas e relativas à diversidade étnico-racial, de gênero, sexual, religiosa, de faixa geracional e sociocultural como princípios de equidade”.



XXIX. INFRAESTRUTURA FÍSICA E RECURSOS MATERIAIS

Conforme o PDI em vigor nas páginas 161 a 163 foi descrita pela gestão do campus, no ano de 2014, o que segue nas Tabelas abaixo:

a) Infraestrutura

TABELA 17 - INFRAESTRUTURA FÍSICA DO CÂMPUS BELÉM

Descrição da Área	Área (m ²)					
	Atual	2014	2015	2016	2017	2018
Área do terreno (total)	60.000	60.000	60.000	60.000	60.000	60.000
Área construída	38.285	45.785	50.285	52.785	64.285	84.385
Área Administrativa	12.762	14.218	15.819	17.944	19.756	21.387
Área pedagógica (Sala de aula, Laboratórios, Biblioteca, UEP's, etc)	15.524	15.524	21.928	30.427	38.926	45.451
Área Esportiva	10.000	10.000	10.000	10.000	10.000	10.000

FONTE: IFPA, PDI. 2014, *mímeo*.

TABELA 18 - INFRAESTRUTURA DO CÂMPUS BELÉM

Tipo	Quantidade					
	Atual	2014	2015	2016	2017	2018
Alojamento	2	2	2	2	2	2
Área de Lazer/Espaço Livre	1	1	1	0	0	0
Auditório/Mini-auditórios/Centro de convenções/Anfiteatro	4	0	0	1	0	0
Biblioteca	1	0	0	0	0	0
Cantina	1	0	0	0	0	0
Dependências e vias adequadas a alunos com deficiência ou mobilidade reduzida	5	5	5	8	12	15
Espaço cultural	3	3	3	3	3	3
Espaço de conveniência	8	1	1	1	1	1
Espaço de Educação Esportiva	8	8	8	8	8	8
Espaço do docente e tutor	1	1	1	1	1	1
Espaço do funcionário	1	1	1	1	1	1
Espaço para atividade administrativa	50	63	78	98	122	153
Espaço para aula prática (laboratórios, consultórios, oficina, núcleo de prática, hospital)	60	75	94	117	146	183
Espaço para coordenação	48	60	75	94	117	146
Espaços multimeios	60	75	94	117	146	146
Galpão/Rancho/Paiol/Barracão	1	1	1	1	1	1
Laboratório de informática	24	30	38	47	59	73
Refeitório	1	1	1	1	1	1
Residência para servidores	0	0	0	0	0	0
Restaurante	0	0	1	1	1	1



SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL
MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO CIÊNCIA E TECNOLOGIA DO PARÁ
DIREÇÃO DE ENSINO
DEPARTAMENTO DE ENSINO, CIÊNCIAS E FORMAÇÃO DE PROFESSORES.
CURSO DE LICENCIATURA EM GEOGRAFIA



Sala de estudos (individual/grupo)	8	10	13	16	20	20
Sala de Tele Conferência	60	75	94	117	146	146
Sala de Vídeo Conferências	60	75	94	117	146	146
Salas de aula	62	78	97	121	151	146
Sanitário fora dos prédios	8	10	13	16	20	20
Sanitários adequados a alunos com deficiência ou mobilidade reduzida	4	4	4	4	4	4
Sanitários dentro dos prédios	34	34	40	44	46	48
Unidade Acompanhamento Psicológico	1	1	1	1	1	1
Videoteca	1	0	1	0	1	1
Espaços para preparo da merenda	10	0	2	0	0	0
Núcleo Docente Estruturante	15	15	15	15	15	15
Sala dos Professores	34	34	34	50	75	150

FONTE: IFPA, PDI. 2014, *mimeo*.

b) Equipamentos:

Ressaltamos os itens abaixo relacionados são de uso comum e podem ter sofrido alterações tendo em vista as aquisições realizadas nos anos de 2015 e previstas para 2016.

TABELA 19- EQUIPAMENTOS DO CÂMPUS BELÉM

Equipamento	Quantidade					
	Atual	2014	2015	2016	2017	2018
Aparelho de reprodução de Vídeo (DVD, etc)	15	17	18	20	22	24
Ar Condicionado de janela	300	330	363	399	439	483
Ar Condicionado/Split	150	165	182	200	220	242
Equipamento de áudio	20	22	24	27	29	32
Equipamento de Videoconferência/Teleconferência	2	2	2	3	3	3
Equipamentos Eletrônicos/Informáticos Relevantes	30	33	36	40	44	48
Equipamentos específicos (microscópio, torno, etc)	20	22	24	27	29	32
Estabilizador	300	330	363	399	439	483
Filmadora	15	17	18	20	22	24
Impressora	180	198	218	240	264	290
Máquina Fotográfica	12	13	15	16	18	19
Microcomputador	600	660	726	799	878	966
Nobrek	30	33	36	40	44	48
Notebook/netbook	100	110	121	133	146	161
Projektor Multimídia	100	110	121	133	146	161
Scanner	10	11	12	13	15	16
Servidor de Rede	2	2	2	3	3	3
Sistema Anti Furto Biblioteca	1	1	1	1	1	2
Televisão	50	55	61	67	73	81
Lousas interativas	49	54	59	65	72	79

FONTE: IFPA, PDI. 2014, *mimeo*.



c) Acervo Bibliográfico:

Consta no PDI vigente a totalidade de livros abaixo descrita. Ressaltamos que o acervo pode ter sofrido alteração tendo em vista as aquisições feitas em 2015 e 2016.

TABELA 20 - ACERVO DA BIBLIOTECA DO CÂMPUS BELÉM

ACERVO BIBLIOTECA	Quantidade					
	Atual	2014	2015	2016	2017	2018
Títulos	2.847	3.132	3.445	3.789	4.168	4.585
Exemplares	14.119	15.531	17.084	18.792	20.672	22.739
Periódicos	48	53	58	64	70	77
Outros - TCC, Folhetos, Dissertações, Teses, CD ROM	256	282	310	341	375	412

FONTE: IFPA, PDI. 2014, *mímeo*.

d) Acessibilidade:

Segundo o PDI - 2014-2018 (2014, p. 163), o *Campus Belém* possui em sua infraestrutura:

d.1) Banheiros, rampas de acesso, plataformas (Bloco C e E) que têm por objetivo atender às necessidades de acessibilidade de servidores, alunos ou membros da comunidade externa que se utilizem de cadeiras de rodas, muletas ou que possuam mobilidade reduzida, mesmo sem o uso de aparelhos ou próteses.

d.2) Reordenação de espaço, no ano de 2014, com o deslocamento das diretorias de Ensino e de Pessoal para o térreo do Bloco A a fim de facilitar o acesso ao público interno e externo;

d.3) Em 2015 por meio de adesão a ata de registros de preços o Campus celebrou contrato com uma empresa de manutenção predial que, entre outros serviços, deverá refazer o calçamento externo a fim de facilitar toda a locomoção nas suas dependências. Nivelamento das calçadas e adaptadas para pessoas com deficiência visual e dificuldades de mobilidade; Cobertura de Passarelas existentes com vistas à proteção em tempos chuvosos, próprios de Belém;

d.4) Tramita, desde 2015, junto à Secretaria de Mobilidade Urbana de Belém, um processo para a execução de projeto de calçamento externo no entorno do Campus para que a área possa ser transformada em "calçada cidadã".



e) Integração Interdisciplinar: além disso, o Curso de Licenciatura em Geografia faz uso da infraestrutura e materiais dos demais cursos de licenciaturas nas áreas das ciências exatas, humanas, biológicas e de línguas, além de projetos interdisciplinas da instituição como o do Projeto LIFE, todos reunidos sob um Departamento de Formação de Professores (DEPRO), com caráter integrado no uso de laboratórios e equipamentos, tornando produtivo e econômico o uso dos recursos da instituição. Para o desenvolvimento dessas atividades, os professores e discentes do curso utilizam a infraestrutura discriminada abaixo.

Lista de Mobiliário Descrito nos **PROJETOS LIFE**

01 mesa para 12 lugares (mobiliário descrito no Projeto Life Letras- Ateliê de Leitura Escrita)
14 cadeiras azuis (mobiliário descrito no Projeto Life Letras)
06 cadeiras pretas (mobiliário descrito no Projeto Life Letras)
01 mesa escrivaninha com 3 módulos (mobiliário descrito no Projeto Life Letras)
01 poltrona giratória (mobiliário descrito no Projeto Life Letras)
02 estantes abertas (mobiliário descrito no Projeto Life Letras e no Projeto Geografia)
03 armários de aço grandes com duas portas (mobiliário descrito no Projeto Life Letras e no Projeto Geografia)
01 armário de aço pequeno (mobiliário descrito no Projeto Life Letras)
02 armários com cinco escaninhos (mobiliário descrito no Projeto Life Letras e no Projeto Geografia)
05 racks (mobiliário descrito no Projeto Life Letras)
10 mesas pequenas de tampo de vidro preto (mobiliário descrito no Projeto Life Matemática)

Lista de Equipamentos Descritos no PROJETO LIFE LETRAS – Utilizados pela Geografia

05 CPU para alunos
01 CPU para coordenação
06 monitores/
06 teclados
06 mouses
06 estabilizadores
01 nobreak



01 caixa de som amplificadora
01 datashow suspenso
01 filmadora (01 descrita no Life Letra . Geografia está utilizando)
02 impressoras jato de tinta (01 descrita no Life Letras e 01 descrita no Lige Geografia)
01 bebedouro já tombado
10 notebooks (descritos no Life Matemática)
03 tablets (adquiridos e distribuídos pelo Coordenador para o Life Letras, para o Life Geografia e para o Life Matemática)
01 tv de led 50' (descrita no Life Letras)
01 roteador (descrito no Life Letras)
01 leitora de DVD (descrita no Life Letras)
15 tripés para banner (utilização conjunta, liberado por solicitação formal ao Coordenador)

Lista de Material Periférico no PROJETO LIFE

Cabo de força
Cabo hdmi
Cabo vga
Cabo dvi
02 extensões
02 adaptadores



DECLARAÇÃO

Declaro para os devidos fins que os discentes do Curso de Licenciatura em Geografia fazem uso regular das dependências e equipamentos ligados a Coordenação da área de Geomática do Campus Belém do IFPA, com fins de aprimorar sua formação no âmbito do Curso de Licenciatura em Geografia. Segue abaixo a relação de equipamentos desta coordenação:

- Laboratório de informática com 20 máquinas, para Cartografia Digital, Geodésia, Geoprocessamento e processamento digital de imagens;
- Laboratório de informática com 20 máquinas, para Desenho cartográfico, Topografia e Desenho Assistido por computador;
- Receptores de Satélite GPS de monofrequência;
- Receptor de satélite GPS / GLONASS de dupla frequência com base RTK;
- Estação total topográfica;
- Programa para Cartografia Digital (ArcGIS, AutoCAD, ARCQMAP, TopoGraph).

Belém, 12 de Setembro de 2016.

Prof. José Arimilton Carvalho de Andrade
Coordenador da Área de Geomática – Campus Belém PA
Portaria n. 0416/2014 - GAB



DECLARAÇÃO

Declaro para os devidos fins que os laboratório 01 do DPAED, localizados no no Bloco I, 2º piso, está a disposição do curso de Licenciatura Plena em Geografia. Sendo que, no atual semestre, o referido curso está com reserva para as quartas-feiras, no horário de 7 às 10h. E nas sextas-feiras, no horário de 18 às 22:50h. Ambos os dias para a realização da disciplina Cartografia.

O laboratório 01 do DPAED dispõe, em sua configuração básica, da seguinte infraestrutura:

- _01 projetor multimídia;
- _01 computador desktop para uso do professor, ligado ao projetor, e com conexão a internet;
- _20 computadores. Todas as máquinas com conexão a internet.

OBS: Todos os computadores apresentam a mesma configuração básica de hardware (HD de 500GB, Processador Intel core i5, 4 GB de RAM, monitor de 19") e a mesma configuração básica de software(Sistema Operacional Windows 7, pacote Office 2007, LibreOffice 2016, Leitor de PDF, descompactador de arquivos, anti virus, programa de Sistema de Informações Geográficas Quantum GIS, Google Earth. Todos os computadores, dispõe também, de sistema de proteção contra gravação de arquivos, que apaga qualquer gravação de arquivo, ou modificação feita pelo usuário, retornando a condição anterior ao reiniciar a máquina. Os usuários devem salvar seus arquivos em seus pendrives, ou na núvem.

Belém, 08 de setembro de 2016

Cordialmente.

Carlos André Souza Mendes
Chefe da Divisão de Produção
Audiovisual e Apoio a Educação a Distância - DPAED
Port Nº 1.688/2015 - GAB - IFPA - Campus Belém



DECLARAÇÃO

A Coordenação do Curso de Ciências Biológicas – Licenciatura declara para os devidos fins e a quem interessar possa que a Coordenação de Geografia - Licenciatura, assim como os seus respectivos docentes, utiliza e faz uso dos Laboratórios de Biologia (Lab. I, II e III) localizados no Bloco T do IFPA/Campus Belém para fins de enriquecer as atividades de seus discentes. Em anexo segue a discriminação dos tipos de sala e equipamentos disponíveis para sua utilização.

Belém, 15 de Setembro de 2016.

Prof. M.Sc. Laudemir F. Araújo
Coord. Lic. Ciências Biológicas
Port. N° 400/2010 - Belém/PA
~~Prof. M.Sc. Laudemir Roberto Ferreira Araujo~~
Coord. de Ciências Biológicas – Licenciatura
Portaria nº 400/2010 – GAB/REI/IFPA



DECLARAÇÃO

O curso de Ciências Biológicas – Licenciatura apresenta-se localizado no Bloco T do IFPA, onde estão localizados os três laboratórios específicos (Laboratório I, II e III), uma sala de pesquisa para professores e alunos, duas salas de professores com mesas, cadeiras, computadores e impressoras. Dois banheiros (masculino e feminino) e uma cozinha (copa) para os professores.

QUANTIDADE	DESCRIÇÃO
01	DATASHOW
07	LUPAS
01	ESTUFA
01	CAPELA
03	BALANÇAS DIGITAIS
01	ROLO DE PAPEL MANTEIGA
02	DESTILADORES
	EXSICATAS
--	SEMENTES
	LAMINAS PRONTAS
	MANGUEIRA
	MATERIAL DE COLETA BOTANICA

QUANTIDADE	DESCRIÇÃO
68	ALCOOL ETÍLICO
01	CAPELA
01	ESTUFA
02	AUTOCLAVE
01	BALANÇA MATERNAL
01	DATA SHOW
17	MICROSCÓPIOS
05	BALANÇAS ANALÓGICAS
02	BALANÇAS DIGITAIS

Prof. M. Sc. Laudemir R. A. Araújo
Coord. Lic. Ciências Biológicas
Port. Nº 400/2014 Reifpa



SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL
MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO CIÊNCIA E TECNOLOGIA DO PARÁ
DIREÇÃO DE ENSINO
DEPARTAMENTO DE ENSINO, CIÊNCIAS E FORMAÇÃO DE PROFESSORES.
CURSO DE LICENCIATURA EM GEOGRAFIA



Campus
Belém



SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL
MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DO PARÁ
DEPARTAMENTO DE FORMAÇÃO DE PROFESSORES E EDUCAÇÃO BÁSICA
COORDENAÇÃO DE CIÊNCIAS BIOLÓGICAS - LICENCIATURA CAMPUS BELÉM



01	ALÇA PARA BISTURI		PIPETA GRADUADA
07	ALGODÃO		REAGENTES VENCIDOS:
07	BASTAO DE VIDRO	01	ETANOL
01	BECKER	01	AFA
01	BURETA	01	ETER ALCOLICO
02	ERLENMEYR	01	HIPOCLORITO DE SODIO
03	ESTANTE P/ TUBO DE ENSAIO	01	TINTURA DE IODO
01	FRASCO DE CULTURA	01	DILUENTE
02	FUNIL HASTE LONGA	02	SAFRANIN
	LAMINAS	01	HEMATOXYLIN
--	LAMINAS PRONTAS	05	LUGOL
	LAMINULAS	01	AZUL DE TOLUIDINO
	PINÇA	01	SAFANINA
	PINÇA METALICA	01	CLORETO DE SÓDIO
	PIPETA	01	LEISHMAM
	PIPETA GRADUADA	02	WRIGHT
	PIPETA PASTEUR	01	VERDE JANUIS
	PLACA DE CULTURA	02	ORCENINA ACETICO
	PLACA DE PETRI	01	ACIDO CLORIDRICO
	PROVETA	01	HEMATOXYLINA
	SERINGA	01	EOSINA AMARELADA
	TELA DE AMIANTO	08	BALSAMO DO CANADA
	TERMOMETRO	06	OLEO DE CEDRO
	TESOURA	01	HIDROXIDO DE BARIO
	TUBO DE CULTURA	02	GLICERINA
	TUBO DE ENSAIO	02	AZUL DE METILENO
	VIDRO DE RELOGIO	01	AGUA DESTILADA
	PIPETA	02	TINTURA

INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DO PARÁ
Av. Almirante Barroso, 1155 – Marco – Fone (91) 32110300 – CNPJ 05.200.142/0001-16 – CEP 66.095-000
Belém/Pará – site: www.ifpa.edu.br / ifpa@cefetpa.br

Prof. M. Sc. Laudimir R. Araújo
Coord. de Ciências Biológicas
Port. Nº 408/2014 REIFPA



SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL
MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO CIÊNCIA E TECNOLOGIA DO PARÁ
DIREÇÃO DE ENSINO
DEPARTAMENTO DE ENSINO, CIÊNCIAS E FORMAÇÃO DE PROFESSORES.
CURSO DE LICENCIATURA EM GEOGRAFIA



Campus
Belém



SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL
MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DO PARÁ
DEPARTAMENTO DE FORMAÇÃO DE PROFESSORES E EDUCAÇÃO BÁSICA
COORDENAÇÃO DE CIÊNCIAS BIOLÓGICAS - LICENCIATURA CAMPUS BELÉM



			TIMEROSOL
01	ALCOOL IODADO		
05	FORMALDEIDO		
05	ACIDO ACETICO GLACIAL		
02	ALCOOL ETILICO HIDRATADO		
09	XILOL		
09	MODELOS ANATOMICOS HUMANOS		
05	MODELOS ANATÔMICOS DO GLOBO OCULAR		
05	MODELOS ANATÔMICOS DE ORELHAS		
04	MODELOS ANATÔMICOS DE LARINGES		
01	BALANÇAS ANALOGICAS		
01	BALANÇA DIGITAL		
01	ESTUFA		
01	CAPELA		
01	DESTILADOR		
01	AUTOCLAVE		
01	SOLUÇÃO IODO 1%		
	CAIXAS DE MODELOS ANATOMICOS RESERVAS (OLHO, LARINGE, ORELHA)		

02	BALANÇAS DIGITAIS
01	ESPECTOFOTOMETRO
01	BALANÇA DE PRECISÃO
04	MICROSCOPIOS
02	MICROCENTRIFUGAS
01	MICROSCOPIO DE INVERSÃO
06	COMPUTADORES
01	TELELUPA ELETRÔNICA
03	LUPAS DE BAIXA VISÃO

INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DO PARÁ
Av. Almirante Barroso, 1155 – Marco – Fone (91) 32110300 – CNPJ 05.200.142/0001-16 – CEP 66.093-824
Belém/Pará – site: www.ifpa.edu.br / ifpa@cefetpa.br

Prof. M. Sc. Laudemir R. B. Araújo
Coord. Lic. Ciências Biológicas
P.O. Box 1200/2014 Belém/PA



SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL
MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO CIÊNCIA E TECNOLOGIA DO PARÁ
DIREÇÃO DE ENSINO
DEPARTAMENTO DE ENSINO, CIÊNCIAS E FORMAÇÃO DE PROFESSORES.
CURSO DE LICENCIATURA EM GEOGRAFIA



Campus
Belém



SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL
MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DO PARÁ
DEPARTAMENTO DE FORMAÇÃO DE PROFESSORES E EDUCAÇÃO BÁSICA
COORDENAÇÃO DE CIÊNCIAS BIOLÓGICAS - LICENCIATURA CAMPUS BELÉM



01	BALANÇA DE PISO VIDRARIAS EM GERAL
02	ESTUFA DE SECAGEM
01	BLOCO DIGESTOR
01	MODELO ANATÔMICO (GLOBO OCULAR)
01	MODELO ANATÔMICO (AUDIÇÃO)
01	MODELO ANATÔMICO (CÉREBRO)
01	BEBEDOURO MESAS CADEIRAS
03	MESAS
18	CADEIRAS

01	TELEVISÃO
04	COMPUTADORES
01	IMPRESSORA
01	ARMÁRIO COM 8 GAVETAS

04	COMPUTADORES
01	IMPRESSORA
01	ARMÁRIO DE FERRO
02	ARMÁRIO DE MADEIRA
01	TELEVISÃO

01	GELADEIRA
01	MESA
05	CADEIRAS
01	PIA INOX

Prof. M. Sc. Laudimir R. F. Araújo
Coord. Lic. Ciências Biológicas
Port. Nº 400/2014 Reil/IFPA



XXX. DIPLOMAÇÃO

A diplomação é realizada no Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Pará (IFPA) - Campus Belém, no que se refere aos cursos técnicos na forma integrada e subsequente, pela Divisão de Registro, Controle e Indicadores (DRCIN) e no que diz respeito aos cursos superiores pela Coordenação Geral de Legislação, Registro e Indicadores Educacionais (CGLRIE) vinculada à Pró-Reitoria de Ensino (PROEN) deste Instituto.

O diploma será expedido com o título de Licenciado em Geografia.

A expedição do diploma é efetivada mediante a integralização curricular do curso pelo estudante, conforme o Art. 208 do Regulamento Didático Pedagógico do Ensino do IFPA de 21 de maio de 2015, a integralização curricular consiste no cumprimento com aproveitamento dos componentes curriculares obrigatórios e da carga horária dos componentes optativos, quando previstos no Plano Pedagógico de Curso (PPC), e atividades acadêmicas específicas de uma estrutura curricular definidas no PPC.

Para a obtenção do diploma de conclusão dos cursos superiores de graduação, com o título de Tecnólogo (a), Bacharel (a) ou Licenciado (a) conforme habilitação profissional, são requisitos necessários a integralização curricular de todos os componentes curriculares, incluindo o cumprimento da carga horária mínima das atividades complementares, a conclusão da prática profissional e/ou estágio curricular, definidos em PPC, assim como a defesa e aprovação do Trabalho de Conclusão de Curso (TCC).

No que se refere à diplomação dos cursos superiores de graduação deverá ser observado também à realização, pelo estudante, na condição de participante ou dispensado do Exame Nacional de Desempenho dos Estudantes (ENADE), conforme previsão no Art. 33-G da Portaria Normativa Nº 40 de 12 de dezembro de 2007, “O ENADE é componente curricular obrigatório dos cursos superiores, devendo constar do histórico escolar de todo estudante a participação ou dispensa da prova, nos termos desta Portaria Normativa.”

Do mesmo modo, deve-se verificar se o estudante participou da Colação de Grau, pois esta se configura, como um requisito obrigatório à diplomação



dos cursos superiores de graduação, considerando o que define o Art. 29 da Resolução Nº 018/2013 – CONSUP de 09 de abril de 2013 que “Após a colação de grau o formando estará apto a solicitar, via processo, sua diplomação”. Fundamentando-se ainda nas recomendações do referido Regulamento Didático Pedagógico do Ensino do IFPA em seu Art. 370 e 371, assim como nas orientações repassadas pela CGLRIE-PROEN deste IFPA em forma de Tutorial, o estudante que solicitar a emissão de diploma deverá preencher formulário próprio, anexar cópias dos seguintes documentos, e protocolar no Campus de conclusão do curso:

I) Documentos obrigatórios para o diploma de Técnico e Graduação (Licenciatura, Tecnologia e Bacharelado), que o estudante deverá anexar:

- a) Documento de identificação oficial;
- b) Certidão de nascimento ou casamento;
- c) Cadastro de Pessoa Física (CPF);
- d) Título eleitoral com quitação eleitoral;
- e) Documento de quitação com o serviço militar (para homens com idade entre 18 e 45 anos)
- f) Comprovante de isenção de débito com a Biblioteca do Campus;

II) Documentos obrigatórios para diploma de técnico de nível médio na forma integrada, que o estudante deverá anexar também:

- a) Histórico escolar e certificado de conclusão do ensino fundamental;
- b) Atestado de Conclusão de estágio supervisionado expedido pelo Setor responsável.

III) Documentos obrigatórios para diploma de Licenciatura, Tecnologia e Bacharelado que o estudante deverá anexar também:

- a) Histórico Escolar e certificado de conclusão do ensino médio;
- b) Atestado de Conclusão de estágio curricular supervisionado expedido pelo Setor de Estágio do Campus;
- c) Ata de defesa do TCC;



XXXI. REFERÊNCIAS

- Constituição da República Federativa do Brasil, 1988;
- Decreto Nº 5.626/2.005, dispõe sobre a disciplina LIBRAS nas Licenciaturas;
- IFPA, Plano de Desenvolvimento Institucional 2014-2018, Belém, 2014.
- Lei Federal Nº 10.172/2.001, institui o Plano Nacional de Educação;
- Lei Federal Nº 10.639/2.003, inclui a temática História e Cultura Afro-brasileira no Ensino;
- Lei Federal Nº 11.892/2008, institui os Institutos Federais de Educação, Ciência e Tecnologia;
- Lei Federal nº 13.005/2014, institui o Plano Nacional de Educação;
- Lei Federal Nº 9.394/1.996, estabelece as diretrizes e bases da educação nacional;
- Lei nº 9795/99 dispõe sobre a Política Nacional de Educação Ambiental.
- Orientação Técnica e Pedagógica Nº01/2009 – PROEN/IFPA;
- Parecer CNE/CEB Nº 008/2.004, esclarece a distinção entre hora e hora-aula;
- Parecer CNE/CES Nº 213/2.003, trata da aplicação das Resoluções CNE/CP Nº 001 e 002/2.002, quanto à dimensão pedagógica, práticas de ensino e estágios supervisionados;
- Parecer CNE/CES Nº 583/2.001, orienta as diretrizes curriculares dos cursos de graduação;
- Parecer CNE/CP Nº 021/2.001, trata da duração e carga horária dos cursos de Formação de Professores da Educação Básica, em nível superior, curso de Licenciatura e Graduação Plena;
- Parecer CNE/CP Nº 028/2.001, nova redação ao Parecer CNE/CP Nº 021/2.001, sobre a duração e a carga horária dos cursos de Formação de Professores da Educação Básica, em nível superior;
- PARECER N.ºCNE/CES 492/2001, dispõe sobre as Diretrizes Curriculares Nacionais de Geografia.
- Parecer nº. CNE/CP 003/2004, de 10 de maio de 2004. Diretrizes Curriculares para a educação das Relações Étnico-Raciais e Ensino de História e Cultura Afro-Brasileira e Africana.
- Plano Nacional de Implementação das Diretrizes Curriculares Nacionais para Educação das Relações Etnicorraciais e para o Ensino de História e Cultura Afrobrasileira e Africana. 2009.
- Referenciais Curriculares Nacionais dos Cursos de Bacharelado e Licenciatura/2010;
- Resolução 041/2015 – CONSUP/IFPA. Organização Didática do Ensino do IFPA;
- Resolução 217/2015 – CONSUP/IFPA. ;
- Resolução CNE/CES Nº003/2.007, Dispõe sobre procedimentos ao conceito de hora-aula;
- Resolução CNE/CES Nº014/2.002, Diretrizes Curriculares para os cursos de Geografia;
- Resolução CNE/CP Nº 009/2.001, Diretrizes da formação inicial de professores da educação básica em cursos de ensino superior;
- Resolução CNE/CP Nº 2/2.015, Diretrizes Curriculares da formação em nível superior (cursos de licenciatura, de formação pedagógica para graduados e cursos de segunda licenciatura);
- Resolução nº 041/2015-CONSUP, que aprova o Regulamento Didático Pedagógico do Ensino, do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Pará – IFPA.
- Resolução nº. CNE/CP 001/2004, de 17 de junho de 2004. Diretrizes para a educação das Relações Étnico-Raciais e para o Ensino de História e Cultura Afro-Brasileira e Africana.